



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**MESTRADO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E**  
**DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**RUTH NAVARRO MACHADO**

**CAMELÔS E AMBULANTES DO CENTRO DA CIDADE DO**  
**SALVADOR/BA: ESTUDO DE CASO DA LOCALIZAÇÃO E**  
**LEGALIZAÇÃO COMO MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI**

Salvador  
2016

**RUTH NAVARRO MACHADO**

**CAMELÔS E AMBULANTES DO CENTRO DA CIDADE DO  
SALVADOR/BA: ESTUDO DE CASO DA LOCALIZAÇÃO E  
LEGALIZAÇÃO COMO MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI**

Dissertação apresentada ao Mestrado em  
Planejamento Territorial e  
Desenvolvimento Social da Universidade  
Católica do Salvador, como requisito final  
para a obtenção do Grau de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Aparecida Netto  
Teixeira

Salvador  
2016

UCSAL. Sistema de Bibliotecas.

M149 Machado, Ruth Navarro.

Camelôs e ambulantes do centro da cidade do Salvador/ BA:  
estudo de caso da localização e legalização como Micro  
Empreendedor Individual - MEI/ Ruth Navarro Machado. –  
Salvador, 2016.  
210 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador.  
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em  
Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.  
Orientação: Profa. Dra. Aparecida Netto Teixeira.

1. Empreendedorismo 2. Trabalho informal 3. Políticas públicas  
4. Micro Empreendedor Individual – MEI I. Título.

CDU 711.1(813.8)



## UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social

Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social

Homologado pelo CNE (Portaria Nº 3.116, 09/09/2005)

### TERMO DE APROVAÇÃO

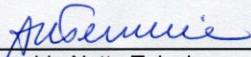
**RUTH NAVARRO MACHADO**

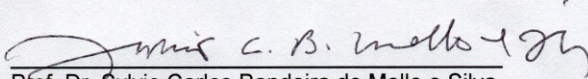
***Camelôs e ambulantes do centro da cidade do Salvador/BA: estudo de caso da localização e legalização como Micro Empreendedor Individual – MEI***

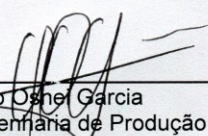
Dissertação aprovada como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Salvador, 08 de agosto de 2016

Banca Examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Aparecida Netto Teixeira  
Doutora em Arquitetura e Urbanismo  
Universidade Católica do Salvador - UCSAL

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva  
Doutor em Geografia  
Universidade Católica do Salvador - UCSAL

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Cláudio Osnei Garcia  
Doutor em Engenharia de Produção  
Universidade Federal da Bahia

## DEDICATÓRIA

Dedico aos meus pais, Arthur Ferreira Machado Junior (in memória), pelo legado deixado de retidão, ética, honra, valores e princípios morais; Eulália Pires Navarro Machado (in memória), por nos ensinar que o amor incondicional, o respeito ao próximo, a educação e a perseverança são os caminhos a serem trilhados para alcançarmos as verdadeiras transformações na vida; que o ser humano, em constante evolução pode chegar onde quiser, sem cometer atropelos, e principalmente que o fruto colhido é consequência da semente plantada; a priorizar a família através do companheirismo e da solidariedade. Exemplos de seres humanos íntegros, e que apesar de terem ficado pouco tempo conosco, foi o suficiente para criarem a nossa família com retidão de caráter e união; a sempre termos fé em Deus e em nós mesmos, e acima de tudo, lutar pela justiça e igualdade de direitos, sem preconceito de credo, religião e raça. Exemplos de humildade, fraternidade e alegria, na simplicidade, nos ensinaram a sermos felizes com o que tivermos. Aos meus amados irmãos, cunhados e cunhadas, meu porto seguro, pelo amor incondicional e apoio incansável. Aos amigos irmãos, companheiros de jornada pessoal e acadêmica, que sempre acreditaram e incentivaram para que enfrentasse os desafios apresentados na minha vida. A todos que direta ou indiretamente, participaram desse caminho de transformação através do conhecimento, para que eu pudesse completar essa etapa de formação educacional, descortinando novas possibilidades de devolver para a sociedade, através da docência, o que dela recebi.

## **AGRADECIMENTOS**

À Profa. Dra. Aparecida Netto Teixeira pela orientação, incentivo constante, competência, paciência e confiança durante todo o período de desenvolvimento e conclusão deste trabalho;

Ao Prof. Dr. Sylvio Bandeira de Mello e Silva por contribuir para o meu desenvolvimento através do conhecimento, orientações e sugestões de bibliografias durante as aulas e seminários;

Ao Prof. Dr. Cláudio Osnei Garcia, por sempre acreditar na minha jornada acadêmica, principalmente nas relevantes contribuições no Exame de Qualificação;

À Maria Carvalho Machado, pelo companheirismo e disponibilidade do seu tempo, a qualquer momento, para o apoio fraternal nos instantes de desespero e cansaço;

À Dra. Silvana Brasil Dourado Figueirôa, pelo apoio e solidariedade em um dos momentos mais difíceis da minha vida;

Aos amados irmãos e familiares, Arthur Machado Soares Neto, Tania Navarro Machado, Ângela Machado Tavares, Antônio Sartunino Gonzalez de Codes (in memória) e Ana Luiza Machado de Codes, pelo alicerce e apoio incondicional;

Às amigas irmãs, Miriam Medina e Raimunda de Alencar Libório de Alencar, pela disponibilidade, companheirismo e solidariedade constantes;

Às professoras amigas, Luciana Brianti e Adriana Rangel, pela parceria e companheirismo diários;

Aos professores André Coelho, Kátia Marques, Maria Luiza Telles e Maria Mesquita pelo incentivo e apoio constante;

Agradeço aos professores do programa de Pós-Graduação, aos funcionários que sempre me atenderam com prontidão e presteza nas solicitações durante o curso, bem como aos colegas da turma de 2014;

À empresa Letto Móveis, indústria e comércio de móveis ergométricos, Fernando Barreto e Luciano Barreto;

E finalmente, agradeço a Deus pela oportunidade de galgar mais um degrau desafiador na minha vida.

*“Lute com determinação, abrace a vida com paixão, perca com classe, e vença com ousadia, porque o mundo pertence a quem se atreve, e a vida é muito, para ser insignificante”.*

Charlie Chaplin



MACHADO, Ruth Navarro. **Camelôs e ambulantes do centro da Cidade do Salvador/BA**: Estudo de caso da localização e legalização como Micro Empreendedor Individual – MEI. 2016. 210f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2016.

## RESUMO

Em dezembro de 2008, através da Lei Complementar 128, o governo federal lança o programa de geração de emprego e renda, criando a pessoa jurídica, o Micro Empreendedor Individual – MEI, para os trabalhadores da informalidade. Em 2013 a Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), através da Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEMOP), propõe o reordenamento para os camelôs e ambulantes do centro de Salvador. O objetivo deste trabalho é analisar a efetividade da aplicação do Programa MEI, no âmbito do projeto de requalificação dos camelôs e ambulantes da Avenida Sete de Setembro e seu entorno, no centro da cidade do Salvador/BA. Buscou-se investigar se a opção na formalização como pessoa jurídica trouxe efetividade nos resultados financeiros dos empreendedores de rua, bem como, se a nova localização das barracas dos camelôs e ambulantes do local estudado contribuiu para a melhoria das condições de trabalho desses comerciantes, atendendo aos seus anseios e objetivos desejados. Tratou-se, pois de investigar se o MEI é um programa efetivo de diminuição das diferenças sociais, ou se trata demais um projeto de interesse político. A metodologia utilizada foi baseada em pesquisa qualitativa e quantitativa. Abrangeu pesquisa bibliográfica e documental, e estudo de caso, fundamentado na aplicação de questionários e entrevistas. A pesquisa documental tratou dos programas e planos das políticas públicas brasileiras de geração de emprego e renda, no período de 1995 a 2015. Os questionários foram aplicados aos camelôs e ambulantes da Av. Sete de Setembro e entorno, optantes do MEI. As entrevistas foram realizadas junto aos representantes dos órgãos envolvidos no projeto municipal de localização e no programa federal de legalização dos empreendedores de rua, da Avenida Sete de Setembro. Como resultados tem-se que a opção pela formalização, gerando uma pessoa jurídica, foi realizada pela maioria dos empreendedores de rua pesquisados, entretanto, sem os devidos esclarecimentos acerca das consequências legais, e ainda que os resultados financeiros planejados não atenderam às expectativas desejadas. No que se refere ao projeto municipal de requalificação do centro de Salvador, ficou evidenciada a satisfação dos camelôs e ambulantes que permaneceram nos locais anteriores a reforma da PMS. Já os que foram instalados em locais diferentes ao anterior à reforma, manifestaram insatisfação, registrando a perda de vendas por se encontrarem instalados longe dos pontos centrais de circulação dos clientes.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Trabalho informal. Políticas Públicas. Micro Empreendedor Individual.

MACHADO, Ruth Navarro. **Street vendors in downtown area of Salvador, Bahia: a case study on the localization and legalization as Individual Micro-Entrepreneurs (IME).** 2016. 210f. Masters Dissertation – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2016.

### **ABSTRACT**

In December 2008, Brazilian Federal Government, through the Complementary Law 128, issued a policy to stimulate income and job growth through the creation of a specific kind of legal entity for the informal sector workers, called Individual Micro-Entrepreneurs (IME). In 2013, Salvador Local Government (SLG), by means of its Department of Public Order (DPO), proposed the rearrangement of street vendors in downtown. This study aims to analyze the effectiveness of IME policy within the scope of the rearrangement policy of street vendors on Sete de Setembro Avenue area in downtown Salvador, Bahia. It intends to find out whether the formalization into legal entities brought beneficial financial results to the street entrepreneurs. It was also investigated if the new arrangement of the street vendors' stalls on such area was beneficial to their working conditions and if it met their wishes and aims. The overall matter discussed is whether IME policy is effective in reducing social class differences or whether it is just one more policy which aims political finalities. Qualitative and quantitative approaches to research were used. Bibliographical and documental searches were carried out. Questionnaires and interviews were administered to street vendors on Sete de Setembro Avenue area who decided to become IME, and a case study was developed out of the collected information. The documental search encompassed the decisions and actions of Brazilian public policies for stimulating income and job growth, between 1995 and 2015. Interviews were conducted with representatives of public agencies involved in the municipal program of localization and in the federal program of legalization of street entrepreneurs on Sete de Setembro Avenue. The results showed that most of the street entrepreneurs indeed opted for formalizing into legal entities, but they were not aware of the legal consequences of it. Besides, their financial expectations were not met as they had wished and aimed. Regarding the rearrangement led by the local government, it became clear that street vendors who remained at the same places they were before such alteration expressed satisfaction. The ones who had to move manifested their dissatisfaction and declared they have been losing sales due to their new settlements, which became far from the main places where clients pass by.

Keywords: Entrepreneurship. Informal sector work. Public policies. Individual Micro Entrepreneur.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Curso Brasil Empreendedor – Alagoinhas/BA.....	88
Figura 2 – Curso Brasil Empreendedor – Gentio do Ouro/BA.....	89
Figura 3 - Outlet Center Bahia – bairro do Uruguai.....	96
Figura 4 – Outlet Center Bahia – bairro do Uruguai.....	97
Figura 5 - Soldado Cidadão - 6º Depósito de Suprimento.....	100
Figura 6 - Soldado Cidadão – 6º Depósito de Suprimento.....	100
Figura 7 – Vendedora Ambulante Cabeça de ganhadeiras.....	121
Figura 8 - A cidade de Salvador no Estado da Bahia.....	124
Figura 9 - A cidade de Salvador no Estado da Bahia.....	124
Figura 10 - Região Metropolitana de Salvador.....	125
Figura 11 - Comércio informal na Av. Sete de Setembro, Relógio de São Pedro ....	133
Figura 12 - Comércio informal na Av. Sete de Setembro, Relógio de São Pedro ..	134
Figura 13 - Camelôs da Av. Sete de Setembro.....	134
Figura 14 – Calçada de pedestre Av. Sete de Setembro.....	135
Figura 15 – Barbearia na calçada da Av. Sete de Setembro.....	135
Figura 16 – Calçadão do Relógio de São Pedro.....	136
Figura 17 - Área de abrangência do projeto de requalificação da PMS para os camelôs e ambulantes da Avenida Sete de Setembro e entorno.....	137
Figura 18 - Isolamento da Praça do Relógio de São Pedro –Início da reforma do calçadão.....	140
Figura 19 - Proteção do Relógio de São Pedro.....	140
Figura 20 - Proteção do Relógio de São Pedro.....	141
Figura 21 - Canteiro de obras da Praça do Relógio de São Pedro.....	141
Figura 22- Retirada do Relógio de São Pedro para manutenção.....	141

Figura 23 - Recolocação do Relógio de São Pedro após manutenção .....	142
Figura 24 - Beco do Mucambinho– Av. Sete de Setembro .....	143
Figura 25 – Beco Rua do Cabeça .....	145
Figura 26 - Av. Sete de Setembro – Beco Largo do Rosário .....	146
Figura 27 - Rua da Forca–Av. Sete de Setembro .....	146
Figura 28 - Rua da Forca– Av. Carlos Gomes .....	147
Figura 29 - Beco do Mucambinho – Av. Carlos Gomes .....	147
Figura 30 - Beco do Mucambinho – Av. Sete de Setembro .....	148
Figura 31 - Beco Maria da Paz – Av. Sete de Setembro.....	148
Figura 32 - Beco Maria da Paz– Av. Carlos Gomes.....	149
Figura 33 – Rua do Cabeça - Av. Sete de Setembro .....	150
Figura 34 - Rua do Cabeça–Rua Carlos Gomes.....	150
Figura 35 - Relógio de São Pedro .....	151
Figura 36 - Relógio de São Pedro .....	151
Figura 37 - Praça Barão do Rio Branco / Relógio de São Pedro.....	152
Figura 38 - Praça Barão do Rio Branco. ....	152
Figura 39 - Rua Portão da Piedade, saída em frente ao Center Lapa .....	153
Figura 40 - Frente do Center Lapa.....	153
Figura 41 - Lateral do Center Lapa .....	154
Figura 42 - Avenida Sete de Setembro e entorno – Área da pesquisa de campo...	164

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese do Referencial Teórico-Conceitual .....	70
Quadro 2 – Síntese das Ações Dos Governos: de Fernando Henrique Cardoso à Dilma Rousseff .....	104
Quadro 3 – Síntese dos Principais Programas de Geração de Emprego e Renda no Brasil -1995 A 2004 .....	105

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de Desemprego das Regiões Metropolitanas (RMs): Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre ..	127
Gráfico 2 - Sexo .....	165
Gráfico 3 – Faixa Etária.....	165
Gráfico 4 – Escolaridade .....	166
Gráfico 5 – Tempo como empreendedor de rua.....	168
Gráfico 6 – Motivação para ser empreendedor de rua .....	168
Gráfico 7 – Optantes do MEI .....	169
Gráfico 8 – Nível de satisfação na nova localização .....	170
Gráfico 9 - Nível de satisfação na opção como MEI.....	171
Gráfico 10 – Aumento no faturamento como optante do MEI .....	172
Gráfico 11 - Faixa de aumento nas vendas.....	172

## LISTA DE SIGLAS

<b>AGECOM</b>	Assessoria Geral de Comunicação
<b>AIDF</b>	Autorização de Impressão de Nota Fiscal
<b>AMEI</b>	Associação dos Profissionais Empreendedores Individuais no Estado da Bahia
<b>A.P.A.</b>	Aprendizado para Adultos
<b>AVSI</b>	Associação Voluntários para o Serviço Internacional - Brasil
<b>BID</b>	Banco Interamericano de Desenvolvimento
<b>BNDES</b>	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
<b>BRA</b>	Brasil
<b>CALLCENTER</b>	Central de Atendimento
<b>CAS</b>	Centro Antigo de Salvador
<b>C.A.V.</b>	Ciclo de Aprendizado Vivencial
<b>CCE's</b>	Características do Comportamento Empreendedor
<b>CDL</b>	Câmara de Dirigentes Lojistas
<b>CEP</b>	Comitê de Ética da Universidade Católica do Salvador
<b>CEPAL</b>	Comissão Econômica para a América Latina
<b>CGSIM</b>	Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios
<b>CHS</b>	Centro Histórico de Salvador
<b>CIG</b>	Confederação Intersindical Galega
<b>CNPJ</b>	Cadastro Nacional Pessoa Jurídica
<b>CODEFAT</b>	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
<b>COELBA</b>	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
<b>CNAE</b>	Classificação Nacional de Atividades Econômicas

<b>CONDER</b>	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
<b>CUT</b>	Central Única dos Trabalhadores
<b>DAS-MEI</b>	Documento de Arrecadação Simplificada do MEI
<b>DASN-SIMEI</b>	Declaração Anual do Simples Nacional - Microempreendedor Individual
<b>DESAL</b>	Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador
<b>E-Business</b>	Negócio Eletrônico
<b>E-Commerce</b>	Comércio Eletrônico
<b>EEs</b>	Empresas Estatais
<b>EMBRAER</b>	Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.
<b>EMBRATEL</b>	Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.
<b>ENO</b>	Economia Não Observada
<b>EMPRETEC</b>	Sigla em espanhol para empreendedores (empresários) e Tecnologia (tecnologia)
<b>ENDEAVOR</b>	Instituto Empreender Endeavor
<b>FAT</b>	Fundo de Amparo ao Trabalhador
<b>FGVcenn</b>	Fundação Getúlio Vargas - Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios
<b>FHC</b>	Fernando Henrique Cardoso
<b>FIESP</b>	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>FMLF</b>	Fundação Mário Leal Ferreira
<b>FUNPROGER</b>	Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda
<b>GFIP</b>	Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social
<b>GEOM</b>	Geometria



<b>GINI</b>	Índice de Gini (criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo.)
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IDEM</b>	Índice da Dinâmica Econômica Municipal
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>IPCA</b>	Índice de Preço ao Consumidor Amplo
<b>IPEADATA</b>	Portal do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>FUNDAJ</b>	Fundação Joaquim Nabuco
<b>JUST-IN-TIME</b>	No tempo justo
<b>KAMBAM</b>	Cartão em Japonês
<b>LRF</b>	Lei de Responsabilidade Fiscal
<b>MEI</b>	Micro Empreendedor Individual
<b>MSI</b>	Management Systems Internacional
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<b>MTST</b>	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
<b>NF-e</b>	Nota Fiscal Eletrônica
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OUTSOURCING</b>	Terceirização; fonte no exterior
<b>PAC</b>	Programa de Aceleração do Crescimento
<b>PAEG</b>	Plano de Ação Econômica do Governo
<b>PATS</b>	Projeto de Apoio Técnico e Social
<b>PDV</b>	Plano de Demissão Voluntária
<b>PEA</b>	População Economicamente Ativa

<b>PED</b>	Plano Estratégico de Desenvolvimento
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PMS</b>	Prefeitura Municipal de Salvador
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
<b>PND</b>	Plano Nacional de Desenvolvimento
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>POF</b>	Pesquisa de Orçamentos Familiares
<b>PREALC</b>	Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe
<b>PRODER</b>	Programa de Emprego e Renda
<b>PROGER</b>	Programa de Geração de Emprego e Renda
<b>PRONATEC</b>	O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
<b>PSC</b>	Programa Soldado Cidadão
<b>RM</b>	Região Metropolitana
<b>SEBRAE</b>	Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa
<b>SEFAZ</b>	Secretaria Municipal da Fazenda
<b>SEI</b>	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
<b>SELIC</b>	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
<b>SEMOP</b>	Secretaria Municipal de Ordem Pública
<b>SEMUT</b>	Secretaria Municipal de Urbanismo e Transportes
<b>SENAC</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
<b>SENAI</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
<b>SENAT</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
<b>SIMEI</b>	Sistema de recolhimento em valores fixos mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional, devidos pelo Microempreendedor Individual
<b>SUCOP</b>	Superintendência de Conservação e Obras Públicas do Salvador

<b>SUDENE</b>	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
<b>TCLE</b>	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
<b>TELEBRÁS</b>	Telecomunicações brasileiras
<b>TLC</b>	Teoria do Lugar Central
<b>UCSAL</b>	Universidade Católica do Salvador
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
<b>URV</b>	Unidade Real de Valor
<b>USAID</b>	Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>21</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL .....</b>	<b>25</b>
2.1	METODOLOGIA .....	25
2.2	REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL .....	27
2.2.1	<b>Teorias Socioeconômicas e a Teoria econômica do emprego (Keynesiana).....</b>	<b>28</b>
2.2.2	<b>A Teoria das Localidades Centrais .....</b>	<b>35</b>
2.2.3	<b>A Teoria dos dois circuitos da economia.....</b>	<b>39</b>
2.3.4	<b>Empreendedorismo e economia informal .....</b>	<b>41</b>
2.3.5	<b>Território, territorialidade e desenvolvimento local.....</b>	<b>65</b>
<b>3 A</b>	<b>POLÍTICA DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO BRASIL E OS PRINCIPAIS PROGRAMAS IMPLANTADOS (1995/2016) .....</b>	<b>73</b>
3.1	GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995/2002).....	75
3.2	GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (LULA) – 2003/2011 .....	81
3.3	GOVERNO DILMA VANA ROUSSEFF (DILMA ROUSSEFF) – 2011/MAIO DE 2016 .....	83
3.4	PRINCIPAIS PROGRAMAS DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO BRASIL (1990/2004) .....	87
3.4.1	<b>Programa Brasil Empreendedor – 1999.....</b>	<b>87</b>
3.4.2	<b>Programa Novos Empreendedores - 2001 .....</b>	<b>90</b>
3.4.3	<b>Programa Saber Empreender – 2001.....</b>	<b>94</b>
3.4.4	<b>Programa Aprender a Empreender - 2001.....</b>	<b>97</b>
3.4.5	<b>Programa Soldado Cidadão - 2004 .....</b>	<b>98</b>
3.4.6	<b>Programa Jovem Empreendedor - 2004 .....</b>	<b>101</b>
<b>4</b>	<b>O COMÉRCIO INFORMAL NO CENTRO ANTIGO DA CIDADE DE SALVADOR/BA E O PROJETO MUNICIPAL DE REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA SETE DE SETEMBRO .....</b>	<b>107</b>
4.1	CARACTERIZAÇÃO DO COMÉRCIO NO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR/BA .....	123
4.2	O PROJETO MUNICIPAL DE REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA SETE DE SETEMBRO .....	132

<b>5</b>	<b>A APLICAÇÃO DO PROGRAMA DE MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) NO ÂMBITO DO PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DO COMÉRCIO DA AVENIDA SETE DE SETEMBRO .....</b>	<b>156</b>
5.1	LEI COMPLEMENTAR 128 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008 – MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI.....	156
5.2	AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR 128 NA AVENIDA SETE DE SETEMBRO E ENTORNO– SALVADOR/BA .....	162
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>179</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>185</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>195</b>
	APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	195
	APÊNDICE 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	196
	APÊNDICE 3 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	197
	APÊNDICE 4 - QUESTIONÁRIO.....	198
	APÊNDICE 5 - ROTEIRO DE ENTREVISTA .....	199
	APÊNDICE 6 - ROTEIRO DE ENTREVISTA .....	200
	APÊNDICE 7 - ROTEIRO DE ENTREVISTA .....	201
	<b>ANEXO .....</b>	<b>202</b>
	ANEXO 1 - ROTEIRO DE FINANCIAMENTO DO PROGRAMA NOVOS EMPREENDEDORES -2001 .....	202

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil foram elaborados diversos programas e planos de incentivo à geração de emprego e renda ao longo de sua história política e econômica, buscando a diminuição do hiato nas diferenças socioeconômicas entre a população de baixa e alta renda. Esses planos resultaram em diversos estudos para uma reflexão das causas e consequências de cada medida governamental. Nos registros bibliográficos, fica explícito que os programas e planos de políticas públicas perpassam por questões delicadas e necessitam de análises mais profundas e sistematizadas, em um país de dimensões continentais, com variadas culturas, particularidades e regionalidades.

Objetivando a implantação de mais um programa de geração de emprego e renda, o governo federal lançou, através da Lei Complementar nº 128 de 19 de dezembro de 2008 (modificando parte da Lei Complementar nº 123/2006), a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, criando a figura do Micro Empreendedor Individual (MEI), implementado em 1º de julho de 2009 em todo território nacional, tendo como objetivo a inserção socioeconômica dos trabalhadores da informalidade.

Em 2013, a Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), através da Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEMOP), propõe o reordenamento para os camelôs e ambulantes do centro da cidade do Salvador.

Em função da simultaneidade do projeto de requalificação da Prefeitura Municipal de Salvador, no centro antigo, e do Programa do governo federal de geração de emprego e renda – MEI, aplicados aos camelôs e ambulantes da Avenida Sete de Setembro e seu entorno, vislumbrou-se a necessidade da realização do estudo acadêmico proposto.

A pesquisa em questão buscou retratar a situação atual dos comerciantes de rua do centro da cidade de Salvador, especificamente localizados na Avenida Sete de Setembro e seu entorno, relativamente à opção pelo MEI. A área de pesquisa foi selecionada com base no projeto de requalificação da Prefeitura Municipal de Salvador. Na Avenida Sete de Setembro, as áreas que foram inicialmente contempladas por definição da SEMOP, foram: Largo do Rosário; Beco do Mucambinho, Rua do Cabeça, Rua 21 de Abril, Rua Onze de Junho, Beco de Maria

Paz, Rua Conselheiro Junqueira Ayres, Rua Coqueiros da Piedade, Rua Portão da Piedade, Rua Nova de São Bento, Rua 24 de Fevereiro e Praça Carneiro Ribeiro.

Em se tratando do recorte espacial da pesquisa, considera-se a escala local, no que tange à localização dos camelôs e ambulantes do centro de Salvador, e a escala nacional, no que se refere à legalização como MEI.

A economia informal não pode ser desconsiderada como agente participativo na construção de um país, que busca diminuir as desigualdades socioeconômicas através das políticas públicas. A informalidade é o segmento econômico que mais cresceu no Brasil nos últimos anos, sem trazer contrapartida para os governos municipal, estadual e federal. Soares (2008), em sua obra, discorre sobre as causas e consequências do trabalho informal, abordando estudiosos da história econômica. Explica o fenômeno da informalidade através do capitalismo como fator responsável pelo crescimento do desemprego, aliado ao processo de globalização e aos avanços tecnológicos no processo da industrialização.

No período do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso —1994 a 2002 — foram elaborados diversos planos de desenvolvimento socioeconômico, a exemplo do Brasil Empreendedor, Novos Empreendedores, Soldado Cidadão, Saber Empreender, Jovem Empreendedor e EMPRETEC, na tentativa de minimizar o alto nível de desemprego herdado do governo do presidente Fernando Collor de Melo, e intensificado na gestão pública sequencial, tanto no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, quanto da Presidente Dilma Vana Rousseff. Entretanto, os planos elaborados não trouxeram resultados esperados, pois os índices de desemprego não foram diminuídos significativamente.

Em 2008, conforme citado, o governo federal elaborou e sancionou a Lei Complementar nº 128, criando a figura jurídica para os autônomos, feirantes, camelôs e ambulantes de toda unidade federativa, como proposta de geração de emprego e renda.

Nesse contexto, a presente pesquisa se justifica face ao atual quadro econômico, com crescente índice de desemprego no Brasil, e particularmente, na Bahia, bem como pela necessidade de promover uma investigação acerca dos efeitos da aplicação dessa lei na cidade de Salvador/BA, tendo como estudo de caso

os camelôs e ambulantes do centro antigo da cidade, situados na Avenida Sete de Setembro e entorno.

A escolha do objeto de estudo se deu em função da correlação entre a Lei Complementar nº 128, referente à legalização como Micro Empreendedor Individual – MEI, e o projeto da Prefeitura Municipal de Salvador de requalificação dos empreendedores da informalidade do centro antigo de Salvador, localizados na Avenida Sete de Setembro. Soma-se a isso, a experiência profissional da mestrandia, obtida através das atividades desenvolvidas junto à SEBRAE, atuando como consultora, instrutora e multiplicadora de programas nacionais de incentivo à geração de emprego e renda através do empreendedorismo, no período de 1994 a 2005.

O objetivo geral do estudo acadêmico é analisar a efetividade da aplicação da Lei Complementar n. 128 (Micro Empreendedor Individual) para os camelôs e ambulantes da Avenida Sete de Setembro e entorno (Salvador/BA), no âmbito do projeto de requalificação da Prefeitura Municipal de Salvador/BA.

Com a finalidade de estruturar a pesquisa, são apresentadas as questões que foram exploradas e estruturadas para o desenvolvimento e a elaboração da dissertação:

- ✓ Qual a relação do empreendedorismo com os principais programas de geração de emprego e renda no Brasil no período de 1995 a 2014?
- ✓ Qual o contexto da Lei Complementar n. 128 (Micro Empreendedor Individual) no âmbito das políticas econômicas de empreendedorismo no Brasil?
- ✓ Quais as características principais do comércio do Centro Antigo de Salvador e do Plano de requalificação da Prefeitura Municipal de Salvador?
- ✓ Quais as opiniões dos camelôs e ambulantes da Avenida Sete de Setembro sobre o plano de requalificação municipal?
- ✓ Qual o índice de satisfação dos camelôs e ambulantes que optaram pelo MEI na nova localização, particularmente em relação aos resultados financeiros?
- ✓ Quais os principais avanços e limites para a regularização dos camelôs e ambulantes no âmbito do MEI.

A proposta deste estudo acadêmico é apresentar, portanto, a análise dos resultados acerca da aplicação do Programa de Micro Empreendedor Individual (MEI), junto aos camelôs e ambulantes da Avenida Sete de Setembro, concomitantemente ao projeto municipal de organização dos empreendedores de rua.



A dissertação está estruturada em cinco capítulos. O primeiro é introdutório, apresentando o contexto e a justificativa da pesquisa, bem como a organização do trabalho. No segundo capítulo, é contemplado o referencial teórico-conceitual, abrangendo as principais teorias relacionadas à temática — Teoria socioeconômica; Teoria econômica do emprego (keynesiana e da era fordista); Teoria das Localidades Centrais; Teoria dos dois circuitos da economia e as teorias sobre território e desenvolvimento local — bem como os principais conceitos sobre o empreendedorismo e sua relação com a economia informal. No terceiro capítulo são abordadas as principais políticas de geração de emprego e renda, perpassando pelos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2003); de Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2011) e de Dilma Rousseff (2011 a maio de 2016). Além disso, são analisados os principais programas de geração de emprego e renda implantados no Brasil no período de 1995 a 2015. No quarto capítulo, é apresentado um breve histórico acerca do comércio informal no centro antigo de Salvador, e também é abordado o Projeto municipal de Requalificação do Centro Antigo de Salvador, implantado em 2013. No quinto capítulo é apresentada, através de pesquisa quantitativa e qualitativa, a realidade da proposta de opção para o MEI dos trabalhadores da economia informal que atuam no centro antigo da cidade de Salvador. Tratou-se de avaliar se o programa MEI, é uma nova política voltada para a diminuição das diferenças socioeconômicas do país, ou se é mais um programa de cunho político, com vistas ao aumento na arrecadação fiscal para os cofres públicos, principalmente para a previdência social, ou ainda, se é uma questão de uma prática eleitoreira para que a população de baixa renda considere que o poder público está atuando na busca de soluções para minimizar o crescente número de desempregados.

Nas considerações finais é feita uma reflexão, com base nas questões teóricas destacadas e na pesquisa de campo realizada, se o MEI constitui-se em uma estratégia real de geração de emprego e renda da política pública socioeconômica, bem como se o projeto de requalificação dos empreendedores de rua da Avenida Sete de Setembro e seu entorno atenderam às demandas dos comerciantes, ou trata-se de mais um programa com pouca possibilidade de trazer soluções efetivas para sanar uma realidade crescente de desemprego, tão igual ou pior a todos os outros programas citados no período estudado.

## **2 METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL**

### **2.1 METODOLOGIA**

A metodologia de abordagem utilizada, de caráter quantitativo e qualitativo, abrangeu a análise e síntese com base em leituras teóricas e técnicas que ajudem a compreender o processo de legalização e localização dos empreendedores da informalidade de Salvador, no contexto da Lei 128/2008.

Quanto à metodologia de procedimento, esta abrangeu pesquisa bibliográfica e documental, e estudo de caso relativamente aos camelôs e ambulantes optantes do MEI do Centro Histórico de Salvador. Quanto à pesquisa bibliográfica e documental, esta fundamentou-se no histórico dos programas e planos das políticas públicas brasileiras e seus respectivos resultados, com vistas ao entendimento e análise da política atual de legalização dos empreendedores da economia informal e o ordenamento dos ambulantes e camelôs do centro de Salvador.

Foram realizadas visitas ao SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa) para pesquisar os dados estatísticos dos resultados obtidos em cada programa de geração de emprego e renda nos anos de 1995 a 2015, período estudado, referente aos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Dilma Vana Rousseff. Conforme informado pelos gestores da instituição citada, os registros dos programas de geração de emprego e renda do período em questão, não estavam mais disponíveis, uma vez que os funcionários responsáveis pela aplicação, acompanhamento e auditoria dos resultados dos respectivos programas, não se encontravam mais no quadro de colaboradores do SEBRAE.

Quanto ao estudo de caso, este tipo de pesquisa, conforme exposto em GIL (1989, p. 79), “se fundamenta na ideia de que a análise de uma unidade de determinado universo possibilita a compreensão da generalidade do mesmo, ou, pelo menos, o estabelecimento das bases para uma investigação posterior, mais sistemática e precisa”. O estudo de caso foi fundamentado na aplicação de questionários e entrevistas.

Quanto aos questionários, a qualidade da amostra é que estabelece a eficiência e precisão dos dados coletados. Foram aplicados 93 questionários

diretamente aos comerciantes de rua da Avenida Sete de Setembro, abrangendo 14 questões (abertas e fechadas), representando 10% do quantitativo instalado no local. O local pesquisado foi definido a partir do mapa da área de abrangência do projeto de requalificação da PMS para os camelôs e ambulantes da Avenida Sete de Setembro e entorno, conforme apresentado no Capítulo 5. O quantitativo de questionários foi distribuído proporcionalmente em cada beco e calçadão, definidos no mapa da PMS, para com isso coletar informações em todos os locais pré-definidos no projeto de requalificação municipal.

No questionário aplicado foram utilizadas perguntas com características demográficas, como: sexo, idade, nível educacional e outras; características psicológicas, a exemplo de expectativas, satisfação, percepção, opção, particularmente em relação ao Programa do Micro Empreendedor Individual e as alterações relativamente à realocação das barracas; características comportamentais, como: precisão, comunicação e honestidade. (MATTAR, 2000).

Em segundo lugar, foram realizadas as entrevistas semiestruturadas, aplicadas aos órgãos envolvidos no projeto municipal de localização e no programa federal de legalização dos empreendedores de rua da Avenida Sete de Setembro. São eles: SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio ao Micro e Pequeno Empresário); SEMOP (Secretaria Municipal de Ordem Pública); e a Associação dos Profissionais Empreendedores Individuais no Estado da Bahia (AMEI).

Segundo Gil (1989, p. 113) a entrevista é “uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação [...] sendo uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais”.

Vale registrar que as autorizações para a aplicação dos questionários e das entrevistas foram obtidas mediante assinaturas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme constante do projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica do Salvador (CEP/UCSAL), anexados no apêndice desta dissertação.

Relativamente à entrevista com representante da SEBRAE, as questões foram enviadas previamente por email para análise e aprovação da diretoria, mediante a assinatura do TCLE.

Após aprovação, foi realizada uma reunião nas instalações da instituição, onde efetivou-se a entrevista sobre o papel da instituição no programa de legalização do governo federal para os empreendedores da informalidade, como Micro Empreendedor Individual – MEI.

A segunda instituição entrevistada foi a Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEMOP), que também solicitou o envio das questões em meio eletrônico para a devida análise e aprovação, pela Superintendência. Ressalta-se que a SEMOP autorizou imediatamente, entendendo a importância do trabalho a ser realizado, objetivando uma produção acadêmica, que possibilitaria o registro das ações realizadas na atual gestão. Após análise do setor de comunicação e marketing, o TCLE foi assinado pelo superintendente da SEMOP, autorizando a realização da entrevista. Saliencia-se que a entrevista foi realizada juntamente ao departamento de comunicação e marketing do órgão municipal.

A terceira instituição proposta para a realização da entrevista foi a Associação dos Profissionais Empreendedores Individuais no Estado da Bahia (AMEI). Entretanto, apesar do presidente da associação ter assinado o TCLE, o mesmo não respondeu às questões, apesar das diversas solicitações por meio eletrônico e ligações telefônicas.

Os dados obtidos dos questionários foram tabulados e analisados por método estatístico, com base na amostragem e variáveis necessárias. Também foi realizada uma análise qualitativa das entrevistas realizadas. O resultado da pesquisa está apresentado no capítulo 5 deste estudo acadêmico.

## 2.2 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

O referencial teórico-conceitual da dissertação está fundamentado nas teorias socioeconômicas e teoria econômica do emprego (BRANDÃO, 2007; BRITO, 2004; GALLIANO, 1981; HARVEY, 1992; HUGON, 1976; KEYNES, 1982; MAXIMIANO, 2011; SILVA, 2008); na Teoria das Localidades Centrais–Walter Christaller (SILVA, 1997; BRAGA 1999); na Teoria dos dois circuitos da economia (SANTOS, 2008) e,

ainda nos conceitos de empreendedorismo, (LEITE, 2000; SANTOS, 2011; BIRLEY, 2001; DOLABELA, 1999; CHIAVENATO, 2006; ROGERS, 1983; KOTLER, 2006; SEBRAE, 2000; MOREIRA, 1998; KITAMURA, 2007; PNUD/ONU 2000; PRODER/SEBRAE, 2001); de economia informal (BRANDÃO, 2007; LAGES, 2004; HAESBAERT, 2004; MORAIS, 2013; SOARES, 2008; SANTOS, 2011) e, de território e desenvolvimento local, visando dar suporte à discussão acerca da aplicabilidade da Lei do MEI, junto ao mercado informal localizado no Centro Antigo da cidade do Salvador, foco central deste estudo. O Quadro I apresenta a síntese dos teóricos, teorias e principais conceitos.

### **2.2.1 Teorias Socioeconômicas e a Teoria econômica do emprego (Keynesiana)**

Para o desenvolvimento da presente dissertação, é imprescindível uma breve retomada das teorias clássicas e neoclássicas das relações socioeconômicas e os efeitos na geração de emprego, que influenciaram todo o processo de desenvolvimento industrial no Brasil.

Considerando o estudo da Sociologia, como ciência que estuda a vida social, cita-se a divisão sociológica de Durkheim em: Morfologia Social, que estuda a estrutura material da sociedade, ou seja, a densidade populacional, sua distribuição e concentração urbana; na Fisiologia Social que estuda sua estrutura na esfera religiosa e econômica; e na Sociologia Geral que estuda os problemas teóricos. (GALLIANO, 1981).

A teoria durkheimiana, escola francesa, considera a maneira como a sociedade se compõe, são arrançadas, a distribuição da população sobre o território, a natureza e os canais de comunicação e a forma de habitação. A sociedade sofre a força da coesão exterior como é o produto cristalizado da ação humana submetida a normas sociais. (GALLIANO, 1981, p. 63).

A relação entre “maneiras de ser” e “maneiras de fazer” é explicada assim: “A estrutura política de uma sociedade é apenas a maneira como os diferentes segmentos que o compõem adquiriram o hábito de viver uns com os outros. Se suas relações são tradicionalmente estreitas, os segmentos tendem a confundir-se; caso contrário, tendem a distinguir-se”. Durkheim, portanto, não confunde sua morfologia social com a Geografia Humana, ou Geografia

Econômica. Esta, em princípio, interessa-se apenas pela distribuição espacial da população e alguns de seus atributos sociais e econômicos.

Para ele a divisão do trabalho varia na razão direta do volume e da densidade das sociedades e se ela progride constantemente durante seu desenvolvimento social, significa que as sociedades estão mais densas e mais volumosas. (GALLIANO, 1981, p. 69).

O sociólogo e economista político alemão do século XIX e XX das relações sociais é Max Weber, que estudou as ideias democráticas e achava que o mundo caminhava para a racionalização total, buscava a libertação humana da burocracia. Procurou demonstrar em seus estudos que as ideias religiosas e éticas são fundamentais em toda sociedade. Defende o princípio da Coesão Social: Interesses e Dominação.

[...] o sociólogo, quando se pergunta “por que o empresário capitalista reinveste a maior parte do lucro em vez de esbanjá-lo?” não quer conhecer apenas as causas e os efeitos do investimento no conjunto da atividade econômica; quer antes saber dos interesses, das ideias, dos motivos que levam o empresário, como ser consciente e inteligente, a organizar sua atividade dessa maneira e não de outra. Mas só o indivíduo é capaz de atividades significativas, pois só ele — e não a sociedade e seus grupos intermediários — tem consciência e inteligência para dar sentido subjetivo a suas ações. Por isso as formas de organização social, das mais simples às mais complexas, são na Sociologia weberiana reduzidas ao mínimo denominador comum da ação humana individual. Se os indivíduos admitem corretamente a existência de “formações sociais” como o Estado, a família, a Igreja, cabe ao sociólogo tentar compreender essas representações e determinar exatamente como elas influenciam a ação efetiva dos que por elas se orientam. [...]. (GALLIANO, 1981, p. 72).

Quando falamos do século XIX, não se pode deixar de citar a importância dos estudos sociológicos de Karl Heinrich Marx, fundador do movimento comunista internacional, tendo estudado Direito, História e Filosofia. Escreveu diversas obras, dentre elas *O Capital*, que foi considerada como a obra mais importante, na qual desenvolveu a teoria do sistema capitalista e suas tendências destrutivas.

Declara Marx que “as relações sociais estão diretamente ligadas às relações produtivas. Ao adquirir novas forças produtivas, os homens alteram os modos de produção, a maneira de ganhar a vida e todas as relações sociais” [...] (GALLIANO, 1981, p. 102).

Marx tem influência até hoje sobre os estudos contemporâneos da Economia Política. O centro dos questionamentos salientados por ele e pelos marxistas está na forte crítica ao capitalismo, principalmente na relação da teoria do valor-trabalho, como a parte econômica do trabalho, bem como se produz a riqueza social e sua distribuição. Combate veementemente a burguesia e a relação de exploração do proletariado, considerada a camada inferior da sociedade produtiva. Cria a expressão da “mais valia” para o valor social do trabalho, como sendo a parcela em que o operário contribui para a produção sem ser remunerado. Esta relação se dá no tangente a produtividade, ou seja, produzir mais em menor tempo, fortemente estudada e aplicada pelos administradores pós-revolução industrial.

Conforme exposto em Hugon (1976), Marx combate fortemente o capitalismo como forma de exploração da mão de obra trabalhadora.

[...] Concepção Econômica do Marxismo. 1º A tese da exploração é apresentada por Marx sob dois aspectos complementares: primeiro, o econômico — o trabalho constitui o valor dos produtos; 2º o social — o valor produzido deve pertencer a quem fornece o trabalho, ou seja, ao operário. Ora, o empregador e o capitalista reservam para si uma parte do valor produzido; o operário não recebe, pois, o produto integral do seu trabalho, ao qual tem direito. (HUGON, 1976, p. 227).

A partir da Revolução Industrial, meados do século XVIII, ocorre uma grande mudança na administração pública. Com o surgimento das fábricas tem-se, conseqüentemente a formação dos sindicatos. Nesse contexto, a administração passou a ter a necessidade de ser estudada cientificamente.

No que tange às relações de emprego, percebe-se desde a era fordista uma luta constante, travada por todos os segmentos empresariais para que a relação entre a produção, o consumo e o emprego seja o percussor do processo cíclico e de retroalimentação da economia.

Em 1903, Frederick Taylor lidera o movimento da administração científica, criando um conjunto de princípios e técnicas para sistematizar o processo produtivo e com isso, a otimização da produção através da racionalização do trabalho, padronização dos procedimentos e utilização de ferramentas técnicas. Defende também a alta qualificação individual da mão de obra trabalhadora. Cada trabalhador é especializado em uma atividade apenas, aquela em que ele realiza no

dia a dia, dessa forma, a remuneração permeia altos salários tecnicistas. (MAXIMIANO, 2011).

Controlando o movimento e o tempo que cada trabalhador levava para realizar as suas atividades no processo produtivo, Taylor estudou uma maneira de melhorar os resultados da produção, remunerando os trabalhadores pela produtividade, ou seja, pela quantidade produzida por cada empregado. Com isso, a eficiência produtiva aumentava juntamente com a renda do trabalhador, causando como consequência direta o aumento do consumo. Uma sociedade com altos salários proporciona a aquisição de bens duráveis industrializados, e esse movimento de emprego, consumo e expansão produtiva, ocasionou a necessidade de novas tecnologias e aplicação de processos modernizados, para que as produtividades se elevassem aos níveis suportáveis de absorção mercadológica e lucratividade.

Um exemplo dos métodos de Taylor foi a experiência na qual demonstrou que a produtividade mais elevada resulta da minimização do esforço muscular. Essa é uma das ideias fundamentais da administração científica: a produtividade resulta da eficiência do trabalho e não da maximização do esforço. A questão não é trabalhar duro, nem depressa, nem bastante, mas trabalhar de forma inteligente. (MAXIMIANO, 2011, p. 33).

Já Henry Fayol, considerado o pai da administração moderna, ao lado de Taylor, tem um papel crucial na modernização dos conhecimentos da administração, para ele, todas as atividades de uma empresa contribuem para seus resultados financeiros, não apenas o processo industrial. A importância de planejar, organizar, controlar e acompanhar as atividades diárias, sejam elas de cunho particular familiar ou empresarial, é condição prioritária para a sustentabilidade, manutenção e longevidade de qualquer empreendimento empresarial.

Fayol, apud Maximiano (2011), defende a separação da administração do processo industrial e com isso identifica o papel do gerente diferente das operações industriais. O gerente deve atuar com a visão de liderança e não como parte integrante na produção, ele deve ter uma visão sistêmica da empresa e desse modo, deve atuar como um gestor e não como um operário do processo produtivo. Essa proposta traz certo conflito na aceitação dos diversos papéis a serem definidos na empresa, para que a lucratividade seja crescente e proporcione a retroalimentação



das relações mercadológicas de compra e venda de produtos e serviços. Neste momento, Fayol passa a definir melhor o papel do executivo em uma empresa, deixando nítida a necessidade de reestruturação operacional e administrativa para a manutenção e sustentabilidade empresarial. (MAXIMIANO, 2011).

Fayol percebe diversas questões até então não observadas nas empresas. Ele separa habilidade administrativa do conhecimento técnico, demonstrando que as orientações técnicas podem ser facilmente contestadas pela administração através do controle dos processos e procedimentos administrativos gerenciais da empresa. Para ele, “um líder que seja um bom administrador, mas tecnicamente medíocre, é geralmente muito mais útil à empresa do que se ele fosse um técnico brilhante, mas um administrador medíocre”. (SILVA, 2008, p. 132).

Neste período de estruturação da indústria, surge no cenário empresarial Henry Ford, que apresenta uma visão similar à de Taylor, onde o processo produtivo deve ser dividido em níveis diferentes, a parte de planejamento, que seria a administração propriamente dita e a parte operacional, que seria a de execução produtiva. (SILVA, 2008).

Por se tratar de empresário, Ford tem uma visão mais prática do processo produtivo de uma indústria, e defende a teoria da otimização do processo operacional através da eficiência da produção e de suprimentos. Passa-se então, neste momento, a ser levada em consideração a concorrência, que disputa o mercado consumidor. (SILVA, 2008).

Considera-se neste momento o taylorismo na indústria automobilística Ford, através da sistematização organizacional do processo produtivo. As linhas de produção dos carros, ou seja, as linhas de montagem passam a ser automatizadas, diminuindo o tempo total de finalização do produto. O fundamento fordista é baseado na quantidade produzida em menor tempo, menor preço, através da alta especialização da mão de obra e com maiores salários, bem como a departamentalização das atividades operacionais. Esse aumento da produtividade resulta em maior número de emprego, gerando o aumento do consumo, e de maneira cíclica mais uma vez, é apresentada a retroalimentação da produção industrial que aquece a economia do país.

O que se apresenta neste panorama econômico é a geração de emprego e renda através da eficiência e eficácia industrial, que cria as novas relações econômicas e sociais. Em função deste novo panorama socioeconômico e o fortalecimento das relações trabalhistas, surgem novos elementos na sociedade diretamente ligados ao mundo empresarial. Neste contexto, citam-se as figuras dos sindicatos de classes, as lutas trabalhistas e, concomitantemente, a necessidade de o Estado intervir como agente regulador desta nova relação empregatícia.

Com sua filosofia de produção em massa, preços baixos, altos salários e organização eficiente do trabalho, destacando-se aí a rapidez de fabricação, Henry Ford apresentou ao mundo o maior exemplo de administração eficiente individual que a história conhece. (SILVA, 2008, p. 121).

A Teoria econômica do emprego — Teoria Keynesiana—, associada ao período fordista, predominou no processo de estruturação capitalista, onde a relação patrão e empregado passou a ser um implicador da lucratividade, uma vez que as relações trabalhistas são diligenciadas por entidades de classes, os sindicatos, com força e representatividade. O Estado é obrigado a assumir o papel de interventor e negociador, pois os interesses políticos são voltados para as práticas das políticas públicas e a garantia das conquistas da classe operária.

Harvey (1992), em sua obra intitulada “Condição Pós-Moderna— uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural”, aborda o papel do governo como negociador entre as partes, orquestrando a nova relação trabalhista. De um lado os trabalhadores, a classe operária organizada, sindicalizada e reivindicadora dos direitos trabalhistas, dos outros dois lados o Estado e o empresariado, detentor do capital investido na indústria.

[...] os sindicatos ganharam considerado poder na esfera da negociação coletiva nas indústrias de produção em massa, preservaram algum controle dentro das fábricas sobre as especificações de tarefas, sobre a segurança e as promoções, e conquistaram importante poder político (embora nunca determinante), sobre as questões como benefícios da seguridade. (HARVEY, 1992, p. 128).

Salienta-se a importância do papel do economista Keynes, ao publicar, em 1936, a Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, que estuda as flutuações nos preços, produtos e emprego.

Diferentemente das teorias clássicas, Keynes rejeita o automatismo do pleno emprego e a mão invisível tão defendida por eles. Seus feitos proporcionaram o estudo dos efeitos na economia de curto prazo, tanto nos estudos da microeconomia como nos da macroeconomia. Para Keynes os reflexos das flutuações mercadológicas acontecem a curto prazo, e não a longo prazo como defendia os teóricos clássicos. Contrário ao pressuposto que a oferta cria sua própria procura, conclui que o mercado não caminha para o pleno emprego.

Keynes em sua obra apresenta o estudo dos salários acordados e a disposição que a mão de obra trabalhadora está para receber esse salário. Também relaciona em sua teoria a equação da alta de preços dos bens de consumo salariais com salários nominais e salários reais.

[...] que a mão de obra não esteja disposta a trabalhar por um salário nominal menor e que uma redução desse nível conduza, através de greves ou outro meio, a uma saída do mercado trabalhador de uma parte da mão de obra atualmente empregada. Pode-se, a partir disso, deduzir que o nível presente dos salários reais equivale exatamente à desutilidade marginal do trabalho? Não necessariamente, pois, embora uma redução do salário nominal em vigor leva a saída de certa quantidade de mão de obra, isso não quer dizer que uma redução salarial nominal, em termos de bens de consumo de assalariados, produza o mesmo efeito, caso resulte de uma alta de preços desses bens. Em outras palavras, pode acontecer que, dentro de certos limites, as exigências da mão de obra tendam a um mínimo de salário nominal e não a um mínimo de salário real. (KEYNES, 1982, p. 27).

No capítulo quinto da Teoria Geral do Emprego, Keynes apresenta a expectativa da relação mercadológica do produto e do emprego. Espera-se naturalmente que a produção seja baseada na demanda de mercado, e por sua vez essa produção seja absorvida pelo mercado consumidor. Este comportamento é esperado naturalmente em função da resultante da Lei da Oferta e da Procura, tão propagada e estudada pelas escolas clássicas.

Porém, Keynes considera em seus estudos algumas variáveis condicionantes para que esta equação funcione trazendo resultados financeiros e atendam às

expectativas esperadas, ou seja, atender e satisfazer o consumidor. A grande questão levantada por ele é se o consumidor está disposto a pagar os custos de produção para realizar essa satisfação, ou quanto de parcela o empresariado terá que assumir para manter sua produção, uma vez que se modificar e se adaptar a novas exigências, requer tempo na estruturação operacional.

A equação em que se refere é, de um lado a relação entre o fabricante e o preço que pode obter em seu produto acabado, ou seja, a disposição que o consumidor tem para pagar, do outro lado, o que o empresário pode ganhar de rendimento futuro. (KEYNES, 1982, p. 53).

O processo industrial ocorrido desde a era Taylor e Ford influenciou a indústria nacional e determinou os caminhos da produção mecanicista de massa, que buscava lucratividade crescente em números alarmantes, através da equação de maior quantidade produzida com custos operacionais reduzidos.

### **2.2.2 A Teoria das Localidades Centrais**

A Teoria da localização, especificamente a Teoria das Localidades Centrais de Walter Christaller, utiliza a centralização como princípio de ordem, como forma de organização e de povoamento dos centros urbanos. Conforme exposto em Silva (1976), em seu texto “Teorias de Localização e de Desenvolvimento Regional”, Christaller buscou uma teoria que correspondesse às teorias de localização da produção agrícola do alemão Thunen e à teoria de localização das indústrias de Weber.

[...] é preciso observar de início, que nem todos os centros populacionais são cidades (locais centrais), na concepção de Christaller. Estes últimos podem ser definidos como centros, cuja função principal é a de distribuição de bens e serviços a uma região em torno... “o fato mais decisivo no desenvolvimento dos lugares centrais não é o consumo dos bens centrais, a renda líquida (igual à renda bruta menos a produção e outros custos) que os habitantes dos lugares centrais ganham”. Isto porque W. Christaller supõe que um lugar central não somente distribui bens e serviços relativos à sua importância, mas também a centros colocados em uma posição inferior. Com isso, fica patente a ideia de hierarquia das localidades centrais [...] (SILVA, 1976, p. 9-10).

Quando se trata da localização nota-se que as escolhas deveriam ser livres, seguindo alguns princípios de interesse pessoal, como sendo o local em que deseja permanecer, residir e consumir suas necessidades básicas e de sobrevivência. Infelizmente, nem sempre a escolha baseia-se neste desejo, mas principalmente nas condições socioeconômicas da realidade em que vive cada indivíduo, considerando o seu cotidiano.

A população mais carente, considerada economicamente pobre, na maioria das vezes, busca residência em locais sub-humanos, precários, sem saneamento básico para ficarem mais perto dos grandes centros.

Em artigo publicado recentemente, registra-se a interligação da Teoria das Localidades Centrais de Christaller e o economista alemão August Lösch:

Nossa existência no tempo nos é determinada, mas temos ampla liberdade de escolha de nossa localização. Esta é influenciada, embora não de todo, pelo nosso lugar de origem. Encontrar a localização correta é essencial para uma vida de sucesso, também para um empreendimento de sucesso e para um assentamento duradouro — em suma, para a sobrevivência do grupo. Adicionalmente, uma localização adequada tem que ser a localização dos acontecimentos certos. [...]" Muito mais sucesso teve o trabalho publicado em 1933 por outro alemão, Walter Christaller, este um geógrafo. As formulações desenvolvidas por Lösch e Christaller ficaram conhecidas, em conjunto, como Teoria do Lugar Central (TLC). (Lösch, Christaller e a Teoria do lugar Central, 2001. Disponível em:<<http://mundogeo.com/blog/2001/04/01/losch-christaller-e-a-teoria-do-lugar-central/>>. Acesso em: 10 de out. 2015).

Schmidt (1983) salienta que desde o governo de Juscelino Kubitscheck segue os preceitos das escolas estruturalistas, onde defendia o centralismo como sendo o modelo administrativo e a polarização econômica do espaço. Tem sua origem nas ideias da teoria keynesiana, tentando preencher as lacunas enfrentadas pelo modelo liberal. Assim,

[...] o modelo liberal, com respeito à localização das atividades econômicas, desenvolveu-se após 1870 e se baseou fortemente em 1983e na economia clássica (Adam Smith e David Ricardo). A moderna teoria liberal de localização (Von Thunen, Alfred Weber, August Losch e Bertil Oklin) partiu de duas ideias principais formuladas por Smith e Ricardo: — a consecução do equilíbrio espacial dentro de um território nacional dependeria da livre mobilidade dos fatores da produção; — a realização do equilíbrio

geral entre distintos espaços nacionais seria respondida pela teoria dos custos comparativos e do livre comércio.

A teoria liberal de localização é uma explicação destes princípios fundamentais, na medida em que sustenta que:—há uma racionalidade implícita no sistema de mercado; — essa racionalidade se expressa pelo fato de que o equilíbrio final será realizado pela interação livre dos fatores produtivos;—esse equilíbrio naturalmente engendrado será o mais eficiente; — o equilíbrio espacial de natureza macroeconômica é o subproduto da soma de unidades individuais operando em equilíbrio; — o equilíbrio espacial geral pode ser alcançado procurando-se a otimização de variáveis puramente econômicas, tais como o lucro, funções de consumo e preços. [...] a teoria liberal de localização, ou a assim chamada “análise espacial ortodoxa”, enfatiza que o equilíbrio espacial deve ser realizado pela competição perfeita entre tomadores de decisão, por preços determinados pelo mercado, e pela propriedade privada dos meios de produção. Seus supostos básicos são de que a intervenção do Estado deve ser evitada a todo o custo, pois constitui-se uma fonte de distorções. (SCHMIDT, 1983, p. 125).

Braga (1999) realiza uma reflexão sobre a Teoria da Localização Central de Walter Christaller, apresentada e publicada no Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico em 1999, através do artigo intitulado “Walter Christaller: notas sobre a trajetória intelectual do criador da teoria dos lugares centrais”. Nele, o autor relata que Christaller rompeu com diversas barreiras no tratamento da geografia, e seus questionamentos se baseiam na distribuição das cidades no espaço geográfico. Na mesma localidade, existem espaços pequenos e grandes, de todas as categorias e classes sociais.

Christaller rompeu com o método usual dos geógrafos da época, tradicionalmente descritivo e indutivo, partindo para uma proposição dedutiva, em busca de uma formulação genuinamente teórica e pioneira nos estudos sobre a urbanização, que até então se baseavam em três abordagens: a geográfica, a histórica e a estatística. Apontando as limitações de tais abordagens, o geógrafo alemão argumentava o seguinte: primeiro, as condições geográficas naturais não poderiam explicar o tamanho nem a distribuição das cidades; segundo, as investigações históricas, apesar de revelarem um material factual abundante, nunca poderiam chegar a leis como as econômicas e; terceiro, o uso da estatística poderia estabelecer classes, frequências e médias e encontrar algumas regularidades, mas também não levariam a leis genuínas, apenas a meras probabilidades. O desenvolvimento e o declínio das cidades, segundo Christaller, dependeriam de fatores econômicos, o que incluiria a geografia das localidades no rol da geografia econômica. (Walter Christaller: notas sobre a trajetória intelectual do criador da teoria dos lugares centrais).

Os centros urbanos se tornaram locais de aglomeração populacional, muito em função das atividades disponibilizadas, considerados como verdadeiros polos de atração de todas as classes sociais. As atividades sociais e econômicas, que proporcionam uma melhoria na qualidade de vida, assumiram o papel de atrativos urbanos, independente das dificuldades que terão para acessar estas atividades. Na maioria das vezes, as melhorias são ilusórias para a população que pertence às camadas menos favorecidas economicamente.

Mesmo os grandes centros apresentando disparidades de classe sociais na sua urbanização, a centralização é uma realidade que permanece ao longo dos tempos. Esse quadro só poderá ser modificado através da gestão pública, principalmente a municipal, que depende de diversas vertentes das políticas públicas do Estado. Para que os problemas decorrentes desses complexos fatores de urbanização e condições socioeconômicas dos grandes centros urbanos possam proporcionar uma real melhoria na qualidade de vida da população, se faz necessário tempo e condições econômicas, além da visão estratégica dos gestores públicos. (Teoria das Localidades Centrais).

Apesar da TLC de Walter Christaller ter sido apresentada em relação ao século passado, percebe-se que se aplica plenamente nos tempos atuais, concluindo que muito pouco se modificou quanto às aglomerações dos grandes centros urbano sem relação às dimensões especiais, ou seja, a segregação sócio espacial e as políticas públicas urbanas.

A concentração dos centros urbanos se deu fortemente até o final do século XX, onde os serviços, produtos e a gestão pública encontravam-se instalados. A centralização nas grandes cidades decorre da facilidade de se consumir esses serviços ofertados de diversas modalidades, no mesmo local, denominado como centralidade. A facilidade de mobilização é outro fator preponderante para que esse fenômeno aconteça. A parte central das cidades concentra um maior número de pessoas que buscam atender suas necessidades, otimizando tempo, custos e deslocamentos.

No campo da Geografia urbana, temos conceitos como centro, delimitado para esta análise, cuja definição em sua essência encontra-se no Dicionário HOUAISS, "centro s. m.1 GEOM ponto em relação ao qual equidistam os pontos de uma circunferência ou de

uma superfície [...] 4.1 parte localizada no interior de cidade, região, país etc. 5 ponto de convergência de pessoas, olhares, veículos etc.” (HOUAISS, 2004, p. 673, apud GLUSZEVICZ; MARTINS, 2013).

Vale ressaltar que os centros das cidades apresentam uma concentração de estabelecimentos comerciais, educacionais, diversidade de serviços e principalmente de comerciantes da informalidade, considerados na atualidade como os empreendedores de rua, foco do programa do governo federal MEI, estudado nesse trabalho.

### **2.2.3 A Teoria dos dois circuitos da economia**

Milton Santos, geógrafo baiano, estudioso dos espaços sociais integrados com as relações socioeconômicas, criou a teoria dos dois circuitos da economia e organiza o espaço em duas categorias: o espaço superior e o espaço inferior. Segundo o autor,

Um novo tema de estudo não é apenas útil para se compreender o funcionamento da cidade como uma máquina viva, mas também para explicar, sob uma nova luz, as relações externas da cidade, seja com sua região de influência, seja com as outras cidades. O tema dos dois circuitos da economia urbana aparece então como um verdadeiro novo paradigma da geografia urbana e da planificação nos países subdesenvolvidos. (SANTOS, 2008, p. 38).

O circuito superior utiliza a influência do governo, ou seja, da sua ajuda, está ligado à produção e ao poder de compra, e controla a economia. Sua economia depende de grandes centros ou até mesmo centros internacionais e da sua tecnologia. (SANTOS, 2008, p. 47).

Já o circuito inferior compreende o pequeno comércio, artesanal, com baixa renda e baixo nível de vida. Inclui até mesmo os vendedores de rua. Não necessita de propaganda e publicidade, não possui estoques, geralmente concentrados em um espaço definido. (SANTOS, 2008, p. 197 e 218).

Santos em seus estudos realizou um paralelo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, bem como a diferenciação entre pobreza, gueto, favelados e a relação de emprego e suas respectivas mobilidades para o trabalho.



Nos países industriais, os cidadãos pobres, relativamente poucos numerosos, pertencem à população historicamente discriminada, cujos grupos aos quais as mutações econômicas não permitiram triunfar e à população imigrante chamada a realizar as tarefas mais ingratas, desprezadas pelos nacionais, mas que são fundamentais para o crescimento e o funcionamento da economia. Nos países subdesenvolvidos, os pobres urbanos, relativamente mais numerosos, são oriundos das classes médias e pobres, e frequentemente assistem à ascensão socioeconômica mais rápida dos estrangeiros que imigraram em data recente.

Sem dúvidas, pode-se encontrar semelhanças entre os dois tipos de coletividade. Por exemplo, a impossibilidade de encontrarem, num e noutro caso, trabalho permanente durante o ano todo, para uma importante percentagem da população do gueto, assim como para a da favela. Se a mobilidade no trabalho do habitante do gueto é limitada, a dos pobres das cidades dos países subdesenvolvidos, qualquer que seja o local de sua residência, é uma das características dessa mão de obra flexível e adaptável. (SANTOS, 2008, p. 72).

Santos considera os vendedores de rua como parte integrante do circuito inferior, salienta a diferenciação entre mascates e vendedores ambulantes, considerando que o primeiro trabalha e possui capital próprio e o segundo são financiados pelos comerciantes, adquirindo seus estoques fornecidos a crédito. Considera também que os vendedores de rua são uma opção que beneficia os empresários do circuito superior, porque comercializam suas mercadorias sem recolhimento de impostos.

Outra questão relevante considerada por ele é que, o aumento dos vendedores ambulantes se deu muito em função do êxodo rural, onde essa população migrante da agricultura, superlotam os grandes centros e vão em busca da sua sustentabilidade através de alternativas comerciais que não são consequência de salários recebidos pela relação de emprego. Esse processo de favelização é uma realidade nos países subdesenvolvidos, principalmente do mundo ocidental.

Em sua obra, também fala da falta de capital e crédito para os micro e pequenos negócios, deixando uma realidade latente de endividamento, pois o capital de giro inexistente e na maioria das vezes é do próprio fornecedor que financia o comércio atrás de prazos para pagamento das mercadorias. Isto nem sempre é cumprido em função do curto período entre a compra e a venda dos produtos. A

relação financeira para o giro dos estoques é uma das operações financeiras e bancárias mais caras, cobrando altos juros, porque retrata maior risco de não cumprimento dos compromissos acordados na relação entre o mercado fornecedor e o mercado consumidor.

Sem dúvida, a teoria dos dois circuitos viabilizou um melhor entendimento da relação socioeconômica dos grandes centros urbanos, no que tange ao comércio do circuito inferior, que ora passaremos a tratá-lo como o comércio dos camelôs e ambulantes, ou seja, comércio da informalidade.

### **2.3.4 Empreendedorismo e economia informal**

Na sociedade moderna, a relação de emprego veio sendo sustentada pelas grandes corporações empresariais dos diversos ramos de atividades, desde o início de século XX. As vagas de empregos eram ofertadas através dos polos industriais, instituições financeiras, grandes empresas comerciais de departamentos e grandes corporações de serviços. A economia do país era sustentada por esse círculo de mercado composto por grandes empresas privadas e públicas.

Com o advento da globalização, o mundo empresarial passou a ter um novo olhar e o mercado se abriu para as micro e pequenas empresas. O empreendedorismo surge nesse contexto como um fenômeno mundial, contribuindo para o crescimento da economia de uma nação, através da viabilização de novos negócios.

Do início da teoria econômica, com Adam Smith, até muito recentemente, os economistas explicavam o desenvolvimento das nações como resultado de três variáveis: mão de obra barata, matéria-prima abundante e capital disponível para investimentos. Hoje, sabe-se que existem duas outras variáveis, provavelmente mais importantes que as demais: a tecnologia e o empreendedorismo. Sem medo de empreender, produzir e ser feliz. Assim são os empreendedores. Nessa ótica, as novas tecnologias são responsáveis pela passagem da era taylorismo à era do pós-taylorismo, burocracia à adhocracia<sup>1</sup>, da especialização à

---

<sup>1</sup>Adhocracia—termo criado por Alvin Tofler e popularizado por Robert Waterman, utilizado na Teoria das Organizações. Trata-se do sistema temporário, variável e adaptativo, que está relacionado com o estabelecimento de um grupo de pessoas, com habilidades, profissões e conhecimentos diferentes,

polivalência, da era da produção em massa à era da produção flexível. Numa palavra, da sociedade industrial à sociedade da informação. (LEITE, 2000, p. 13 e 19).

O fenômeno da globalização foi um processo inevitável face ao surgimento de novas tecnologias. Estas foram as responsáveis pela passagem do taylorismo à era pós-taylorismo. (LEITE, 2000).

Nessa ótica, as novas tecnologias são responsáveis pela passagem do taylorismo à era pós-taylorismo, burocracia à adhocracia, da especialização à polivalência, da era da produção em massa à era da produção flexível. Numa palavra, da sociedade industrial à sociedade da informação.

Ser empreendedor, dono do seu próprio negócio, é um sonho de muita gente. Contudo, não é fácil realizá-lo. De fato, deixar a segurança proporcionada por um emprego estável, pelo cheque que não falta ao fim do mês, abdicar conforto de inúmeros benefícios oferecidos pelas empresas (carro, seguro saúde, cartão de crédito, formação diferenciada, bônus anuais, ações da empresa, etc.) é uma atitude difícil, que não se toma de ânimo leve. Ainda mais para quem tem filhos, quando se está a pagar casa, quando se gostaria de comprar aquele barco ou aquela casa de campo ou quando se planeja fazer aquela viagem espetacular. No entanto, será que dar um salto para deixar de ter um patrão e passar a ser patrão de si próprio é assim tão difícil? Será a barreira intransponível? (LEITE, 2000, p. 19).

Santos (2011) considera a globalização como uma imposição perversa, que traz atrelado o desemprego e empobrecimento, além de diversos males não tão tangíveis, e considera como uma evolução negativa da humanidade.

Todavia, podemos pensar na construção de um outro mundo, mediante uma globalização mais humana. As bases materiais do período são, entre outras, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta. Mas essas mesmas bases técnicas poderão servir a outros objetivos, se forem postas a serviços de outros fundamentos sociais e políticos. Parece que as condições históricas do fim do século XX apontavam para esta última possibilidade. Tais novas condições tanto se dão no plano empírico quanto no plano teórico. (SANTOS, 2011, p. 13).

---

porém complementares, que são reunidas para resolver determinados tipos de problemas organizacionais. Também conhecido como administração departamentalizada.

O processo de globalização, avanços tecnológicos e outros fatores internos e externos que culminaram numa gama de trabalhadores sem emprego, trouxeram como alternativa para o país a implementação da cultura empreendedora e a auto sustentabilidade.

O advento da informática e a globalização facilitaram as aquisições de produtos internacionais, sem burocracia e demora, com o aperfeiçoamento da logística. Sistemas como o *Kambam*, o *Just-in-time*, o *E-Commerce* e o *E-Business*, que são modelos internacionais de melhoria na qualidade e produtividade industrial, bem como mecanismos mercantilistas de negócios rápidos, via tecnologia de ponta, proporcionaram a aproximação dos continentes em termos mercadológicos. Não há mais barreiras, nem fronteiras a serem transplantadas. (BOWERSOX e tal. ,2001).

Esta revolução tecnológica além-fronteiras trouxe consequências desastrosas, como o desemprego da mão de obra desqualificada e despreparada tecnicamente para as novas exigências do mercado consumidor globalizado e competitivo. Some-se a isso a penetração de produtos do Oriente competindo com a indústria nacional, a exemplo do nylon substituindo o linho nacional e economizando energia. A indústria de brinquedos é outro segmento que sofreu queda vertiginosa, bem como os novos eletrônicos em função dos “made in China”, Taiwan, Indonésia e Japão. (CARVALHO, 2000).

No Brasil, os avanços tecnológicos e a concorrência com o mercado internacional, obrigaram as empresas a aderir ao mundo globalizado de maneira que as indústrias nacionais desprevenidas chegassem a passar a inexistentes no cenário empresarial, a exemplo da indústria nacional têxtil, brinquedo, metalurgia e siderurgia. A falta de investimento na modernização do parque industrial nacional sofreu fortemente com essa nova era tecnológica. As concorrências deixavam de ser as empresas vizinhas e passaram a ser grandes corporações nacionais e estrangeiras.

O processo industrial e dos serviços passaram a exigir, em função da necessidade de resultados cada vez mais crescentes e competitivos, uma mão de obra qualificada em todos os níveis e segmentos da sociedade, face ao alto nível de concorrência dos países desenvolvidos tecnicamente e em termos de profissionalização da sua mão de obra. O desemprego atinge todas as camadas da

sociedade neste período econômico. Faz-se necessário um plano de capacitação de mão de obra, o que não seria solucionado a curto prazo, principalmente para a população de baixa renda, sem acesso à educação formal e profissionalizante.

Os sistemas operacionais gigantescos deram lugar à microinformática, dispensando um contingente de trabalhadores “pegos de surpresa” e totalmente despreparados para uma nova realidade que se apresentava no panorama econômico nacional do final dos anos 1990. (CARVALHO, 2000).

Se historicamente o processo industrial era mecanicista, onde a mão de obra era altamente qualificada e bem remunerada para funções operacionais mecânicas limitadas, ou seja, cada operário só sabia realizar uma função determinada, o desafio atual refere-se ao processo de adaptação, em curto prazo, aos avanços tecnológicos e modernização automatizada e computadorizada do novo processo industrial.

Nesse contexto, a ascensão do empreendedorismo pode ser associada ao aumento do desemprego industrial em decorrência da revolução tecnológica e do processo de transformação econômica.

O termo “empreendedor” é utilizado como definição de pessoa que gera riqueza, através de negócios, em que o dinheiro é a consequência do desempenho da atividade do produto ou serviço, através do conhecimento e sua aplicabilidade. O empreendedorismo é o caminho que traz conceitos sobre o perfil comportamental individual, em que cada um deve desenvolver as habilidades e competências necessárias para o sucesso do negócio, gerando lucro e emprego.

O “empreendedorismo” pode ser considerado como neologismo derivado da tradução livre da palavra e utilizado para definir os estudos referentes ao empreendedor, seu comportamento, perfil, ações e atitudes em prol da auto sustentabilidade. (DOLABELA, 1999).

[...] o empreendedorismo incorpora os centros de pesquisas, universidades e escolas ao chamado setor produtivo, do qual costumam ser indevidamente excluídos, como se na universidade não houvesse produção. [...] o tema “ensino de empreendedorismo” evoca de imediato novas formas de aprendizado e relacionamento. Porque os fundamentos do empreendedor não se incluem no conceito tradicional do que se aprende na escola. Ser empreendedor não é somente uma questão de acúmulo de conhecimento, mas a

introjeção de valores, atitudes, comportamentos, formas de percepção do mundo e de si mesmo voltados para atividades em que o risco, a capacidade de inovar, preservar e de conviver com a incerteza são elementos indispensáveis. (DOLABELA, 1999, p. 44).

O empreendedorismo, largamente disseminado em países desenvolvidos, com produção de uma extensa literatura sobre o tema, viabilizou as primeiras orientações a serem seguidas pela fatia da população que buscava trilhar caminhos diferentes daquele ensinado pelos seus familiares, que era apenas trabalhar de carteira de trabalho assinada por uma empresa de grande porte e com a remuneração fixa mensal.

Diversos autores definem o empreendedorismo como um processo onde o indivíduo busca realizar através dos seus esforços, a realização de ter o seu próprio negócio. Para a ENDEAVOR<sup>2</sup>, tornar-se um empreendedor vai muito além de um negócio.

O empreendedorismo é um processo por meio do qual as pessoas perseguem oportunidades, usam recursos e iniciam mudanças para criar valor. O empreendedor é um visionário que tem iniciativa, sabe identificar oportunidades e estabelecer soluções inovadoras de alto impacto. [...] um empreendedor encara os problemas como oportunidade, age em resposta às necessidades e aceita riscos calculados na expectativa de criar valor. Ele procura o tipo de problema que os clientes pagam para resolver, é movido pela vontade de ser protagonista da sua vida, de controlar seu próprio destino e de transformar seus sonhos em realidade. Seu sucesso empresarial está relacionado à habilidade de perceber oportunidades nas necessidades do mercado, mudanças rápidas e novas tendências. (ENDEAVOR, 2010, p. 29).

Diversas definições de empreendedorismo constam na literatura brasileira, porém não se pode negar que duas vertentes são congruentes. A primeira refere-se ao estilo ou modo de vida de uma atividade ou coisa em particular. A segunda refere-se à criação de um negócio próprio, que gera renda e sua sustentabilidade, sendo o seu próprio emprego. A diferença está exatamente no processo comportamental, como é encarada a opção de empreender. Uma escolha, uma

---

<sup>2</sup>ENDEAVOR é a organização líder no apoio a empreendedores de alto impacto ao redor do mundo. Nasceu na cidade do Kansas, Estados Unidos, através da Fundação Kauffmann. E atualmente está presente em mais de dez países. Atua no Brasil desde 2000. Sua principal missão é a implementação da cultura empreendedora em diversos países, como alternativa de modificação da realidade na empregabilidade em sociedade desprivilegiadas. (Disponível em: <<https://endeavor.org.br/institucional/>>. Acesso em: 17 mar. 2016).

opção em busca de oportunidade de mercado e melhorar suas condições de vida, ou a falta de emprego, que faz dessa maneira de vida a única escolha para sobreviver. Filosoficamente falando, é a maneira como se encara o desafio de empreender que define o nível de sucesso.

Sobreviver não é, em si mesmo, um indicador de sucesso ou contribuição econômica. Muitos proprietários de empresas medem o seu sucesso em termos de sobrevivência e crescimento. O crescimento vem lentamente, muitas vezes não durante o primeiro ano, como muitos empreendedores esperam, mais sim anos mais tarde, normalmente quando há um crescimento ou recessão na economia. (LEITE, 2000, p. 69).

Os grandes pensadores do empreendedorismo, a exemplo de Drucker (1974), que defende a prática, a visão de mercado e a evolução como os requisitos básicos para o sucesso, nortearam os conceitos básicos da cultura empreendedora que passaria a ser instalada no país.

O trabalho específico do empreendedorismo numa empresa de negócios é fazer os negócios de hoje capazes de fazer o futuro, transformando-se em um negócio diferente. (DRUCKER apud SEBRAE, 2000, p. 13).

Já Fillion (1986), enfatizava que o empreendedor tem fixação de objetivos e uso de oportunidade.

Um empreendedor é uma pessoa imaginativa, caracterizada por uma capacidade de fixar alvos e objetivos. Esta pessoa manifesta-se pela perspicácia, ou seja, pela sua capacidade de perceber e detectar as oportunidades. Também, por longo período, ele continua a tomar decisões relativamente moderadas, tendo em vista modificá-la; esta pessoa continua a desempenhar um papel empresarial. (FILION, apud SEBRAE, 2000, p. 14).

Schumpeter (1934) defende a inovação como sendo o requisito básico para o sucesso do empreendedorismo.

Sempre enfatizei que o empreendedor é o homem que realiza coisas novas e não, necessariamente, aquele que inventa. Inovação como critério para o empreendedorismo: Empreendedorismo, como definido, consiste essencialmente em fazer coisas que não são geralmente feitas em vias normais da rotina do negócio; é essencialmente um fenômeno que vem sob o aspecto maior da liderança. Mas esta relação entre empreendedorismo e liderança

geral é uma relação muito complexa. (SCHUMPETER, apud SEBRAE, 2000, p. 18).

Para Birley (2001), a capacidade empreendedora apresenta-se nos indivíduos que possuem características de planejar, organizar e assumem riscos calculados em seus empreendimentos. Buscam oportunidade em locais e ambientes não só comerciais como sociais, estão sempre utilizando o empreendedorismo como um estilo de vida, ou seja, estilo de trabalho diferente, sendo seu próprio patrão investe tempo necessário sem a preocupação de horário determinado. Defende que o processo empreendedor, geralmente surge de uma oportunidade que não ocorre da noite para o dia.

Qualquer que seja a organização que surge, qualquer que seja o caminho tomado para o mercado, o estudo da capacidade empreendedora é o estudo do processo por meio de: identificação e desenvolvimento de uma oportunidade na forma de uma visão; validação e criação de um conceito de negócio e estratégia que ajudem a alcançar nesta visão (por exemplo, fundação, aquisição, franquia, etc.); captação dos recursos necessários para implementar o conceito; implementação do conceito empresarial ou do empreendimento; captura plena da oportunidade por meio do crescimento do negócio; extensão do crescimento do negócio por meio da atividade empreendedora sustentada e levantamento de recursos por meio do abandono do negócio. (BIRLEY et al., 2001, p. XV).

Dolabela (1999), no seu livro “O segredo de Luísa”, apresentou uma metodologia inovadora através de uma didática prática, relatando o caso real da aventura de Luísa na Goiabada Maria Amália Ltda.

o empreendedorismo é um fenômeno cultural, ou seja, empreendedores nascem pela influência do meio em que vivem. Pesquisas mostram que os empreendedores têm sempre um modelo, alguém que os influenciam. [...]. (DOLABELA, 1999, p. 30).

Em termos gerais, os estudiosos do tema relativo ao empreendedorismo convertem ao denominador comum de que o empreendedor é o sustentáculo do empreendedorismo, e é no seu comportamento que está localizado o diferencial competitivo mercadológico, ou seja, são as suas características comportamentais, que podem ser desenvolvidas, que fazem com que o seu negócio se destaque no universo atual. Hoje existem diversos fornecedores disputando um só consumidor, ao contrário de décadas anteriores, onde existiam diversos consumidores



disputando um campo restrito de fornecedores. Esse fenômeno se deu em função, não só da era do empreendedorismo, como também da globalização e das novas tecnologias. O mercado fornecedor passou a ser o globo terrestre e as empresas precisavam incorporar em sua filosofia empresarial, que o seu mercado concorrente ampliou na mesma proporção universalizada.

Chiavenato (2006) discorre sobre o tema e define que empreendedorismo é um processo que envolve todas as atividades para a criação de uma empresa, ou seja, uma pessoa jurídica, que é exigente, e com isso necessita de devoção, esforço, constante busca de informação e percepção para as oportunidades que nem sempre estão tão visíveis aos olhos. Define empreendedor como revolucionário ou conservador, sendo crucial o planejamento, o controle financeiro e a busca constante de novas estratégias para se manter e crescer em um mercado cada vez mais competitivo e com um perfil imprevisível de consumidores bem informados que buscam a qualidade no produto e serviço prestado.

Na verdade, o empreendedor é a pessoa que consegue fazer as coisas acontecerem, pois é dotado de sensibilidade para os negócios, tino financeiro e a capacidade de identificar oportunidade. Com esse arsenal, transforma ideias em realidade, para benefício próprio e para benefício da comunidade. Por ter criatividade e um alto nível de energia, o empreendedor demonstra imaginação e perseverança, aspectos que, combinados adequadamente, o habilitam a transformar uma ideia simples e mal estruturada em algo concreto e bem-sucedido no mercado. Schumpeter<sup>3</sup> amplia o conceito dizendo que “o empreendedor é a pessoa que destrói a ordem econômica existente graças à introdução no mercado de novos produtos/serviços, pela criação de novas formas de gestão ou pela exploração de novos recursos, materiais e tecnológicos”. Para ele o empreendedor é a essência da inovação no mundo, tornando obsoletas as antigas maneiras de fazer negócios. (CHIAVENATO, 2006, p. 5).

Os estudiosos do empreendedorismo passaram a tratar o tema como ciência, e, com isso, diversas pesquisas e aprofundamento se fizeram necessários para entender, definir, conceituar e esclarecer esse novo mecanismo de geração de emprego e renda.

Para entendermos de maneira mais clara a evolução do fenômeno empreendedorismo, se faz necessário uma rápida abordagem acerca das três

---

<sup>3</sup>Schumpeter apud Chiavenato, 2006, p. 5.

principais teorias relativas à mudança do comportamento humano— behaviorismo; a teoria da aprendizagem social; a teoria do humanismo e sua aplicabilidade—até chegarmos à construção do novo pensamento do postulado comportamental do emprego seguro, para a nova era da cultura empreendedora.

O Behaviorismo (a natureza humana) baseia-se no princípio da casualidade, que é o processo inerente para a ciência. As ações e reações humanas e animais são definidas pelos estímulos do meio. Burrhus Frederic Skinner é o mais conhecido behaviorista radical, sustentava que o caminho de uma ciência do comportamento estava no desenvolvimento de termos e conceitos que permitissem explicações verdadeiramente científicas. Dedicou-se ao estudo da influência do ambiente cultural no comportamento humano, atrelado a sua história individual. Em 1953 escreveu o livro “Ciências do Comportamento Humano”, que passou a ser considerado como o manual básico da ciência do comportamento, a psicologia comportamental, muito utilizado para entender e desenvolver o novo comportamento humano necessário para o empreendedorismo.” (SEBRAE, 2000, p. 131).

A segunda é a Teoria da Aprendizagem Social, que se baseia em dois conceitos. O primeiro refere-se à Teoria da Auto eficácia, na qual define-se nas expectativas de resultados, onde sua crença deleita-se na questão em que o comportamento do indivíduo leva-o a um determinado resultado e o parâmetro é na expectativa de auto eficácia. Esse indivíduo não precisa apresentar a capacidade de um determinado comportamento, mas sim o alcance dos resultados. (SEBRAE, 2000, p. 136).

A terceira é a Teoria do Humanismo e sua Aplicabilidade, que utiliza abordagem centrada na pessoa. O mais conhecido é Carl Rogers, em que o princípio rotulado considera que a abordagem centrada na pessoa, o ensino centrado no aluno, a terapia centrada no cliente e a liderança centrada no grupo.

A hipótese central dessa abordagem pode ser colocada em poucas palavras. Os indivíduos possuem dentro de si vastos recursos para auto compreensão e para modificação de seus autoconceitos, de suas atitudes e de seu comportamento autônomo. Esses recursos podem ser ativados se houver clima, possível de definição, de atitudes psicológicas facilitadoras. (ROGERS, 1983, apud SEBRAE, 2000, p. 139).

Carl Rogers (1983) com sua teoria humanista foi um dos estudiosos mais citados em todos os momentos da evolução conceitual do comportamento empreendedor. O empreendedorismo é um comportamento que pode e deve ser desenvolvido através de estudos, pesquisas, treinamentos e principalmente do planejamento científico do que se deseja empreender em uma economia tão volátil como a do Brasil. Para Rogers (1983), conhecer-se, aceitar-se é o primeiro passo a transformação real naquilo em que almeja desenvolver para chegar ao objetivo desejado.

[...] deixe-me explicar o que quer dizer quando digo que parece que a mente que o indivíduo mais pretende alcançar, o fim que ele intencionalmente ou inconscientemente almeja, é o de se tornar ele mesmo [...] descobre o quanto sua vida é guiada por aquilo que pensa que deveria ser, e não por aquilo que é. Frequentemente descobre que ele só existe em resposta às exigências dos outros, que parece não ter nenhum eu próprio, e que está somente tentando pensar, e sentir e se comportar de acordo com a maneira que os outros acreditam que deveria pensar e sentir e se comportar.(ROGERS, 1997, p. 122).

Percebe-se nitidamente a razão pela qual Rogers foi um dos autores mais citados pelos estudiosos das questões do empreendedorismo, pois, a maioria dos empreendedores busca a implantação de um novo negócio pelos motivos mais errôneos.

Os estudiosos da área sempre consideraram o empreendedorismo como o caminho mais provável de equilíbrio socioeconômico na geração de emprego e renda, principalmente em países em desenvolvimento, onde a relação de crescimento econômico com a população economicamente ativa desempregada retrata uma desigualdade estrutural e que necessita de esforços imediatos. A pobreza e a marginalidade, ao longo dos anos, sempre retrataram uma sociedade injusta, que não apresenta possibilidades reais de mudança de vida e dessa realidade cruel de desemprego, oriundo das constantes mudanças mercantilistas.

No Brasil, esse processo é agravado por um planejamento que privilegia a concentração do capital, ao longo dos tempos, considerando a sua colonização escravocrata até o desenvolvimento do capitalismo concentrado na mão de pequenos grupos dominantes. (SOTO, 2001).

Por que precisamos de uma estratégia política hoje? Quem poderia ser contrário à remoção de um *apartheid* legal tão obviamente injusto? Poucos, na verdade, negariam a necessidade de reforma. Mas uma minúscula e poderosa minoria intuirá que a reforma tenderá a perturbar nos seus nichos, e ela resistirá silenciosa e insidiosamente. Existe também outro problema: muitos dos estatutos que impedem o acesso da maioria das pessoas ao capital podem também conter provisões que protegem os interesses vitais de grupos poderosos. Abrir o capitalismo aos pobres não será tão simples como passar um trator por cima de um monte de lixo. Será como reorganizar os milhares de galhos e gravetos de um enorme ninho de águia — sem que a águia se irrite. Embora essa reorganização venha a impor tão só pequenos inconvenientes para essa pequena minoria, em comparação com os benefícios em escala nacional de se levar o capital aos pobres, esses afetados não concordarão a não ser que a reforma seja levada a cabo por uma forte iniciativa política com uma mensagem e cifras para apoiá-la. (SOTO, 2001, p. 219).

Diversas políticas públicas foram adotadas no país para diminuir as diferenças sociais, mas este panorama em nada evoluiu ao ponto de sairmos da classificação do nível de país subdesenvolvido.

Rocha (2003), em sua obra “Pobreza no Brasil, afinal do que se trata? ”, apresenta uma reflexão sobre a desigualdade e a pobreza, através da tipologia que classifica em três níveis: a) países em que a renda nacional é insuficiente para garantir o mínimo considerado indispensável a cada um dos seus cidadãos. A renda per capita é baixa e a pobreza absoluta é inevitável quaisquer que sejam as características da distribuição de renda; b) países desenvolvidos, onde a renda per capita é elevada e a desigualdade de renda entre indivíduos é em grande parte compensada por transferências de renda e pela universalização de acesso a serviços públicos de boa qualidade. Suas necessidades básicas são atendidas e a pobreza é definida pela renda média ou mediana; c) países onde o valor atingido pela renda per capita mostra que o montante dos recursos seria suficiente para garantir o mínimo essencial a todos, de modo que a persistência de pobreza absoluta se deve à má distribuição de renda. (ROCHA, 2003, p. 31).

Segundo o raciocínio do autor, o Brasil estaria enquadrado nesta terceira categoria. Em 2000, possuía uma renda per capita na ordem de R\$ 3.500 (ROCHA, 2003), ou seja, suficiente para garantir o mínimo necessário. Entretanto, essa realidade não acontecia em função da desigualdade na distribuição de renda, ou dito de outra forma, do alto nível de concentração da renda.

Inegavelmente o interesse pelo estudo das causas, consequências e prováveis soluções para minimização das desigualdades socioeconômicas foram realizados ao longo dos anos. Galeano (2004), em sua obra “As veias abertas da América Latina”, realiza uma grande reflexão sobre as diferenças sociais, a exploração das culturas, riquezas naturais e produtivas do continente latino pelas potências compostas pelos países desenvolvidos. Na sua obra são abordados fatos historicamente retratados através de provas documentais e irrefutáveis sobre a pobreza e a exploração socioeconômica, bem como é feito um paralelo sobre as questões das fontes do poder político e econômico das Américas.

Na atualidade, em um mercado globalizado e competitivo, conforme tratado anteriormente, as políticas econômicas no Brasil apresentaram um modelo de desenvolvimento baseado na ampliação do mercado interno, com a participação do Estado para reduzir a desigualdade na distribuição de renda. (SADER, 2013).

Em linhas gerais essa mudança pode ser descrita por cinco eventos ou decisões econômicas: (1) o cenário externo favorável resultou numa elevação substancial nos termos de troca da economia brasileira com o resto do mundo; (2) os ganhos decorrentes do cenário internacional favorável foram canalizados para a redução das vulnerabilidades financeiras do país e para a aceleração do crescimento, puxado pelo investimento e consumo domésticos; (3) a política de estímulo ao crescimento foi acompanhada de uma série de ações para melhorar a distribuição de renda, o que criou um círculo virtuoso entre a expansão do emprego e do consumo, de um lado, e da produtividade e do investimento, do outro lado; (4) a melhora no desempenho macroeconômico gerou um forte processo de inclusão social, com a redução da taxa de desemprego, o aumento dos salários reais e a ampliação do acesso da população brasileira ao crédito; e (5) a melhora nos termos de troca do Brasil e a evolução do cenário internacional acabaram gerando uma forte apreciação cambial, o que por sua vez comprometeu a competitividade da indústria brasileira, sobretudo nos últimos quatro anos. (SADER, 2013, p. 92).

Os parâmetros da economia brasileira, a partir do final de século XX, mudaram em função da forte influência da globalização e da necessidade da indústria nacional buscar caminhos em novas tecnologias, para se manter no mercado cada vez mais competitivo e exigente. A busca por inovação, avanços tecnológicos e a necessidade de mão de obra especializada, apresentou um novo retrato socioeconômico no país. Esse novo panorama proporcionou uma retração drástica no nível de emprego, gerando alto índice de desemprego.

Desse modo, a disseminação do empreendedorismo no Brasil está associada ao quadro da economia brasileira no final do século XX, com o crescimento desta nova prática disseminada de “autos sustentabilidade”. Entretanto, a alternativa de empreender em decorrência da retração da absorção da mão de obra disponível no mercado, atrelada a desinformação dos implicativos na criação de uma pessoa jurídica, fez com que o empreendedorismo legalizado no Brasil, ficasse abaixo da informalidade, alternativa menos custosa para empreender.

Desse modo, o que mais crescia na economia brasileira era a informalidade. O comércio informal nada garantia para o trabalhador em termos futuros, assim como, não contribuía em contrapartida para as políticas públicas no que se refere à arrecadação fiscal. A necessidade de uma reforma tributária verdadeira, não foi observada por parte dos poderes públicos, como o principal alicerce para que os novos empreendimentos tivessem longevidade. Os altos impostos e encargos sociais se tornaram o terror e assombrava de maneira feroz os novos micros e pequenos empresários do país.

A mortalidade empresarial e o abandono das empresas eram cada vez mais crescentes, ao ponto dos órgãos públicos de legalização dos novos negócios, passassem a ter uma preocupação com o crescente número de empresas na inatividade que não tinham sido encerradas sob o aspecto legal, tendo sido simplesmente abandonadas pelos seus proprietários. Com isso, geravam altos custos operacionais e processuais nestes mesmos órgãos públicos. A maioria desses pequenos empresários, malsucedidos na legalidade, buscou o caminho alternativo da informalidade para a sua sustentabilidade.

Os grandes centros urbanos e as periferias, onde se encontravam tradicionalmente instalados os centros comerciais, passaram a ser a única opção para o mercado da informalidade. Essa nova relação mercantilista informal trouxe sérias consequências para todos os segmentos da sociedade.

A economia informal não pode ser desconsiderada no processo de construção de um país que busca a diminuição das desigualdades socioeconômicas através das políticas públicas, uma vez que esse é o segmento econômico que mais cresceu no Brasil nos últimos anos, sem trazer contrapartida para os governos municipal, estadual e federal.

Soares (2008), em sua obra discorre sobre as causas e consequências do trabalho informal, abordando personalidades da história econômica. Explica-se o fenômeno da informalidade através do capitalismo como fator responsável pelo crescimento do desemprego, aliado ao processo de globalização e os avanços tecnológicos no processo da industrialização:

No capitalismo, a tendência é o crescimento do desemprego e, logo, a possibilidade de que parte significativa da população desempregada busque formas alternativas de assegurar a sua sobrevivência é um tanto evidente. [...]diversos exemplos de relações de trabalho que fugiam do assalariamento e das determinações típicas do sistema capitalista podem ser apresentadas aqui, partindo do pressuposto de que a tendência da produção, nesse sistema é tornar-se intensiva em capital. Isso vem se manifestando desde a consolidação do sistema capitalista e, em paralelo a esse processo, vem ocorrendo um crescimento populacional. O resultado é o desemprego de parte da força de trabalho disponível, uma vez que os novos investimentos não são capazes de absorver toda a mão de obra disponível (jovens ingressantes e trabalhadores dispensados). (SOARES, 2008, p. 47).

Em sua obra apresenta uma discussão sobre as relações entre o trabalho, força de trabalho, mercado de trabalho e mercado. Argumenta que o trabalho é a relação em que o homem se constrói e constrói a sociedade em que vive. Já a força de trabalho é capacidade produtiva do homem. No que se refere ao mercado de trabalho é o local em que as relações comerciais acontecem, ou seja, a troca, o homem produz e com os seus salários consomem as mercadorias produzidas. É aí, neste momento, que a relação se estabelece entre consumo e produção, delineando o mercado.

O mercado existe em três dimensões: a) o mercado fornecedor, no qual estuda-se a demanda, a produção da mercadoria e a disponibilização da mesma através dos canais de distribuição em determinados locais; b) o mercado consumidor é o mercado disposto a consumir o produto ou serviço ofertado, a pagar o preço praticado e é quem oferta a força de trabalho para que o processo cíclico aconteça na relação mercantilista; c) o mercado concorrente, também conhecido como forças competitivas, é o mercado que produz a mesma mercadoria, serviços ou produtos similares e substitutivos diretos e indiretos. Esse mercado ao longo das décadas teve seu conceito ampliado conforme as novas tecnologias e inovações

mercadológicas que surgiram em consequência da abertura da economia e através do fenômeno da globalização. (KOTLER, 2006).

O mercado informal tem como característica o empirismo empresarial, o imediatismo diário e pequenos estoques. Esta relação comercial tem seu alicerce estruturado nos lançamentos apresentados nos programas e novelas, nos artistas, músicos e em todos os personagens da mídia, escrita, falada e televisionada. Também comercializam hortifrúti, seguindo a oferta do período da sua sazonalidade, que se misturam nos comércios de rua dos grandes centros urbanos.

Outros fatores contribuíram no aumento do mercado informal. A globalização conjuntamente com avanço tecnológico fora definitiva para o processo de agravamento da economia informal. A preocupação com o crescente desemprego fica evidenciada nos estudos realizados sobre a globalização e a sua influência nas economias mundiais. A interdependência econômica entre os povos é evidenciada claramente, uma vez que o processo produtivo se concentrou nos grandes centros urbanos modernizados tecnologicamente, tornando-se mais competitivos. (MOREIRA, 1998).

O capital humano dos grandes centros industriais, que foi mais bem preparado, proporcionou uma nova realidade mercadológica em relação à empregabilidade. A competitividade no mercado industrial tornava-se desigual em relação aos países subdesenvolvidos e uma geração populacional crescente de desempregados foi obrigada a buscar meios não formais para a sua sustentabilidade.

Várias questões participaram deste panorama moderno de trabalho e determinaram uma mudança comportamental da mão de obra trabalhadora. Essa mudança não poderia acontecer instantaneamente, uma vez que demandava capacitação e formação técnica acadêmica. Como os países desenvolvidos dispunham de mão de obra mais qualificada, as importações dos produtos estrangeiros chegavam ao mercado interno com custos operacionais mais competitivos forçando a diminuição da produção nacional, que conseqüentemente gerava mais mão de obra desqualificada disponível no mercado. Outro fator determinante para o problema social do desemprego, que passava a ser apresentado proveniente desta mudança mundial, era a migração de mão de obra



mais barata oriunda de países mais pobres, como América Latina, África e Ásia. (MOREIRA, 1998, p. 175).

O processo de globalização contemporâneo implica a formação de uma sociedade global, que se depara com uma nova realidade. As mudanças ocorridas na estrutura do emprego, o aprofundamento das desigualdades sociais e a necessidade de se deslocar para outro país a fim de encontrar trabalho são alguns dos problemas dessa nova sociedade.

A economia mundial deixou de ser controlada pelos Estados nacionais. No mundo globalizado, são as grandes empresas transnacionais quem decidem os rumos da economia, responsabilizam-se pelo desenvolvimento de novas tecnologias, pela realização de investimentos no âmbito mundial, pela ampliação do comércio e pela geração de novos empregos. (MOREIRA, 1998, p. 173).

A informalidade passou a ser considerada no início do século XXI, como uma das alternativas de sustentabilidade dessa mão de obra desempregada em função do processo mundial de globalização e desenvolvimento tecnológico. Atualmente existe uma grande discussão do que se pode considerar informal. O surgimento de um comércio alternativo passou a ser desenhado nos países que sofreram mais drasticamente com o processo de globalização e o desemprego. O comércio dos camelôs e ambulantes nos grandes centros urbanos, que se apresentaram como alternativas de absorção de mão de obra, é a parte mais representativa desse setor.

De acordo com o Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC), citado em SINGER e POCHMAM, (2001, P. 13), o setor informal é composto por pequenas atividades urbanas, geradoras de renda, que se desenvolvem fora do âmbito normativo oficial, em mercados desregulamentados e competitivos, em que é difícil distinguir as diferenças entre capital e trabalho. Essas atividades se utilizam de pouco capital, técnicas rudimentares e mão de obra pouco qualificada, que proporcionam empregos instáveis de reduzida produtividade e baixa renda. Os termos camelô e ambulante, na maioria das vezes, são utilizados como se tivesse o mesmo significado. Mas ao se comparar alguns autores pode-se perceber algumas diferenças nos conceitos. Em Bertolucci (2003), os camelôs apresentam ponto fixo, trabalham em barracas de boa qualidade e, geralmente, têm autorização oficial para se estabelecerem em um determinado local. Já os ambulantes não apresentam um lugar fixo e suas mercadorias são mais baratas se comparadas às dos camelôs. O autor conceitua ainda, “vendedores autônomos” que engloba os donos de bancas de jornal e revistas ou de quiosques alimentícios, que têm instalações sofisticadas. O critério adotado para a diferenciação dos conceitos é a mobilidade espacial do vendedor. (KITAMURA, 2007, p. 22).

No período dos anos 1980 e 1990, o país possuía uma mão de obra desqualificada e despreparada para enfrentar os novos desafios mercadológicos exigidos no mundo empresarial. O investimento em educação perpassava por um processo de mudança profunda, em que a necessidade de mão de obra técnica tornava-se o retrato que se desenhava no novo processo produtivo. O parque industrial demandava uma mão de obra tecnológica formada e competente. (DOLABELA, 1999).

Os valores do nosso ensino não sinalizam para o empreendedorismo, estando voltados, em todos os níveis, para a formação de profissionais que irão buscar emprego no mercado de trabalho. Assim, o emprego assume um valor fundamental na formação da nossa sociedade. Outra característica nos cursos profissionalizantes e universitários é a “cultura da grande empresa”, ou seja, quando se fala de empresa, são abordados os temas relativos às grandes organizações, e não aos característicos dos pequenos negócios. Os cursos de administração, com raríssimas exceções, são voltados quase exclusivamente para o gerenciamento de grandes empresas. (DOLABELA, 1999, p. 35).

Nos anos 1980, precisamente em 1982, iniciaram-se diversos projetos que pudessem responder aos diversos questionamentos referentes ao recrutamento e treinamento para alguns empresários.

[...] através de um contrato com a USAID (Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos), a Management Systems Internacional – MSI, uma empresa de consultoria localizada em Washington, especializada em treinamento para gestão e desenvolvimento da pequena empresa, começou a colaborar com McBer&Company, a empresa de David McClelland, situada em Boston, especializada na análise de competência profissional e estudos de padrões de comportamento, para desenvolver instrumentos destinados à seleção e capacitação de empresários. (EMPRETEC, 1999, p. 216).

O projeto de treinamento desenvolvido pelo empresário McClelland foi criado através de uma pesquisa e aplicação de testes de seleção, para identificar características comportamentais que diferenciasses empresários de sucesso dos que não eram bem-sucedidos.

Após catalogação do perfil dos empresários pesquisados, foram identificadas as Características do Comportamento Empreendedor (CCE), ou seja, que atitude comportamental é necessária realizar para desenvolver as características do perfil

empreendedor? Com base nesse estudo e objetivando capacitar o maior número possível de pessoas no mundo para entender, aplicar e desenvolver as exigências que o mercado globalizado passaria a requerer, foi elaborado o treinamento EMPRETEC.

A ONU (Organização das Nações Unidas) realizou, em 1982, uma pesquisa em diversos países com três focos: identificar o que seria um empreendedor, desenvolver uma forma de identificar empreendedores e elaborar um treinamento para capacitar indivíduos para desenvolver as competências e o comportamento empreendedor. (SEBRAE, 2000, p. 78).

Nos anos 1990, surge no Brasil uma nova realidade econômica em consequência da mudança na estrutura mundial das relações mercadológicas. Este novo panorama político e econômico que se apresentava, influenciado pelas transformações que se iniciaram nos anos 1980, obrigaram os países a reorganizarem suas políticas públicas e sociais. Uma das medidas que se cita como exemplo, foi a abertura do mercado nacional, como consequência do processo de globalização, fato que ocorreu no governo Fernando Collor de Melo e fortalecido no governo Fernando Henrique Cardoso.

O empreendedorismo no Brasil, no âmbito das políticas públicas, vai ter início no Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, no período de 1995 a 2003. O órgão oficial responsável pelo desenvolvimento da cultura empreendedora no país e a oferecer o apoio necessário para a criação e gestão dos novos negócios foi o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa)<sup>4</sup>, através da parceria com o Projeto PNUD/BRA/96/009 – SEBRAE/EMPRETEC, firmado do acordo básico de assistência técnica entre governo brasileiro e a ONU<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup>O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), fundado desde 1972, é uma entidade privada que promove a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno porte — aqueles com faturamento bruto anual de até R\$ 3,6 milhões. Há mais de 40 anos, atua com foco no fortalecimento do empreendedorismo. Fonte: <[http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canaisadicionais/conheca\\_quemsomos](http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canaisadicionais/conheca_quemsomos)>. Acesso em: 30 nov. 2015.

<sup>5</sup>A partir da parceria, tem-se uma nova possibilidade de execução de treinamento, na modalidade de workshop de nove dias já executado em 34 países. A proposta do treinamento ocorre através do experimento na criação de uma empresa e a vivência do seu dia a dia. Começa então a implantação da era empreendedora referenciada na cultura de criação de pequenos negócios com base internacional. Sua metodologia é norte-americana que busca interiorizar a capacitação empreendedora, proporcionando maior volume de participantes e possuindo vínculo com o PRODER (Programa de Emprego e Renda). (SEBRAE -SABER EMPREENDER, 2000, p. 70 e 78).

Nesse momento, o Brasil passava por transformações processuais no âmbito empresarial, que refletiam diretamente as relações políticas-econômicas-sociais do país. Essa necessidade irreversível de reestruturação nas diversas relações comerciais trouxe como consequência uma nova roupagem no pensamento e no comportamento dos cidadãos brasileiros, mudando assim o rumo da nossa história. (EMPRETEC, 1999).

Desse modo, com o objetivo de proporcionar aos participantes o entendimento da cultura empreendedora, não só na questão da abertura de uma empresa, mas também na mudança do pensamento e comportamento profissional, o SEBRAE assume, no âmbito nacional, o papel de agência de desenvolvimento da nova era empreendedora, para com isso minimizar os efeitos do desemprego em decorrência das inovações tecnológicas mundiais que se apresentavam no cenário internacional.

O EMPRETEC<sup>6</sup>, treinamento desenvolvido pela ONU a partir do final dos anos 1990, foi criado com base na metodologia de treinamento vivencial, aplicada em todo território nacional pelo SEBRAE, que detém os direitos legais na sua aplicabilidade. Visa, pois disseminar que ninguém nasce empreendedor, que o comportamento empreendedor é desenvolvido, através do que ficou conhecido como as “10 CCE's (Características do Comportamento Empreendedor)”, que bem trabalhadas e assimiladas, levam ao caminho do sucesso do seu negócio. São elas: busca de oportunidade e iniciativa; persistência; comprometimento; eficiência de qualidade e eficácia; correr riscos calculados; estabelecimento de metas; busca de informação; planejamento e monitoramento sistemático; persuasão e rede de contatos; independência e autoconfiança.

No Brasil, o Empretec é realizado exclusivamente pelo Sebrae e já capacitou cerca de 230 mil pessoas, em 9,8 mil turmas distribuídas pelos 27 Estados da Federação. Todo ano, o Empretec capacita em torno de 10 mil participantes. Segundo pesquisa do Sebrae realizada com 3.482 clientes atendidos em 2015, a satisfação geral com o Empretec é muito positiva, com nota média de 9,1 pontos, sendo que 74% estão muito satisfeitos (atribuíram notas 9 ou 10). Para o público que mesmo após o Empretec ainda não empreendeu (empregados,

---

<sup>6</sup>Esse estudo foi adotado e aplicado pelo Projeto PNUD/BRA/009 – SEBRAE/EMPRETEC 2001, firmado acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo Brasileiro e a Organização das Nações Unidas. Aplicado em mais de 33 países do mundo com índice de aprovação em 100% dos participantes.

autônomos, desempregados, estudantes, aposentados, servidores públicos), a percepção de melhoria na empregabilidade é elevada, alcançando 85%. A renda atual/pós-empretec desse público é maior para 42% e igual para 51% dos entrevistados. A maior parte das empresas, após a participação no Empretec, registrou um aumento no faturamento mensal. (SEBRAE-EMPRETEC: Fortaleça suas habilidades como empreendedor.).

Através das atividades práticas de autoconhecimento e dos testes aplicados de avaliação comportamental das dez características acima citadas, obtêm-se a oportunidade de desenvolver as características que apresentarem a menor pontuação no seu gráfico final do perfil empreendedor. Sem dúvida, esta metodologia ratifica a teoria humanista de Rogers, uma vez que, a decisão de mudança é exclusivamente de cada indivíduo. Em nada adiante conhecer as limitações, se não colocar em prática as mudanças necessárias para que o quadro atual seja modificado, e isso é uma decisão particular, individual em que ninguém pode impor, a não ser o próprio indivíduo conscientizado e decidido na sua mudança de condição de vida.

Nos anos 2000, a relevância do processo de transformação econômica que o país inicia traz como consequência a necessidade do Estado criar meios alternativos através das políticas públicas e diversas parcerias públicas e privadas de incentivo ao empreendedorismo, ou seja, a autos sustentabilidade através da abertura do seu próprio negócio.

No período, diversos estudos apontavam para a necessidade do fortalecimento das políticas públicas relativamente à empregabilidade, como uma possível solução para as distorções socioeconômicas no Brasil, uma vez que a economia brasileira, através dos pequenos negócios, obteve uma geração de 13,6 milhões de empregos no período.

No artigo intitulado “Brasil: um gigante sustentado por micro e pequenos”, César Rech, diretor do Departamento de Micro e Pequenas Empresas do Ministério do Desenvolvimento, afirma: “Estamos empenhados em promover o fortalecimento da economia brasileira e isso, sem dúvidas, envolve as micro e pequenas empresas”. (SEBRAE, 2003, p. 24).

O governo federal, com uma visão voltada para o novo caminho a ser trilhado pelas políticas públicas no que tange a empregabilidade, no período de recessão do

crescimento econômico no país, fez com que o final do século XX e o início do século XXI ficasse conhecido nacionalmente como o período de início da era do empreendedorismo, ou dito de outra forma, o início da era da implementação da cultura empreendedora. O incentivo para a autos-sustentabilidade, através de programas governamentais, teve seu auge neste período, objetivando amenizar a retração da empregabilidade na indústria e no comércio.

A criação e disseminação da cultura empreendedora no Brasil, como sendo o caminho de resolução para a empregabilidade no período supracitado, deveria concomitantemente, ter acontecido com programas informativos e de treinamentos para a conscientização da diferenciação conceitual. (BIRLEY, 2001).

Essa cultura permeou também a área educacional. O Portal Brasil, do Governo Federal, no link da Educação, contém a chamada intitulada “Confira projetos de capacitação para jovens empreendedores”<sup>7</sup>, onde é apresentada a política nacional de incentivo ao empreendedorismo, através dos programas de treinamento e cursos para jovens estudantes do ensino fundamental e superior.

O empreendedorismo, o trabalho por conta própria, a capacidade de gerar o próprio negócio, os próprios recursos e contribuir para a sociedade de forma mais pessoal é um modelo de inserção social e econômica que tem se destacado neste século. Mas a sociedade precisa preparar os jovens para esta nova forma de trabalho. Abrir um pequeno negócio hoje pode ser objeto de realização pessoal e não uma alternativa por falta de opção melhor. Ao desenvolver um comportamento empreendedor, as pessoas ampliam as possibilidades de escolha e desenvolvem o crescimento profissional.

Existem alguns projetos voltados para a capacitação de jovens empreendedores. O Programa de Educação Empreendedora, desenvolvido pelo SEBRAE-SP, tem como objetivo disseminar a cultura empreendedora nas instituições de ensino (do fundamental ao superior), de forma a propiciar às crianças e jovens, práticas que possibilitem vivenciar e desenvolver habilidades empreendedoras. É preciso incentivar incubadoras de empresas, associações de jovens, empresas juniores e programas de fomento ao empreendedorismo. Escolas técnicas e universidades podem incluir em seu currículo aulas de empreendedorismo orientadas para o crescimento econômico, o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza.

---

<sup>7</sup>Portal Brasil: Educação de jovens empreendedores. Cursos disponíveis: Jovens Empreendedores Primeiros Passos (ensino fundamental), Formação de Jovens Empreendedores (ensino médio) e Sebrae no Campus (ensino superior).

Criado pelo Comitê de Jovens Empreendedores da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), em parceria com o SEBRAE-SP, SENAI e FGVcenn, o Manual do Jovem Empreendedor procura ajudar na capacitação empreendedora dos brasileiros. “É um guia prático para auxiliar os jovens empreendedores do país na construção de seus negócios, (PORTAL BRASIL, 2012)”.

No âmbito internacional a ENDEAVOR, conforme citado anteriormente, é a organização responsável pela promoção do empreendedorismo, através de convênios com instituições de ensino fundamental e superior, objetivando a disseminação da educação empreendedora para os jovens e futuros profissionais. Em 2014, a ENDEAVOR fez parceria com a DeVry Brasil, para realização do treinamento, com o tema empreendedorismo, para os discentes de instituição de ensino superior, que faz parte do grupo internacional de educação a DeVryEducationsGroupInc, uma das maiores redes educacionais dos Estados Unidos, presente em 30 países, através do curso intitulado “Bota pra Fazer<sup>8</sup>”. Em 2015 esse curso passou a ser realizado na modalidade online, pelo Sebrae.

O empreendedorismo ocupou frentes sociais em diversas camadas econômicas. Se, de um lado desenvolveu empresas de grande e médio portes, por outro fez aparecer iniciativas da população de baixa renda que buscou, em diversas atividades, o meio de subsistência na sociedade capitalista. Isso se deu, tanto no Brasil, quanto na Bahia e, em especial, Salvador.

Seguidamente, a sua queda ficou latente por falta de informação, gestão e apoio na estruturação dos empreendimentos. Um dos itens mais importantes que deveria ser considerado pelo poder público, que perdurasse ao longo dos anos e evoluísse até os tempos atuais. O sistema tributário era arcaico com vasto quantitativo na sonegação. (LEGRAND, 2004).

---

<sup>8</sup>O conteúdo programático contemplava diversos assuntos relacionados ao plano de carreira, o empreendedorismo, a identificação do atendimento das necessidades do mercado, definição de metas financeiras e viabilidade, planejamento, pesquisa de mercado, organização de equipes, diferenciais empresariais e rentabilidade do negócio. Sua metodologia foi desenvolvida para oportunizar ao participante durante as aulas, não só o conteúdo teórico, mas principalmente o experimento prático de todos os passos do dia a dia de uma empresa. O Livro do Empreendedor que cada aluno recebia ao inscrever-se no curso, continha a parte teórica abordada em sala de aula e exercícios práticos a serem aplicados no mesmo dia da aula do assunto em questão. (BOTA PRA FAZER, 2010). Na Bahia a realização do Bota pra Fazer ficou a cargo da Faculdade Ruy Barbosa, instituição de ensino superior que faz parte do grupo DeVry Brasil.

[...] E, No Brasil, o tamanho do estado tem tomado proporções preocupantes, que, aos poucos pode gerar sua própria falência. Explico. Para custear o governo, desembolsávamos em tributos, durante o governo Collor, 24% do PIB. No governo Itamar Franco este número atingiu 26%, crescendo nas duas administrações de FHC para 37%, e por fim no governo Lula, já batendo o patamar de praticamente 48% do PIB. Ou seja, cada governo que passa retira maior parcela da riqueza dos bolsos da população com vistas a custear sua estrutura e funcionamento. Se o estado retira cada vez mais recursos dos salários dos trabalhadores, além de maior parcela das empresas privadas, especialmente pequenas e médias, maiores penalizadas, o resultado é simples: o setor privado investirá menos e a população consumirá menos. O resultado direto gerado por esta política é simples: as empresas produzirão menos, diminuindo o PIB. Outra consequência é a iniciativa privada demitirá [...]. (COIMBRA apud LEGRAND, 2004, p. 38).

A não preocupação com esse novo panorama empresarial fez com que a mortalidade dos novos pequenos negócios passasse a ser uma constante no ambiente empreendedor. A consequência do quadro que se apresentou a partir daí, foi que as empresas micro e de pequeno porte não chegassem a sobreviver por dois anos da sua formalização. (SEBRAE, 2013).

À medida que os micro e pequenos negócios passaram a ser considerados como a opção para absorver a vasta mão de obra disponível no mercado, a conscientização através do conhecimento dos implicativos de um negócio, minimizaria o risco de mortalidade das empresas, que em 2005 alcançavam o patamar de empresas constituídas com taxa de mortalidade foi de 26,4%; empresas constituídas em 2006, a taxa de mortalidade foi de 24,9% e empresas constituídas em 2007, a taxa de mortalidade foi de 24,4%. (SEBRAE, 2013).

A Bahia apresentou um índice de mortalidade de 30% para as empresas constituídas em 2007, com base de funcionamento no período de 2007 a 2010, ficando no 22º lugar das 27 unidades federativas estudadas, perdendo apenas dos estados de Maranhão, Pernambuco, Amapá, Amazonas e do Acre. (SEBRAE, 2013, p. 33).

Os empreendedores de empresas de micro e pequeno porte entendem que o planejamento requer requisitos sofisticados e trabalhosos, acreditam que não é necessário executar essa etapa do seu negócio, uma vez que geralmente são movidos pela paixão em uma determinada atividade profissional que os levam a criar



uma empresa, por acreditar que apenas a parte técnica operacional é suficiente para o sucesso e longevidade do seu negócio. (LEITE, 2000).

Os micros, pequenos e médios empreendedores não estão acostumados a planejar, porque pensam que se deve passar por Harvard para aprender isso. E planejar significa só colocar em prática uma atividade que também começa com p, que é pensar. Mas pensar é muito difícil para os empreendedores, porque eles são movidos à adrenalina. E planejar — que exige que se sente e pense — é uma atividade considerada muito chata, que não tem nada de emocionante. (LEITE, 2000, p. 255).

O empreendedor de primeira experiência não busca informação antecipadamente para a elaboração e concretização do seu sonho de se tornar dono do seu próprio negócio. A maioria dos pretensos empresários dos negócios de pequeno porte não possui, na sua maioria, habilidade técnica para utilizar as ferramentas de gestão necessárias para o estudo da viabilidade econômica financeira do seu futuro empreendimento. Por se tratar de uma atividade de serviço de alto custo contratual, não buscam ajuda profissional externa, necessária para a elaboração do seu plano de negócio, para minimizar o risco empresarial. Todo plano de negócio além de nortear o empreendedor, apresenta um estudo sistematizado do mercado em que pretende atuar. Este estudo técnico dimensiona o tamanho do mercado consumidor, fornecedor e concorrente, e, com isso, proporciona uma visão sistêmica do seu processo inicial no mundo empresarial. (BIRLEY, 2001).

As organizações apresentam, em geral, um ciclo de vida que é compreendido pela sua criação e apresentação de um alto crescimento; nestas duas fases temos a presença do espírito empreendedor, em seguida, seguem uma etapa onde prevalecem uma burocracia e a luta pela sobrevivência — estas duas últimas fases das vivências de várias experiências preconizadas pela ciência administrativa... à medida que as empresas crescem, é comum se tornarem vítimas dos mesmos erros que seus administradores censuraram em empresas maiores e mais antigas. Os seis erros mais frequentes. É preciso evitá-los e eliminá-los sempre que ocorram para não comprometer o futuro da empresa. Os erros são os seguintes: gerir por atividade; desequilíbrio nas contas; especialização; uniformidade; falta de responsabilidade em todos os níveis e falta de cooperação. (LEITE, 2000, p. 256).

Sem dúvidas, o fracasso faz parte do ato de empreender, é necessário não se abater nos momentos de dificuldade, e dar continuidade às atividades empresariais

sem buscar ajuda técnica em tempo hábil para a manutenção do seu negócio. Geralmente, o empresário busca a contratação de uma consultoria tecnicamente competente para orientá-lo, no momento em que a empresa não tem mais salvação, ou seja, o seu grau de endividamento já chegou ao nível de comprometimento que envolve o patrimônio pessoal e familiar dos sócios empresariais. Este é o grande risco empresarial, o fracasso não pode ser desestimulante, pelo contrário, o aprendizado nessa experiência deve ser o maior motivo para buscar informações, novas oportunidades e reestruturação da gestão empreendedora.

Com base no referencial teórico exposto acima, o presente trabalho de dissertação tem por objetivo apresentar, através de pesquisa direta, a situação atual dos camelôs e ambulantes da avenida Sete de Setembro, em relação à legalização e localização.

Desse modo, os projetos, municipal e federal estudados, não poderiam deixar de perpassarem pelas teorias citadas, uma vez que, os estudiosos das políticas socioeconômicas, que lastreiam o estudo em foco, já vêm há bastante tempo discutindo o tema de maneira sistemática e científica, mostrando as diversas nuances que norteiam as questões de geração de emprego e renda. Esta problemática terá sempre discussões constantes, por sofrerem interferências diretas das ações adotadas em um mundo globalizado.

### **2.3.5 Território, territorialidade e desenvolvimento local**

Milton Santos (2011) considera a territorialidade com o significado de pertencimento, sendo muito mais um sentimento do que um espaço físico, delineado e mapeado. Para o autor, território é utilizado apenas como definição política de um país. Já a territorialidade determina a relação humanizada com o espaço e desperta uma preocupação com o futuro.

Para Santos (2011) não se pode considerar apenas o uso do solo, sua infraestrutura, sistema de engenharia e etc., mas também e principalmente a relação humana que o homem estabelece em termos econômicos, sociais e sistemas desenvolvidos, bem como o sentimento de pertencimento como fator preponderante para o desenvolvimento integrado.

Debruçando-nos sobre esse novo meio geográfico, buscamos compreender o papel das formas geográficas e o papel das formas sociais, jurídicas e políticas, todas impregnadas, hoje, de ciência, técnica e informação. Outro dado indispensável ao entendimento das situações ora vigentes é o estudo do povoamento, abordado, sobretudo em sua associação com a ocupação econômica, assim como os sistemas de movimento de homens, capitais, produtos, mercadorias, serviços mensagens, ordens. É também a história da fluidez do território, hoje balizada por um processo de aceleração. (SANTOS, 2011, p. 19).

Morais (2013) faz uma análise do pensamento de Milton Santos em relação ao território geográfico.

Em termos das obras propositivas, as publicações de maior densidade são, no meu entendimento, O espaço dividido, Por uma geografia nova e A natureza do espaço, que sintetizam teorizações completas do ponto de vista epistemológico. É importante assinalar que são poucas as obras em geografia que lograram chegar a esse patamar, e que podem — nesse sentido — ser legitimamente qualificadas como teorias. Em suma, Milton Santos claramente desenvolve uma teoria da geografia, com a explicitação de seus supostos lógicos e com a justificativa de seus procedimentos analíticos. No que importa a uma divisão temática, é possível agrupar seus livros em alguns grandes conjuntos: as monografias regionais e urbanas (bairros, nas obras de juventude, mas também acerca de regiões e cidades de outros países posteriormente), os estudos sobre urbanização periférica (culminando na teoria dos dois circuitos da economia urbana no mundo subdesenvolvido), os trabalhos da maturidade sobre a urbanização brasileira (com destaque para análises sobre São Paulo), as obras de elucidação conceitual e de proposição atinentes à investigação em geografia geral (em cujo agrupamento encontra-se a teorização sobre a categoria espaço e uma filosofia da técnica). (MORAIS, 2013, p. 13).

Lages, Braga e Morelli (2004) apresentam de maneira objetiva e esclarecedora os conceitos de território, territorialidade, limites e fronteiras, escala, redes, as diversas dimensões, recortes territoriais e locais.

[...] o conceito de lugar pode, assim, ser visto a partir da complementariedade de três dimensões: a) dentro da ótica mais econômica, espaço de realização de atividades produtivas, comerciais, financeiras, que podem operar também em uma escala mais ampla; b) de uma perspectiva micro sociológica, como espaço rotineiro de interação social, e macrosociológica, como espaço de conformação de estruturas sociais; c) de um ponto de vista antropológico e cultural, correspondendo a um sentido de lugar, pela identificação do sujeito com o espaço habitado. (LAGES, et al, 2004, p. 51). [...] Juarez de Paula parte do entorno, do ambiente com as

condições favoráveis ao empreendedorismo, para contextualizar a emergência da temática do desenvolvimento local. A afirmação de uma identidade, de elementos distintivos, de uma reputação própria e de características singulares que diferenciam o local do universo de globalização, são dimensões abordadas. Trata do território enquanto construção subjetiva, cujo desempenho depende do processo de auto instituição, mas que também é sujeito a ações exógenas, que se contrapõem aos desenhos autônomos da dinâmica local. A essência dessa dinâmica está centrada no protagonismo de agentes locais, que constituem o elemento chave para a mobilização desses territórios para o desenvolvimento. (LAGES, et al., 2004, p. 15).

Albagli, em suas pesquisas e estudos científicos, realizou extensa reflexão sobre os conceitos de território e territorialidade em relação à globalização, na qual proporcionou a quebra de barreiras especiais. Ela define território como espaço com dimensão material e concreta, que possui “um campo de forças”, medido por escalas e diversos contextos, como residência, bairro, cidade, país, região, nação e planeta. Não podendo ser apenas considerado como o solo ou terreno, nem como base física dos Estados.

Já a territorialidade possui uma dimensão diferenciada, pois considera não apenas o espaço físico, mas principalmente o teor socioeconômico e as dimensões simbólicas, como as relações culturais e políticas. Na síntese da territorialidade, considera-se como sendo um termo usado juridicamente, mas que não pode ser considerado apenas com esse objetivo. A sua noção vem do comportamento das relações humanas, a exemplo da Antropologia, a Psicologia, a Sociologia e a Geografia em si. Trata-se do sentimento de pertencimento, criando laços fortes com a comunidade, não apenas as relações jurídicas. (ALBAGLI, et al. 2004, apud LAGES, 2004).

A territorialidade pode ser vista ainda como um fenômeno de “organização do espaço em territórios diversos, considerados exclusivos por seus ocupantes; uma relação com o espaço, considerando os demais atores”. É, portanto, também forma de ampliar o controle sobre um dado território, tornando-o distinto e, ao menos parcialmente, exclusivo; contribuindo para prover significado a marcas e limites territoriais e para reificar o poder territorial por meio de identidades coletivas... A territorialidade distinta correspondem também temporalidades distintas e coexistentes, expressando diferenças, desigualdades e relações de poder... Desta ótica, a territorialidade pode ser definida “como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo”. (ALBAGLI, 2004 et al. apud LAGES, 2004, p. 30).

Haesbaert (2004) considera o território como relação de jurídico e político, defendendo a relação de espaço e tempo, onde o principal papel é o de domínio e apropriação. Neste conceito, considera-se a múltiplos territórios em diversos espaços e tempos. O sentido de espaço como sociedade e o domínio sendo executado pelo território, como detentor do poder. Já a territorialidade é definida com o conceito ampliado, considerando-se as relações econômicas, culturais e definida como as pessoas utilizam e são organizadas em relação à terra.

Podemos, simplificada, falar em quatro grandes “fins” ou objetivos da territorialização, acumulados e distintamente valorizados ao longo do tempo: – abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção; – identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais (a começar pela própria fronteira). – disciplinarização ou controle através do espaço (fortalecimento da ideia de indivíduo através de espaços também individualizados); – construção e controle de conexões e redes (fluxos, principalmente fluxos de pessoas, mercadorias e informações) [...]O território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta hoje um sentido multiescalar e multidimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, de uma multiterritorialidade. E toda ação que efetivamente se pretenda transformadora, hoje, necessita, obrigatoriamente, encarar esta questão: ou se trabalha com a multiplicidade de nossos territórios, ou não se alcançará nenhuma mudança positivamente inovadora. Os movimentos antiglobalização e antineoliberalismo que o digam, zapatistas à frente. Pensar multiterritorialmente é a única perspectiva para construir uma outra sociedade, ao mesmo tempo mais universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhecadora das diferenças humanas. (HAESBAERT, 2004, p.28).

Quanto ao conceito de local, após a globalização, este tomou uma dimensão ampliada. O que determina o local não é apenas a localização ou um determinado espaço territorial, o recorte deste espaço geográfico. O local engloba diversos conceitos como cultura, política e economia de uma nação, país, estado ou cidade do planeta Terra, onde as relações sociais acontecem e se transformam ao longo do tempo.

Brandão (2007), em seu livro, analisa as questões do desenvolvimento, discutindo as possibilidades na escala local. Propõe diversas reflexões sobre a importância de se promover mudanças na escala local em um país com diversas culturas, economia centralizadora e com grandes desigualdades sociais.

Nesse contexto, “o local pode tudo” e, diante do crescente “sensibilidade do capital às variações do lugar”, bastaria mostrar-se diferente e “especial”, propagandeando suas vantagens comparativas de competitividade, eficiência, amenidades etc., para ter garantida sua inserção na modernidade. Essa luta dos lugares para realizar a melhor “venda da região ou cidade”, com a busca desenfreada de atratividade a novos investimentos, melhorando o “clima dos negócios”, subsidiando os custos tributários, logísticos, fundiários e salariais dos empreendimentos, tem conduzido a um preocupante comprometimento, a longo prazo, das finanças locais e embotado o debate das verdadeiras questões estruturais do desenvolvimento. (BRANDÃO, 2007, p. 39).

O estudo proposto através da pesquisa estruturada, no que tange ao projeto municipal de requalificação do centro da cidade do Salvador, refere-se à escala na perspectiva micro. E o projeto de legalização como Micro Empreendedor Individual – MEI enquadra-se na escala territorial. As definições acima viabilizaram a percepção da interseção dos dois projetos.

A problemática dos camelôs e ambulantes da Avenida Sete de Setembro, considerados micro negócios, é que quando legalizados, passam a ter novos custos de comercialização, que são os impostos, que deverão ser incorporados ao preço de venda das suas mercadorias de pequeno estoque. Com isso, seus custos operacionais ficam mais próximos dos custos das empresas fixas. Essas empresas possuem maior poder de barganha na aquisição dos seus estoques, em função do seu mercado fornecedor estar localizado na escala territorial e o dos empreendedores de rua encontrar-se na escala local, em pequenos distribuídos circunvizinhos.

**Quadro 1 - Síntese do referencial teórico-conceitual**

TEORIA	TEÓRICO	CONCEITOS NORTEADORES
<b>SOCIOECONÔMICA CLÁSSICA E NEOCLÁSSICA</b>	DURKHEIM (Apud Galliano, 1981)	Divisão Sociológica em: 1- Morfologia Social: Estuda a estrutura material da sociedade. 2- Fisiologia Social: Estuda sua estrutura na esfera religiosa e econômica. 3- Estudo dos problemas teóricos.
	MARX WEBER (Apud Galliano, 1981)	Estudo das ideias democráticas e achava que o mundo caminhava para a racionalização total; buscava a libertação humana da burocracia. Buscou demonstrar em seus estudos que as ideias religiosas e éticas são fundamentais em toda sociedade. Defende o princípio da Coesão Social: Interesses e Dominação.
	KARL HEINRICH MAX (Apud Galliano, 1981)	O sistema capitalista e suas tendências destrutivas. Obra principal <i>O Capital</i> . Forte crítica ao capitalismo, principalmente na relação da teoria do valor trabalho, como a parte econômica do trabalho, bem como se produz a riqueza social e sua distribuição.
	FREDERICK TAYLOR (1903, apud Maximiano, 2011)	Lidera o movimento da administração científica, criando um conjunto de princípios e técnicas para sistematizar o processo produtivo e com isso a otimização da produção através da racionalização do trabalho, padronização dos procedimentos e utilização de ferramentas técnicas.
	HENRY FAYOL (Apud Maximiano, 2011)	Defende a separação da administração do processo industrial e, com isso, identifica o papel do gerente diferente das operações industriais.
	HENRY FORD	Apresenta uma visão similar à de Taylor, onde o processo produtivo deve ser dividido em níveis diferentes, a parte de planejamento, que seria a administração propriamente dita e a parte operacional, que seria a de execução produtiva.
<b>TEORIA ECONÔMICA DO EMPREGO</b>	JOHN KEYNES (1982)	Estuda as flutuações nos preços, produtos e emprego. Rejeita o automatismo do pleno emprego e a mão invisível defendida por eles.

TEORIA	TEÓRICO	CONCEITOS NORTEADORES
<b>TEORIA DAS LOCALIDADES CENTRAIS</b>	WALTER CHRISTALLER (Apud Silva, 1976)	Utiliza a centralização como princípio de ordem, como forma de organização e de povoamento dos centros urbanos.
<b>TEORIA DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA</b>	MILTON SANTOS (2008)	Organiza o espaço em duas categorias: o espaço superior e o espaço inferior. Realizou um paralelo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, bem como a diferenciação entre pobreza, gueto, favelados e a relação de emprego e suas respectivas mobilidades para o trabalho.
<b>EMPREENDEDORISMO E ECONOMIA INFORMAL</b>	DRUCKER (1974)	Defende a prática, a visão de mercado e a evolução como requisitos básicos para o sucesso.
	FILION (1986)	Enfatiza que o empreendedor tem fixação de objetivos e uso de oportunidade.
	SCHUMPETER (1934)	Defende a inovação como sendo o requisito básico para o sucesso do empreendedorismo.
	BIRLEY (2001)	A capacidade empreendedora apresenta-se nos indivíduos que possuem características de planejar, organizar e assumem riscos calculados em seus empreendimentos.
	DOLABELA (1999)	O empreendedorismo é um fenômeno cultural, ou seja, empreendedores nascem pela influência do meio em que vivem.
	CHIAVENATO (2006)	O empreendedorismo é um processo que envolve todas as atividades para a criação de uma empresa, ou seja, uma pessoa jurídica. Necessita de esforço, constante, busca de informação e percepção para as oportunidades.
	SKINNER (1953)	Dedicou-se ao estudo da influência do ambiente cultural no comportamento humano, atrelado a sua história individual.



TEORIA	TEÓRICO	CONCEITOS NORTEADORES
<b>EMPREENDEDORISMO E ECONOMIA INFORMAL</b>	CARL ROGERS (1983/1997)	Conhecer-se e aceitar-se é o primeiro passo à transformação real naquilo em que deseja desenvolver para chegar ao objetivo desejado.
	KOTLER (2006)	Aborda o estudo conceitual de mercado.
	MOREIRA (1998)	As mudanças ocorridas na estrutura do emprego, o aprofundamento das desigualdades sociais e a necessidade de se deslocar para outro país a fim de encontrar trabalho são alguns dos problemas dessa nova sociedade.
	KITAMURA (2007)	Conceitua vendedores autônomos, considerando a mobilidade espacial.
	SOARES (2008)	Explica o fenômeno da informalidade através do capitalismo como fator responsável pelo crescimento do desemprego, aliado ao processo de globalização e os avanços tecnológicos no processo da industrialização.
<b>TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL</b>	MILTON SANTOS (2011)	Considera a territorialidade com o significado de pertencimento e que determina a relação humanizada com o espaço, e desperta uma preocupação com o futuro já, o território é utilizado apenas como definição política de um país.
	MORAIS (2013)	Faz uma análise do pensamento de Milton Santos em relação ao território geográfico.
	LAGES ET AL (2004)	Apresentam os conceitos de território, territorialidade, limites e fronteiras, escala, redes, as diversas dimensões, recortes territoriais e local.
	HAESBAERT (2007)	Considera o território como relação de jurídico e político, defendendo a relação de espaço e tempo, onde o principal papel é o de domínio e apropriação.
	BRANDÃO (2007)	Analisa as questões do desenvolvimento, discutindo as possibilidades na escala local. Propõe diversas reflexões sobre a importância de se promover mudanças na escala local em um país com diversas culturas, economia centralizadora e com grandes desigualdades sociais.

### **3 A POLÍTICA DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO BRASIL E OS PRINCIPAIS PROGRAMAS IMPLANTADOS (1995/2016)**

Para um melhor entendimento da relação emprego e renda contemporâneo no Brasil, faz-se necessário uma breve retrospectiva acerca das políticas e programas econômicos, destacando-se as gestões governamentais associadas à temática do empreendedorismo, objeto de interesse da presente dissertação. Nesse sentido, serão abordados neste tópico os planos dos dois períodos do governo Fernando Henrique Cardoso, e dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Observa-se que o Brasil tem por tradição, desde a década de 1930 do século XX, a elaboração de políticas públicas e planos econômicos voltados para o desenvolvimento socioeconômico, objetivando a geração de emprego e renda sem, entretanto, trazer os resultados almejados<sup>9</sup>.

Essa busca para a diminuição do hiato nas diferenças socioeconômicas entre a população de baixa renda e a elite resultou em diversos estudos para uma reflexão das causas e consequências de cada medida governamental. Nos registros bibliográficos, fica explícito que o planejamento público perpassa por questões delicadas e que necessita de análise mais profunda dos seus resultados em um país de dimensões continentais, com variadas culturas, particularidades e regionalidades.

O corporativismo político e empresarial é variável a ser considerado nas aplicações de planos e políticas para melhoria da qualidade de vida brasileira, ou seja, na geração do emprego e renda. Ao mesclar o desenvolvimento humano com política, percebe-se o interesse de grupos dominantes da sociedade. Isso aponta que, as raízes da cultura escravocrata e extrativista ainda permanecem presentes, mesmo que subliminarmente na gestão pública.

---

<sup>9</sup> Como exemplo pode-se citar o Plano SALTE (1949); Plano Trienal (1961 - 1963); Plano de Metas do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek (1963 - 1965); Plano de Ação Econômica do Governo - PAEG (1964 - 1966); Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED - 1967 a 1970); Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967 - 1976 - não chegou a ser executado); Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND, 1972 - 1974). Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1974 - 1979); Planos Cruzados I e II; Plano Bresser; Plano Verão; Planos Collor I e II; Plano Real (1995 - 2003). Todos estes planos tiveram pontos positivos e negativos, porém não conseguiram efetivamente diminuir a desigualdade socioeconômica brasileira. (SCHMIDT, 1983; BRITO, 2004).

Segundo Silva (2012), a democracia e o liberalismo brasileiro foram pautados nos modelos europeus, deixando de levar em consideração as particularidades regionais.

[...] pode-se dizer que a nossa democracia é mais uma fachada do que o real funcionamento da nossa política, pois os ideais que requer para dar certo nunca se naturalizaram no Brasil. E como todas outras reformas políticas que o Brasil conheceu, a democracia foi um movimento de inspiração intelectual, portanto “de cima para baixo”. O povo, de quem a participação ativa é a condição central do sistema democrático, foi ignorado na decisão da implantação e não pôde colaborar com o sucesso do regime. A elite, por sua vez, ao tomar decisões, esquecia que, como diz Sérgio Buarque de Holanda, “as formas de vida nem sempre são expressões de arbítrio pessoal, não se “fazem” e “desfazem” por decreto — e, ao esquecer-se disso, assim o fizeram”. (SILVA, 2012, p. 98).

De acordo com Bresser Pereira (1996 apud Silva, 2012, p. 27), a crise da cidadania é um grande problema político e social, resultado da desigualdade e da concessão parcial de direitos políticos. A transformação, ainda, que estrutural, que concedeu a todos o direito de votar não é suficiente para uma sociedade “radical heterogênea, marcada por um alto grau de pobreza e analfabetismo”. (BRESSER PEREIRA, apud SILVA, 2012, p. 151). Verifica-se mais uma vez, o choque de interesses quanto às questões apresentadas nos estudos publicados sobre a relação entre política e desenvolvimento social.

Nos anos 1970 e início de 1980, o aquecimento da atividade industrial passou a ser uma realidade mundial, que teve seu auge no Brasil, de 1968 a 1973, considerado como o período do “milagre econômico”, acompanhado do aumento das importações e, conseqüentemente do aumento do endividamento externo, bem como a dependência do petróleo e seus altos preços. No período de 1974 a 1984, ainda sobre forte influência do preço do petróleo, o Brasil tem redução do seu PIB de 14% para 8,2%, e sofre com as altas na taxa de juros, aumento da inflação, deterioração fiscal, inicia-se assim a crise nos países industrializados. (GIAMBIAGI et al., 2011).

No período supracitado, ficou visível as dificuldades de implantação dos planos nacionais de desenvolvimento, bem como a manutenção da ditadura militar por mais de 21 anos. A crise proporcionada pela recessão foi instalada no país nos anos 80, com altas taxas de juros internacionais que chegaram ao patamar de

21,5% ao ano. A inflação apresentava níveis insuportáveis e com dificuldade de serem assumidos pela sociedade brasileira. A desorganização total da economia nacional fica evidenciada e o país recorre mais uma vez ao Fundo Monetário Internacional (FMI), elevando assim a dívida externa e interna. (BRITO, 2004). A síntese das ações dos respectivos governos é apresentada no Quadro 2.

### 3.1 GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995/2002)

No período compreendido entre 1995 a 2002, correspondente ao primeiro e segundo mandatos do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), houve grandes desafios para as políticas públicas, uma vez que esse período, pós Fernando Collor e Itamar Franco, veio acompanhado por alto grau de inflação e desequilíbrio na balança de pagamento; inflação alta chegando ao nível de 80% ao mês; crise na indústria de transformação; desemprego, e endividamento com o Fundo Monetário Internacional (FMI). (GIAMBIAGI et al. 2011, p. 141).

Segundo Giambiagi (2011), o governo do presidente FHC teve marcas consideradas positivas, sendo que as mais importantes foram: as privatizações, colocando fim dos monopólios das estatais do petróleo, telecomunicações e energia; saneamento do sistema financeiro; renegociação da dívida dos governos estaduais; aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); ajuste fiscal a partir de 1999; e estabelecimento de metas inflacionárias. As principais empresas privatizadas foram: Vale do Rio Doce, Caraíba-Mineração Caraíba Ltda., Embraer, Coelba, Telebrás e Embratel, entre outras. (GIAMBIAGI, 2011, p. 181).

As ações do governo podem ser divididas em três fases: a primeira denominada “ortodoxa”, focada no ajuste fiscal e o equilíbrio no orçamento da União; a segunda, considerada heterodoxa, teve como ponto forte a criação da Unidade Real de Valor (URV), objetivando o ajuste de preços e o equilíbrio na inflação proporcionada pela velha moeda, o Cruzeiro Real. A terceira e última fase transformou a URV em Real. (BRITO, 2004, p. 29).

O Real exerceu funções preliminares nos meios de pagamentos e na reserva de valor. No primeiro ano reduziu a inflação dos patamares de 40 a 50% ao mês para a ordem de 30% ao ano. O crescimento do PIB foi expressivo em 1994, sendo na ordem

de 5,7%, bem como o crescimento da economia e da indústria que em 1995 atingiu 14% em relação ao trimestre anterior. Em 1998 a inflação atingiu o índice de 4% ao ano e em seu segundo mandato, período de 1999 a 2002, se manteve próximo de 10% ao ano. (BRITO, 2004, p. 30).

O Plano Real deu origem à moeda real em 30 de junho de 1994, através de medida provisória. O plano teve como objetivo inicial o Programa de Ação Imediata, que se tratava de diversas medidas econômicas tais como: corte no orçamento público de aproximadamente 6 bilhões de dólares; combate à evasão fiscal; firmeza na relação com os Estados e os Municípios através do corte no repasse de verbas; intervenção do Banco Central nos bancos estaduais — Lei de Colarinho Branco; Redefinição dos Bancos Federais com enxugamento e punição de irregularidades. E provavelmente a mais significativa, as privatizações das empresas dos setores siderúrgicos, petroquímico e de fertilizantes.

Brito (2004), discorre sobre o Plano Real como sendo um programa de estabilização que obteve êxito no que tange o combate à inflação, e apresenta críticas sobre o crescimento econômico do país.

[...] em síntese, o Plano Real é, basicamente, um programa de estabilização. Como tal, vem obtendo êxito no combate à inflação. A grande crítica que se faz é que o crescimento do PIB tem sido, em média de 2% ao ano, bem como a dívida pública alcançou 14% ao ano, no período de 1995 a 2002.

A grande lacuna dos Governos FHC foi a ausência de um plano de desenvolvimento. As promessas da campanha política, quais sejam as de cinco metas, nas áreas da agricultura, saúde, educação, habitação e segurança, não foram cumpridas. (BRITO, 2004, p. 33).

Uma das questões problemáticas do Plano Real foi o desequilíbrio externo, em 1995 a 1997, o aumento das exportações obteve um crescimento na ordem de 6,8% ao ano e as importações cresceram na ordem de taxa média de 21,8%, destacando-se o ano de 1995 que atingiu a ordem de 51%, causando um desequilíbrio da balança comercial. (GIAMBIAGI, 2011, p. 168).

O governo determinava metas no aumento da empregabilidade, face à globalização e às privatizações, objetivando a minimização do desemprego em função da necessidade de apresentar aos financiadores internacionais uma mudança no quadro geral, não só no Brasil como em toda América Latina, que

começou no Chile em 1973, exigidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. A privatização no Brasil cresceu assumindo um novo papel na economia nacional a partir de 1998, exatamente no governo de FHC, como vimos anteriormente.

A economia nacional começava a passar por mudanças e transformações como a abertura de mercado, reforma monetária; reestruturação de vários setores de serviços públicos; criação de agências regulatórias e demais medidas adotadas no período. A gestão pública necessitava controlar estes efeitos para não deixar de controlar o impacto causado pela privatização no país. (ANUATTI-NETO, et. al., 2005).

Os estudos realizados pela equipe do professor Anuatti-Neto (2005), demonstraram através do artigo publicado na Revista Brasileira de Economia, que a privatização apresentou resultados financeiros positivos, aumentando a lucratividade e a eficiência operacional das empresas, mesmo forçando que as empresas que deixaram de ser estatais fossem obrigadas a buscar a gestão empresarial, competitiva, eficientes e eficazes, em função da perda dos subsídios governamentais.

Na literatura nacional sobre privatização e desempenho das EEs, destacamos três estudos. No primeiro, Pinheiro e Giambiagi (1997) apresentaram uma avaliação completa do desempenho das EEs federais no período 1981-94, antes da privatização. Esse estudo apresenta números decepcionantes, tanto em termos de lucratividade quanto de dividendos recebidos pelo Tesouro. Ao longo de todo o período, a taxa de lucros relativamente ao patrimônio líquido foi negativa, -2,5%, em média. Além disso, de 1988 a 1994, anos para os quais os dados estavam disponíveis, os dividendos foram de apenas 0,4% do valor das ações de propriedade do governo federal.

O programa brasileiro de privatização abrange três partes: (a) o Programa Nacional de Desestatização (PND), federal, iniciado em 1991; (b) programas similares no âmbito estadual, que começaram em 1996 e (c) o programa de privatização do setor de telecomunicações, a seguir referido como Telecom. Este último, também federal, começou em 1997 como um programa separado e simultâneo ao PND. Os leilões do programa Telecom, densamente concentrados em 1997 e 1998, geraram um total de US\$ 28,8 bilhões em receitas, mais US\$ 2,1 bilhões em dívidas transferidas.

O PND gerou um total de US\$ 28,2 bilhões em receitas, mais US\$ 9,2 bilhões em transferências de dívida, enquanto que os programas dos estados geraram um total de US\$ 27,9 bilhões em receitas, mais US\$ 6,8 bilhões em transferências de dívidas. A composição total do programa por setores mostra que a privatização do setor elétrico foi

responsável por 31% do valor total dos leilões; telecomunicações, 31%; aço, 8%; mineração, 8%; óleo e gás, 7%; petroquímica, 7%; financeiro, 6% e outros, 2%. Impulsionada pelo programa Telecom, a privatização atingiu seu pico em 1997-98, período responsável por 69% do valor total até julho de 2001. As empresas que ainda continuaram sob o controle do governo após 2001 incluem hospitais, administrações portuárias, a Empresa Brasileira de Correios, uma empresa responsável pela pesquisa agrícola, o BNDES e outras. Entre as companhias restantes, as principais estão: no setor de eletricidade, na indústria de petróleo e no setor financeiro. (ANUATTI-NETO, 2005, p. 152).

O segundo mandato de FHC teve início enfrentando sérias dificuldades financeiras e alto grau de endividamento. O país negocia com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para que pudesse enfrentar o esgotamento da disposição do resto do mundo em financiar o déficit do país. (GIAMBIAGI et al., 2011, p. 175).

Outra questão importante do governo FHC foi a necessidade de atrair o capital estrangeiro através da privatização de empresas<sup>10</sup>. A princípio, foram as prestadoras de serviços públicos, com ênfase nas telecomunicações e energia. (GIAMBIAGI, 2011, p. 185).

Apesar da receita acumulada de vendas das estatais chegarem em 1998, segundo o BNDES, ao volume de US\$ 100 bilhões, com picos anuais de US\$ de 28 bilhões em 1997, teve o seu lado negativo em função de ter ficado aquém do proposto pela propaganda oficial, em decorrência de diversos problemas, principalmente em relação a empresas de energias na questão de regulamentação. (GIAMBIAGI, 2011, p. 186).

O mercado de trabalho sofreu em função das privatizações e a taxa média anual de desemprego em 2002 atingiu 7,2%, comparada a 5,1% em 1994 e 7,6% em 1998, ou seja, o segundo período do governo FHC foi o pior período de desemprego em relação aos seus dois mandatos governamentais. (GIAMBIAGI, 2011, p. 192).

Nesse contexto, o governo FHC proporcionou o “start” para uma nova era nas políticas públicas referente às preocupações na elaboração e implementação dos programas de geração de emprego e renda. Isto se deu em função da necessidade eminente na absorção do crescente número da mão de obra disponível no mercado,

---

<sup>10</sup>As razões do processo de privatização estão explicitadas no artigo 1º da Lei nº 8.031 de abril de 1990, conforme o Programa Nacional de Desestatização (PND), lançado em 1990.

em consequência de diversas ações econômicas de estabilização e crescimento socioeconômico.

O governo FHC teve em seu segundo mandato um novo caminho em busca de alternativas viáveis para equalizar o impacto gerado nas ações de estabilização da economia. Inicia-se neste momento a cultura empreendedora já utilizada no âmbito mundial e até então desconhecida no país.

O governo federal elaborou o projeto de parceria para execução dos programas de incentivo ao empreendedorismo e geração de emprego e renda, que contemplava desempregados, micros e pequenas empresas, através de convênios firmados com os bancos públicos e o SEBRAE.

Os projetos aprovados utilizaram os recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e o SEBRAE – Serviço de Apoio à Micro e Pequenas Empresas, atuou como órgão de representação nacional para capacitar os empreendedores na gestão empresarial, através dos programas de treinamentos obrigatórios, como parte integrante do projeto de financiamento, em todas as áreas que contemplam a visão sistêmica da empresa.

Os bancos que participaram dos programas governamentais no período dos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) foram: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e Banco do Amazonas — que só aprovavam projetos dos diversos programas de geração de emprego e renda com total garantia de 130% do financiamento.

Os questionamentos elaborados nas salas de aulas dos treinamentos de capacitação empresarial, por parte dos professores que iriam ministrar os cursos para os candidatos ao pleito para o empréstimo com incentivos fiscais, através dos programas governamentais de empreendedorismo, eram os seguintes: Se o micro e pequeno empresário possuía a garantia patrimonial exigida, qual a real necessidade do capital de terceiros? Os financiamentos dos projetos viabilizariam realmente um desenvolvimento local integrado e sustentável? Ou seja, proporcionariam um avanço significativo nos indicadores da distribuição de renda? Qual a real vantagem no endividamento ao começar um empreendimento sem saber quanto seria o volume de vendas e a sua capacidade mercadológica? Até que ponto as políticas públicas voltadas para geração de emprego e renda, através dos programas de incentivo ao



empreendedorismo, contribuíram para o crescimento socioeconômico e financeiro do país?

A rede pública financeira foi inserida nos programas governamentais de geração de emprego e renda, através de convênios firmados entre o Governo Federal, SEBRAE e bancos públicos. Com isso não facilitaram na concessão dos financiamentos, nos casos em que os pleitos financeiros não atendessem as exigências das normas internas de cada instituição financeira envolvida nos programas nacionais de geração de emprego e renda no período dos dois governos de FHC.

Notoriamente, o governo FHC não desenvolveu uma política pública voltada para a melhoria socioeconômica da população. Este período apresentou uma falta de política salarial, proporcionando que algumas categorias ficassem com mais de 8 anos sem reajuste salarial. O crescimento no nível de desemprego apresentava índice disfarçado da realidade.

Além do achatamento salarial, as estatísticas sobre o desemprego aberto preocupam: a taxa de desocupados já representava mais de 7% da população economicamente ativa do país (PEA). Sem contar que o desemprego disfarçado é maior do que 22%, o que implica dizer que cerca de 30% da PEA está desempregada e subempregada. No Rio de Janeiro, a cada 100 pessoas, 17 declaravam procurar emprego. Os índices mostram que  $\frac{1}{4}$  dos brasileiros que trabalham no país ganham até um salário mínimo, conforme dados preliminares do Censo 2000. (BRITO, 2004, p. 122).

Essas ações do governo trouxeram como consequência uma reviravolta na economia nacional, uma vez que o processo de abertura da economia e das privatizações, que teve seu início no governo anterior e foi fortalecida no governo FHC, sofreu a grande influência da globalização e das inovações tecnológicas, gerando neste período uma série de planos de demissões incentivadas, chamados de Plano de Demissão Voluntária (PDV). Surge então a chamada “era do empreendedorismo” no Brasil.

A indústria e o serviço começaram a gerar desemprego em massa no Brasil. O governo FHC correspondeu ao período dos planos de demissões voluntárias, conhecidos na época como PDV (plano de demissão voluntária), para essa mão de

obra de alto nível de qualificação e limitação operacional para as novas necessidades empresariais.

O tema empreendedorismo passou a ser de tal importância no país como alternativa para absorção de mão de obra, que o Governo Federal recomendou, através do Ministério da Educação, que o assunto passasse a ser incluído nos currículos escolares, não só do terceiro grau, mas também nas escolas do ensino fundamental.

Sem dúvidas, a era do empreendedorismo a partir do governo de FHC tornou-se uma realidade irreversível que evoluiu nos governos subsequentes, face à crise na empregabilidade que se instalou no país.

### 3.2 GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (LULA) – 2003/2011

O governo Lula assumiu diversos desafios propostos em campanha eleitoral, como exemplos: negociação da dívida pública; diminuição da taxa de inflação; aumento da taxa de juros básica (Selic); aumento do nível de emprego; melhoria no superávit primário; reforma fiscal; programas sociais como o “Fome Zero” e cortes do gasto público.

Logo no final do primeiro mandato apresentou mudanças significativas no panorama nacional. Realizou um balanço preliminar, de janeiro a novembro, apresentando índices diferentes do final do mandato do seu antecessor. Em novembro de 2003, o governo Lula apresentou os seguintes resultados: inflação IPCA de 0,34%; o dólar de R\$ 2,94; risco Brasil de 533 pontos; o saldo comercial de US\$ 22,078 bilhões e os juros básicos de 16,66% ao ano. Já em novembro de 2002, final do governo FHC, o cenário econômico nacional apresentava dados diferentemente do primeiro ano da nova gestão, sendo: inflação IPCA de 3,02%; o dólar de R\$ 3,63; risco Brasil de 1.600 pontos; o saldo comercial de US\$ 11,324 bilhões e os juros básicos de 30,90% ao ano. (BRITO, 2004, p. 125).

Lula inicia seu governo seguindo a mesma postura de FHC, adotando uma política econômica ortodoxa, propondo mudanças no superávit orçamentário de 0,5%. Elevou a Selic para 2%, definindo-a em 26,5% ao ano. Com essas medidas

preliminares, o país inicia o processo de recessão. O desemprego alcança o índice de 13% em 2003 e o salário médio cai em média 15%. O programa Fome Zero não atingiu suas metas nesse primeiro ano. (BRITO, 2004, p. 126).

O compromisso assumido pelo então presidente eleito por um partido trabalhista, adotou medidas de reformas estruturais. As duas primeiras questões consideradas como emergenciais, foram o envio da proposta da reforma tributária para o Congresso Nacional e a reforma da Previdência Social. Apesar de serem consideradas as principais necessidades de reforma do país, não trariam de imediato as mudanças prometidas nas campanhas eleitorais do presidente Lula, tais como: racismo, favelas, segurança pública, educação, emprego, agricultura familiar, saúde, ícone fome zero, microcrédito, semiárido nordestino, cisternas rurais e aparelhamento das forças armadas. (BRITO, 2004, p. 128).

Sem dúvida, o governo Lula trouxe reformas tão esperadas que ocasionou o crescimento do país e a recuperação dos investimentos representando um impacto direto na geração de emprego. A dívida pública é reduzida, bem como acontece o aumento nas reservas que atingiram US\$ 290 bilhões em 2010.

A redução da desigualdade na primeira década do século XXI se deu a partir da estabilização da economia, em 1994, houve no Brasil uma melhora importante em diversos indicadores sociais e de equidade. Esses resultados se intensificaram ao longo da década de 2000. Dentre os principais indicadores dessa melhora, selecionamos quatro: a distância entre os ricos e os pobres reduziu-se fortemente ao longo da década; o índice GINI (que indica a maior desigualdade quanto mais próximo de um e a maior equidade quanto mais próximo de zero)<sup>11</sup>; considerando o país dividido em cinco classes A, B, C, D e E. O fato é que milhares de brasileiros ingressaram na “Classe C”, tendo está se tornado o maior grupo social, representando mais de 50% da população total. Por fim, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>12</sup> que evoluiu positivamente. (GIAMBIAGI, 2011, p. 230).

O aumento real do salário, a estabilização macroeconomia, os programas sociais, aumento do emprego, bem como a grau de confiabilidade na economia brasileira, elevando o grau de investimento das agências de *rating*, o Brasil

---

<sup>11</sup>Destaca-se o programa social Bolsa Família (PBF), criado em 2004 e focado nas famílias consideradas de baixa renda. Englobando cinco programas federais pré-existentes: bolsa escola, bolsa alimentação, auxílio gás, cartão alimentação e erradicação do trabalho infantil.

<sup>12</sup>IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) reúne indicadores de renda, educação e saúde. A metodologia foi iniciada em 2010, o Brasil passou de 0,65 em 2000 para 0,69 em 2010. (GIAMBIAGI, 2011, p. 230).

retornava para o cenário mundial no ano de 2010 com a marca de consolidação do processo de estabilização, mesmo continuando a repetir alguns descuidos, em não adotar um maior aprofundamento nas questões do déficit externo em conta corrente, e manter taxas de juros elevadas nos parâmetros internacionais.

A nota de crédito (rating) para moeda estrangeira subiu de BB+ para BBB- com perspectiva estável e a nota para moeda local passou de BBB para BBB+, também com perspectiva estável. O *rating* para moeda local de curto prazo foi ajustado de "B" para "A-3". "A elevação reflete o amadurecimento das instituições brasileiras e a estrutura de política, como foi evidenciado pelo alívio da carga de dívida fiscal e externa e (reflete) as melhores perspectivas de tendência de crescimento", diz a analista de crédito da S&P Lisa Schineller. (BRASIL recebe título de grau de investimento pela agência S&P, 2008).

Proporcionando a continuidade do incentivo a geração do emprego e renda, o governo federal cria em 2006 a Lei Complementar Nº 123, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Já em 2008, elabora a Lei Complementar Nº 128, criando a figura jurídica do Micro Empreendedor Individual (MEI), objeto de estudo do presente trabalho e que será tratado no Capítulo 5. (PORTAL DO EMPREENDEDOR).

### 3.3 GOVERNO DILMA VANA ROUSSEFF (DILMA ROUSSEFF) – 2011/MAIO DE 2016

O governo Dilma teve como objetivo inicial a continuidade das políticas públicas do seu antecessor, governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, principalmente no que tange às políticas sociais de combate à pobreza e na educação, com o programa técnico PRONATEC, mediante a ampliação da concessão de bolsas de estudo e auxílio financeiro aos estudantes.

No segundo mandato da presidente Dilma, o cenário mundial perpassa por um processo de mudança, diferentemente do governo Lula e do seu primeiro mandato. A crise começa a ser apresentada no panorama internacional, principalmente nos Estados Unidos e na Europa. O Brasil passou a ter como principal parceiro comercial a China, principalmente na exportação das *commodities*,

e com a política cambial e o aumento dos preços dos mesmos, o balanço comercial brasileiro apresenta queda em 2011 e 2012.

O governo Dilma Rousseff deu continuidade ao programa de crescimento da economia adotado no governo do seu antecessor. As ações que não foram institucionalizadas durante o governo FHC referentes às políticas sociais e econômicas foram amplamente difundidas e instaladas na sua gestão.

Dentre várias medidas adotadas, cita-se as mais relevantes que trouxeram de imediato um reflexo na economia e no aumento do poder aquisitivo da população de baixa renda, como exemplos: o ajuste do salário mínimo que proporcionou um realinhamento nas condições financeiras e acarretou no aumento do consumo da classe mais pobre, com isso incrementando a indústria manufatureira; política de financiamento e orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento das grandes empresas nacionais a uma taxa de juro favorecida ou subsidiada; política externa de apoio às grandes empresas; política econômica anticíclica —medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica; sequencia o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); incremento do investimento estatal em infraestrutura; mudanças na política de juro e cambial; política habitacional, como o programa “Minha Casa Minha Vida” que foi criado durante o governo Lula e fortalecido nas políticas públicas vigentes; o “Programa Bolsa Família”, também continuidade do governo antecessor e o programa de “Benefício de Prestação Continuada”, destinado a idosos e a pessoas com deficiência. (As bases políticas do neodesenvolvimentismo, 2012)<sup>13</sup>.

Neste período ficou evidenciado a valorização dos movimentos sindicais e organizados, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST).

“MTST, somos um movimento de trabalhadores. Operários, informais, subempregados, desempregados que, como mais de 50 milhões de brasileiros não tem sequer moradia digna. Vivemos de aluguel, de favor ou moramos em áreas de risco pelas periferias urbanas do Brasil. Nosso objetivo é combater a máquina de produção de miséria nos centros urbanos, formar militantes e acumular forças no sentido de construir uma nova sociedade. A ocupação de terra, trabalho de organização popular, é a principal forma de ação do

---

<sup>13</sup> Trabalho apresentado durante a edição de 2012 do Fórum Econômico da FGV / São Paulo, do prof. Armando Boito Jr., professor titular do Departamento de Ciência Política da Unicamp.

movimento. Quando ocupamos um latifúndio urbano ocioso, provamos que não é natural nascer, viver e morrer pobre e oprimido. Não aceitamos a espoliação que muitos chamam de sina. Ao montar barracos de lona num terreno vazio e organizar os trabalhadores para lutar, cortamos a cerca nada imaginária que protege a concentração de riqueza e de terra nas mãos de poucos. E em alto e bom som gritamos: chegou a nossa hora. Criar poder popular!!” (MTST, 2010-2014).

Nos últimos dois anos o governo Dilma vem enfrentando sérios problemas nas políticas públicas, face ao reflexo da retenção da economia em função do descontrole orçamentário e endividamento face aos gastos na sua reeleição para o seu segundo mandato.

Diversos escândalos aconteceram que acarretaram uma mudança significativa no segundo mandato da presidente Dilma. Desde o mensalão, do governo Lula, no que se refere à compra de votos envolvendo os nomes fortes da política petista, o governo vem enfrentando sérias crises políticas. Na atual gestão de Dilma, acontece a “Operação Lava Jato”, escândalo de corrupção na Petrobrás, que agrava a crise governamental, não só nas questões internas, como também nas relações internacionais do país. (OPERAÇÃO LAVA JATO, 2015).

A crise econômica é mundial, face aos diversos fatores políticos, sociais e econômicos no cenário mundial. O crescente desemprego na zona do euro, a crise do petróleo, a guerra do oriente médio, a retração da economia chinesa e japonesa, trouxeram reflexos na economia nacional, uma vez que o fenômeno da globalização deflagrado no século XX, fez com que qualquer crise em qualquer parte do mundo gerasse consequência em todas as economias, principalmente as dos conhecidos países emergentes. O próprio Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) declara a queda no crescimento das economias da América Latina.

Um dos problemas é esta nuvem de incerteza sobre a economia global”, disse o presidente do BID, Luis Alberto Moreno, quando questionado pela Reuters em um intervalo de um encontro de líderes empresariais europeus e latino-americanos em Santiago, capital do Chile. (BID rebaixa crescimento da América Latina para 3,5% a 4% em 2013).

Outra grande questão preocupante, diferentemente do governo Lula, e presente no segundo mandato do governo Dilma, é o enfrentamento da queda vertiginosa no grau de investimento no país.

Preservar a boa nota do Brasil nas agências de *rating*, aquelas que classificam os países conforme a possibilidade de aplicadores e especuladores perderem dinheiro por insolvência do credor, tornou-se uma “obsessão” do Palácio do Planalto e da equipe econômica. O corte da nota seria fatal para a estratégia econômica do segundo mandato de Dilma Rousseff, calcada em investimentos privados e capital estrangeiro. É o que explica o esforço para levar adiante um ajuste fiscal com medidas contrárias aos interesses de partidários da reeleição da presidenta, como os movimentos sociais que foram às ruas nesta sexta-feira 13. (SALVAR RATING DO PAÍS VIROU 'OBSESSÃO' EM BRASÍLIA, 2015).

Outras questões vêm contribuindo para o agravamento da crise do governo atual, como o resultado publicado no mais atual relatório do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, em 14 de dezembro de 2015. Neste, o Brasil assumiu o 75º lugar, uma posição atrás da registrada em 2013.

O impacto da desigualdade fica expresso quando o IDH é ponderado pela desigualdade social, verificação que vem sendo feita pelo Pnud desde 2010. Nesta modalidade de análise não há um ranking comparativo entre os países porque nem todos têm dados suficientes disponíveis. No caso do Brasil, a ponderação pela desigualdade faz o País perder 26,3% de seu IDH, que vai de 0,755 para 0,557. A queda é significativamente maior que a sofrida pela média dos países (19,4%) e mesmo que a sofrida pelos países latino-americanos (23,7%). É maior, também, que as experimentadas por México (22,4%) e Colômbia (24,7%), países latinos com populações que podem ser comparadas à brasileira. A persistência da desigualdade e de seus efeitos negativos, aliados à expectativa de mais um ano de recessão em 2016, criam um cenário preocupante para o País. (CAPITAL, 2015).

Mais uma vez o governo federal retoma o incentivo ao empreendedorismo como alternativa para a geração de emprego e renda. Nessa gestão o foco recai sobre os agentes da informalidade, através da legalização do setor econômico que mais cresceu no país, a economia informal, denominado como Micro Empreendedor Individual – MEI, conforme será tratado no Capítulo 5.

Verifica-se que em períodos de recessão econômica e diminuição na absorção da mão de obra trabalhadora do país, o Brasil lança mão de estímulo ao empreendedorismo. Essa é uma realidade do governo de Dilma Rousseff, que apresenta retração no mercado de trabalho, bem como no período do governo FHC.

### 3.4 PRINCIPAIS PROGRAMAS DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO BRASIL (1990/2004)

O governo federal a partir da década de 1990 implantou diversos programas de financiamento e apoio ao micro e pequeno negócio, principalmente para aqueles que desejavam empreender e não possuíam os recursos financeiros necessários, em parceria com órgãos e instituições, nacionais e internacionais, que já possuíam know-how na gestão dos autos sustentabilidade. Parcerias foram firmadas com empresas detentoras de conhecimentos, técnicas e práticas empresariais, que passaram a oferecer cursos e treinamentos empresariais, com conteúdo programático, voltados para a gestão financeira, vantagens competitivas e longevidade para os novos empreendimentos que passariam a existir no mercado brasileiro.

Nesse contexto, pode-se citar os programas intitulados “Brasil Empreendedor”, “Novos Empreendedores”, “Soldado Cidadão”, “Aprender a Empreender”, “Jovem Empreendedor” e demais projetos de geração de emprego e renda, iniciados no período do governo de FHC (1995 a 2003), e nos governos subsequentes, os quais serão abordados neste item. A síntese dos programas consta do Quadro 3.

#### **3.4.1 Programa Brasil Empreendedor – 1999**

O Programa Brasil Empreendedor, teve sua primeira fase implantada no final do ano de 1999. Foi elaborado pelo grupo de gerenciamento da Presidência da República, com o objetivo de viabilizar crédito orientado para novos empreendedores.

O programa Brasil Empreendedor, do Governo Federal, que foi dirigido à capacitação de mais de 6 milhões de empreendedores em todo o país, destinando recursos financeiros a esses empreendedores, totalizou um investimento de R\$ 8 bilhões. Esse programa vigorou de 1999 até 2002, e realizou mais de 5 milhões de operações de crédito. (DORNELLAS, 2008, p. 15).



Primeiramente o objetivo do programa teve como foco a capacitação empresarial. O Governo Federal em parceria com o SEBRAE Nacional, através da sua rede de agências nos estados e municípios, realizou treinamentos de 16 horas/semanais, para toda a população que desejasse empreender ou trabalhar nas micro e pequenas empresas. O treinamento abordava em seu conteúdo programático, assuntos relacionados às áreas pertinentes às empresas, independentemente do seu porte. Os módulos contemplavam conhecimentos nas áreas de finanças, marketing, estratégias empresarias e diferenciais mercadológicos. Abaixo, fotos dos registros dos treinamentos realizados em alguns municípios do estado da Bahia. (Figuras 1 e 2)

**Figura 1 – Curso Brasil Empreendedor – Alagoinhas/BA**



Fonte: Machado, 2000.

**Figura 2 – Curso Brasil Empreendedor – Gentio do Ouro/BA**



Fonte: Machado, 2003.

O sucesso do programa foi percebido desde o início, em função da demanda espontânea ter sido acima das expectativas nos primeiros dias em que as inscrições foram abertas. Isso em função da ampla divulgação pela mídia escrita, televisiva e tecnológica, via portal do SEBRAE. A busca pelo treinamento gratuito em todo território nacional, demonstrava uma ansiedade por parte dos candidatos, na esperança de mudar a sua situação de desemprego.

Em São Paulo, por ter sido o primeiro estado a ter o projeto implantado, através dos 38 escritórios que funcionam na capital e no interior, as agências do SEBRAE registraram 1.228 inscrições, apenas no primeiro dia de início do programa de capacitação para o crédito. Essa demanda era composta por 66,6% de pessoas jurídicas e 33,4% de pessoas físicas. (NEVES, 1999).

Depois de um mês de espera, entrou em funcionamento na última quarta-feira o programa Brasil Empreendedor, que vai destinar cerca de R\$ 8 bilhões a micro e pequenas empresas. O pacote de ajuda ao setor, anunciado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no início de outubro, pretende financiar um total de 1,15 milhão de operações de crédito e capacitar 2,3 milhões de empresários. Além do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, que contam com linhas especiais de financiamento para empresas de pequeno porte, o programa conta com a participação do Sebrae-SP (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). A entidade é responsável pelo cadastro e treinamento de empreendedores em busca de

financiamento e capacitação. E ainda presta assessoria de crédito para as empresas que concluírem o treinamento e apresentarem um projeto de viabilidade". (NEVES, 1999.).

No treinamento de 16 horas/semanais, para capacitar os futuros empreendedores, foi constatado pelos gestores do programa Brasil Empreendedor, que a carga horária seria insuficiente para preparar um universo de pessoas que queriam sair da condição de desemprego para a condição de micro e pequeno empresário, sem nunca ter tido a experiência como gestor. Além disso, o objetivo inicial do projeto seria para empresas já existentes.

O programa passou a ter uma necessidade de reestruturação em função dessa demanda que se apresentava, e não esperada por parte dos idealizadores do programa de capacitação, que objetivava o fortalecimento das micro e pequenas empresas que já funcionavam no mercado, e conseqüentemente gerariam novos empregos para absorver a crescente mão de obra disponível no mercado.

A reestruturação do Brasil Empreendedor teve início em 2000, e a sua implantação para o público aconteceu em 2001. Com novo nome, o projeto foi ampliando para contemplar a demanda catalogada na primeira fase. A partir desse momento, a sua abrangência contemplaria pessoas desempregadas que nunca foram empresários e empresas com apenas um ano de existência. A nova denominação passou a ser Programa Novos Empreendedores.

#### **3.4.2. Programa Novos Empreendedores - 2001**

O programa foi elaborado em consequência da identificação e constatação, na primeira fase do Programa Brasil Empreendedor, na dificuldade de novos empreendedores conseguirem crédito no país, uma vez que ainda não possuíam um histórico financeiro e contábil que demonstrasse comprovadamente a capacidade de faturamento e crescimento empresarial, que justificasse a aprovação do crédito, garantindo assim o retorno do capital emprestado pelos bancos.

O objetivo do programa era atender as micros, pequenas e médias empresas, por serem elas as maiores responsáveis na geração de emprego e renda e também para pessoas físicas que nunca tiveram empresa. A finalidade era viabilizar novos

negócios através do apoio da parceria com o SEBRAE, por ser um órgão que possuía agências em todo o território nacional, facilitando a etapa inicial do projeto de financiamento assistido, com a sua estrutura de treinamento. A instituição participaria do convênio, sendo o responsável pela capacitação dos candidatos ao programa de crédito do governo federal.

O convênio firmado pelo governo englobava os bancos oficiais, no tocante às linhas de crédito, e o SEBRAE no treinamento de capacitação na gestão empresarial dos empreendedores candidatos ao pleito financeiro, com carga horária ampliada para 80 horas. Foi utilizado um novo instrumento de concessão de crédito e capacitação empresarial por meio de treinamentos setoriais, pois se tratava de um projeto pioneiro, que apresentava riscos, e esses deveriam ser calculados, não só na elaboração dos projetos de viabilidade financeira, como também no entendimento de todos implicativos que envolvem uma empresa, independentemente do seu porte empresarial.

Sua meta era selecionar, capacitar, orientar a elaboração de Planos de Negócios, proporcionar crédito e assessoria técnica a 5.000 (cinco mil) empreendedores distribuídos em todo o país. O programa definiu como público alvo os empreendedores com boas ideias que necessitavam de apoio financeiro para implementá-las. Abrangeria as pessoas físicas, empreendedores da informalidade e empresa formal que já existisse no mercado no prazo de até doze meses da data de entrega do termo de compromisso no SEBRAE.

O programa foi dividido em diversas etapas:

- 1) Inscrição via site;
- 2) Seleção em Brasília, das ideias inovadoras que ainda não existissem no mercado;
- 3) Os projetos selecionados voltariam para suas cidades de origem para realizar o treinamento de 80 horas;
- 4) No treinamento, cada participante recebia o CD MakeMoney – Como se tornar um empreendedor de sucesso do pref<sup>o</sup> Fernando Dolabela, para realização do projeto pelo próprio candidato;

5) Em caso de dúvida, o SEBRAE disponibilizava um consultor, contador com larga experiência em projeto de viabilidade econômica, e através de agendamento, apenas tirava dúvidas no preenchimento dos dados solicitados no CD;

6) O projeto era enviado para os bancos conveniados que aprovavam ou não o financiamento limitado à R\$ 50.000,00 por candidato ao crédito.

7) Depois de 1 ano de funcionamento, a empresa que foi contemplada com o financiamento, receberia um consultor para fazer um diagnóstico de checagem da situação da empresa e seus resultados financeiros.

A depender da situação, o empresário seria encaminhado para novos cursos de capacitação na gestão empresarial, oferecidos no portfólio do SEBRAE, porém, não mais gratuitos. No anexo 1, relaciona-se o passo a passo de todo o processo do Programa Novos Empreendedores, para que se possa ter a dimensão da complexidade do projeto a ser desenvolvido por pessoas totalmente leigas e incapazes na elaboração de projeto de viabilidade econômica.

As incoerências ficavam nítidas à medida que o programa era apresentado para os multiplicadores.<sup>14</sup>A exemplo, cita-se o valor de crédito financiável em relação ao porte da empresa. Se o limite de faturamento é de 1,2 milhão ao ano, para pequena empresa, como atender às necessidades iniciais de montagem de um negócio com apenas R\$ 50.000,00 de valor de crédito? Considerando-se que este valor era para atender os itens referentes ao investimento e ao capital de giro. Ratificando que se tratava de um programa que também contemplaria pessoas desempregadas que nunca tiveram a experiência como empresário.

A participação direta nos programas de geração de emprego e renda, nas políticas públicas do governo de Fernando Henrique Cardoso, despertou o interesse da autora no referido trabalho de pesquisa acadêmica, tendo o desejo reforçado após o lançamento do programa de geração de emprego e renda do governo Dilma

---

<sup>14</sup>O SEBRAE Nacional, com sede em Brasília, reuniu um representante técnico de cada estado para apresentar o novo projeto. A autora participou da capacitação nacional e foi certificada como multiplicadora nacional do programa Novos Empreendedores, cópia no anexo 2, uma vez que já atuava como multiplicadora do programa da primeira fase, Brasil Empreendedor. Responsável em repassar o novo programa para os demais consultores que atuavam em todo estado da Bahia, como instrutores na capacitação para os projetos contemplados na aquisição do crédito para os Novos Empreendedores, a autora foi uma das consultoras que avaliaram alguns projetos após 1 ano de existência.

Rousseff, intitulado Micro Empreendedor Individual – MEI, direcionado para a economia informal.

Durante a pesquisa para a realização do trabalho acadêmico proposto, em contato com o SEBRAE-BA, para a realização da entrevista estruturada, busquei informações estatísticas sobre os programas Brasil Empreendedor e Novos Empreendedores, porém foi informado pela gestão da instituição que não obtinham mais nenhum registro dos dados dos referidos programas de capacitação e aquisição de créditos.

Outra questão a ser considerada, como participante do programa, é que os agentes financeiros envolvidos no programa, que faziam parte do Comitê de Aprovação, na maioria das vezes não concordavam com o Plano de Negócio apresentado através da metodologia do CD MakeMoney – Como se tornar um empreendedor de sucesso do pref<sup>o</sup>. Fernando Dolabela. Argumentava-se que cada banco possuía seu próprio modelo instalado no sistema e esses não se adequavam ao modelo proposto no programa Novos Empreendedores.

É sabido que cada instituição financeira possui seu sistema próprio, que utilizam critérios de análise de crédito individual. Vários itens são considerados de acordo com os objetivos e propósitos institucionais, bem como as exigências de cada banco, através das normas internas e que não poderiam ser alteradas para atender especificamente ao programa em foco.

Registra-se ainda que muitas vezes o objeto do contrato a ser financiado, não era de interesse da instituição, ou seja, não fazia parte do foco setorial em que eles trabalhavam, dificultando a concessão do crédito pleiteado, e principalmente pela dificuldade de apresentar as garantias exigidas por cada banco e a dificuldade de determinação da capacidade de faturamento da empresa, pois tratava-se de projetos inovadores selecionados em Brasília que seriam implantados em outras localidades, sem análise da vocação regional para aquele segmento.

Constatou-se que o Programa Novos Empreendedores se tratava de um programa com uma filosofia interessante, que buscava oportunizar uma saída para a sustentabilidade frente ao desemprego, mas de formatação totalmente distante da realidade necessária para minimizar o objetivo a que se destinava.

O que foi visível e amplamente discutido por parte do corpo técnico, tanto do SEBRAE como dos parceiros que atuavam como instrutores em todo o estado, era que se tratava de uma política pública bem-intencionada, porém mal planejada. Apresentava apenas a finalidade de demonstrar aos órgãos financiadores internacionais que o Brasil estava realizando ações para a mudança da situação de empregabilidade, ou seja, criando programas de geração de emprego e renda para diminuição da desigualdade socioeconômica da população.

### **3.4.3 Programa Saber Empreender – 2001**

O Programa Saber Empreender do SEBRAE, de acordo com o Projeto PNUD/BRA-SEBRAE/EMPRETEC (1996), foi firmado no âmbito do Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo brasileiro e a ONU-Organização das Nações Unidas.<sup>15</sup>

O Programa teve sua concepção em agosto de 2000, pelo SEBRAE, e sua aplicabilidade a partir de 2001, objetivando proporcionar aos participantes o entendimento da cultura e visão empreendedora e suas implicações no dia a dia das micros e pequenas empresas.

Sua base teórica estava lastreada nos seguintes aspectos (SEBRAE, 2000):

- Behaviorismo (a natureza humana) e sua aplicabilidade – admite o princípio do determinismo (princípio da casualidade), como fundamental nos campos científicos. O meio ambiente é o determinismo do comportamento, as reações e ações humanas e dos animais são decorrentes dos estímulos do meio. O mais conhecido é B.F. Skinner.
- Teoria do aprendizado social – baseia-se na observação do comportamento dos outros ou de experiências alheias.
- Humanismo e sua aplicabilidade – Baseia-se em uma abordagem centrada na pessoa. Seu fundamentalismo é voltado para os estudos de Carl Rogers. Os

---

<sup>15</sup>O Programa Saber Empreender foi baseado no conceito do EMPRETEC, metodologia norte-americana, um dos melhores treinamentos do mundo na área de empreendedorismo, que utiliza a capacitação comportamental. Esta metodologia no Brasil pertence ao SEBRAE, que tem como slogan disponibilizar a capacitação empreendedora “de mil para milhões”. O Saber Empreender conta com um vínculo com PRÓDER (Programa de Emprego e Renda). (MANUAL do Facilitador, 2000, p. 70).

indivíduos possuem dentro de si vastos recursos para auto compreensão e para a modificação de seus autoconceitos de suas atitudes e de seu comportamento autônomo.

O treinamento contemplava aulas teóricas e práticas, com o objetivo de desenvolver as habilidades e competências necessárias para que o futuro empreendedor pudesse adquirir as condições mínimas para obter sucesso no seu novo empreendimento.

A metodologia foi desenvolvida e estruturada com bases da A.P.A. (Aprendizado Para Adultos) que defende a filosofia de que aprendemos o que queremos, aprendemos fazendo, quanto maior a ligação do que estamos aprendendo com o que fazemos, melhor aprendemos no C.A.V. (Ciclo de Aprendizado Vivencial), considerando o modelo de ensino não diretivo, cognitivista e não ferramental. O treinamento possuía carga horária de 27 horas semanais, dividido em 3 dias com 9 horas de trabalho diário. (SEBRAE, 2000).

O conteúdo programático foi dividido em quatro módulos, conforme a seguir:

- Módulo I – Quem é o empreendedor;

-Módulo II – O empreendedor em ação: Nesse módulo, os participantes criariam um pequeno negócio, elaborando um produto e ser comercializado na rua e ao final do treinamento teria a apuração dos resultados, ou seja, o levantamento dos custos e dos lucros obtidos durante a experiência externa. Esta atividade era praticada durante todo o treinamento;

- Módulo III – O Plano de Negócio;

- Módulo IV – Como elaborar o Plano de Negócio.

O treinamento Saber Empreender foi realizado na Outlet Center Bahia, no bairro do Uruguai, na agência do SEBRAE, em parceria com a AVSI<sup>16</sup>–(Associação Voluntários para o Serviço Internacional – Brasil), ONG de origem italiana, fundada

---

<sup>16</sup>É uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua no Brasil há mais de 30 anos com iniciativas de promoção do desenvolvimento de pessoas. Sua atuação tem como ponto central o desenvolvimento humano, com atenção especial à educação e à promoção da dignidade da pessoa humana em todas as suas expressões. Atualmente, está presente em 37 países emergentes localizados na África, na América Latina e Caribe, no Leste Europeu, no Oriente Médio e na Ásia. Qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Sediada em Salvador (Bahia), a AVSI Nordeste instalou uma filial em Recife (Pernambuco) e escritórios nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. (Disponível em: <<http://www.avsibrasil.org.br/quem-somos/?lnk=1&act=1>>. Acesso em: 16 mai. 2016).



em 1972, engajada em projetos de cooperação para o desenvolvimento. Viabilizou o treinamento para cooperativados e associados de diversos segmentos, sendo todos vinculados ao projeto do Ribeira Azul, desenvolvido pela CONDER–Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. (Figuras 3 e 4).

Em abril de 2000, representantes do Ministério de Assuntos Exteriores da Itália, da Aliança de Cidades, do Banco Mundial e da ONU-Habitat visitaram Salvador com o intuito de avaliar a possibilidade de proporcionar suporte financeiro e assistência técnica às intervenções na área dos Alagados, assim como discutir a formatação desta iniciativa. A partir da visita, o governo do estado da Bahia elaborou uma proposta para solicitação de financiamento do Projeto de Apoio Técnico e Social, que encaminhou à Cooperação Italiana e à Aliança de Cidades, com o apoio da Prefeitura Municipal de Salvador. O projeto foi aprovado no final de 2000, ficando estabelecido que o Banco Mundial seria responsável pela supervisão técnica do mesmo, e a AVSI seria encarregada pela execução das intervenções sob a orientação do governo do estado e a supervisão geral da Aliança. Em 14 de dezembro daquele mesmo ano, foi assinado um convênio de cooperação técnica financeira entre o governo da Bahia e a AVSI, estabelecendo a reaplicação da metodologia adotada em Novos Alagados e em outros bairros da região. O projeto recebeu o nome de Projeto de Apoio Técnico e Social (PATS) ao Programa de Redução da Pobreza Urbana na Área do Ribeira Azul. (AVSI, 2001. Disponível em: <[http://www.citiesalliance.org/sites/citiesalliance.org/files/CA\\_Docs/resources/upgrading/alagados/capitulo-2.pdf](http://www.citiesalliance.org/sites/citiesalliance.org/files/CA_Docs/resources/upgrading/alagados/capitulo-2.pdf)>. Acesso em: 16 mai. 2016).

**Figura 3 - Outlet Center Bahia – bairro do Uruguai**



Fonte: Disponível em: <<http://outletcenter.com.br/>> Acesso em: 16 mai. 2016.

**Figura 4 – Outlet Center Bahia – bairro do Uruguai**



Fonte: Machado, 2003

Na visita realizada ao SEBRAE para entrevista estruturada, nenhum dado foi fornecido por parte da instituição, argumentando que não havia mais dados estatísticos armazenados em função do tempo.

#### **3.4.4 Programa Aprender a Empreender - 2001**

O projeto “Aprender a Empreender” amplia a sua estruturação, através de novas parcerias entre o Programa Brasil Empreendedor do Governo Federal, SEBRAE e a Fundação Roberto Marinho.

Além do material didático de primeira qualidade, formatado nos moldes de livro, o participante acompanha as aulas práticas pela televisão.

O curso é composto de 10 (dez) programas de TV, material didático com 10 (dez) capítulos, que se correspondem respectivamente. Os assuntos abordados sucessivamente são: O Empreendedor; Mercado o Mapa da Mina; A Empresa e o Mercado; Os Números da Empresa; O Ponto de Equilíbrio; O Resultado da Empresa; O Resultado com vários produtos; Capital de Giro e Fluxo de Caixa; Problemas e Soluções e o Plano da Empresa.

A formação proposta tem por finalidade a viabilização dos locais mais longes, inacessíveis e de difícil acesso para o envio de facilitadores, os interessados

terem acesso ao curso, através do material didático teórico autoexplicativos e as aulas explicativas com estudos de casos práticos, através do sistema televisionado.

Apesar da pretensão metodológica ser de nobreza indiscutível, fica evidenciada a dificuldade de se quantificar os índices de abrangência da conclusão do curso, uma vez que o material era enviado via correio e o acompanhamento das aulas televisionadas. Em busca de dados no SEBRAE, a negativa mais uma vez foi constatada em função do tempo, não haver mais dados armazenados nos arquivos da instituição.

### **3.4.5 Programa Soldado Cidadão - 2004**

O governo federal iniciou, em 2002, no estado do Rio de Janeiro, em função da antecipação da desincorporação ocorrida naquele ano, um projeto de capacitação para os soldados que estavam deixando o exército naquele ano. No ano seguinte, foi expandido para o Distrito Federal e mais sete estados.

O objetivo do projeto era capacitar os egressos do serviço militar obrigatório, em diversas áreas para que pudessem ser absorvidos no mercado de trabalho. Isto em função do alto grau de treinamento em disciplina, estratégia, planejamento tático e operacional durante a permanência na corporação militar.

Em agosto de 2004, o governo federal lançou o “Projeto Soldado Cidadão” (PSC), inserido no Programa de Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil, sob a responsabilidade do Ministério da Defesa.<sup>17</sup>

As entidades envolvidas no projeto faziam parte do sistema S, ou seja, SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e o 51º Centro de Telemática (51º CT). Em 2004, o SEBRAE adere ao projeto na capacitação do empreendedorismo.

---

<sup>17</sup> Neste ano adquiriu projeção nacional, abrangendo todas as unidades da Federação, com a participação de todos os Comandos Militares de Área (C Mil A). Nessa época, a Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB), realizava o planejamento das ações, o gerenciamento dos recursos e a supervisão do PSC. Em junho de 2007, o Comandante do Exército encarregou o Comando de Operações Terrestre (COTER) da execução e medidas de coordenação e controle, em todas as suas etapas. A FUNCEB, atualmente, não participa do PSC. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2004).

Os cursos realizados na área técnica foram: operação de equipamentos móveis industriais (empilhadeira e ponte); panificação e pizza; computação gráfica; telemarketing; garçom; qualificação para motorista de transporte rodoviário de produtos perigosos; condutores de veículos de emergência e condutores de taxi; movimentação de cargas e transporte de produtos perigosos; funilaria e pintura; profissional em pintura; cozinheiro; manutenção de redes telefônicas; web designer; pedreiro polivalente; carpinteiro de forma e esquadria; eletricitista de auto; mecânico de auto; eletricitista predial; informática básica e eletricitista instalador predial, sendo o empreendedorismo como último módulo a ser executado pelo SEBRAE.(PORTAL BRASIL, 2011).

[...] o Projeto Soldado Cidadão já ajudou a qualificar 165 mil militares para o mercado de trabalho. Mais de 16 mil soldados já tiveram a oportunidade de fazer cursos técnicos e profissionais nas áreas de telecomunicações, informática, construção civil, alimentícia e saúde, entre outras.

O principal objetivo do projeto é auxiliar os militares que estão prestes a se desligar das Forças Armadas a encontrar uma ocupação. Os cursos são gratuitos e ministrados em parceria com instituições do Sistema S (como o Senai e o Senac) e outras entidades ligadas ao ensino profissional e técnico.

Os cursos são realizados no horário do expediente e duram dois meses, com carga mínima de 160 horas. O Ministério da Defesa estima que pelo menos 67% dos beneficiados pelo programa acabam fazendo carreira na mesma área em que foram qualificados pelo projeto. Como a demanda pelas vagas do Soldado Cidadão é maior do que a oferta, a participação nos cursos acaba servindo como prêmio para militares com boa conduta ou que tenham condição econômica mais precária [...] (PORTAL BRASIL, 2011).

Honorato (2013) realizou uma pesquisa sobre a eficiência e eficácia do PSC, constatando que se trata de mais uma política pública que não alcançou os resultados e objetivos almejados.

Salienta-se em seu estudo que cerca de 32,4% dos respondentes encontram-se desempregados e sem gerar renda familiar, levantando questionamentos quanto a efetividade desta política. De 2004 a 2011 foram habilitados mais de 141 mil jovens da Marinha, Exército e Aeronáutica no PSC.

Conforme dados obtidos por correspondência eletrônica com o setor responsável da Diretoria do Serviço Militar (DSM) e que constam da

tabela abaixo, são incorporados no Brasil em média 70 mil jovens/ano, ou seja, cerca de 4% (quatro por cento) do total de brasileiros do gênero masculino com 19 anos, sendo que apenas uma parcela reduzida tem acesso aos cursos técnicos do PSC. Em 2012, a princípio, serão atendidos 16 mil jovens, ou seja, 23% do total que prestam o serviço militar inicial pelo período de um ano na Marinha, Exército e Aeronáutica”. (Revista Ibero Americana de Estudos em Educação. Rio de Janeiro, HONORATO, 2013). Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6589>> Acesso em: 15 de ago. 2015.

Na conclusão do seu estudo, é citado que as observações preliminares apresentam dados que apontam que o egresso do exército, após participarem dos treinamentos, saem melhor preparados para ingressar no mercado de trabalho, principalmente considerando que se trata do primeiro emprego. Não há registro estatístico dos resultados efetivos no SEBRAE-BA. (Figuras 5 e 6)

**Figura 5 - Soldado Cidadão - 6º Depósito de Suprimento**



Fonte: Machado, 2004.

**Figura 6 - Soldado Cidadão – 6º Depósito de Suprimento**

Fonte: Machado, 2004.



#### **3.4.6 Programa Jovem Empreendedor - 2004**

O Programa “Jovem Empreendedor” contava com a parceria do Ministério do Trabalho e Emprego com o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE). Tinha como objetivo atender a 16 mil jovens entre 16 a 24 anos, através do benefício de financiamento do Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER).

O público-alvo do programa são os jovens desempregados, integrantes de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo e que estejam cursando ou tenham concluído o ensino fundamental ou médio. Segundo estimativas do Sebrae, cerca de 12 mil jovens terão crédito disponível para montar o seu próprio negócio com o acompanhamento da instituição. Os selecionados passarão por capacitação sobre empreendedorismo e planos de negócios. A terceira fase é a elaboração de um plano de negócios, com o auxílio de técnicos do Sebrae, informando todos os dados para a abertura do empreendimento. O plano é submetido à avaliação de um comitê, formado por representantes do Ministério do Trabalho, Sebrae, instituições financeiras e FUNPROGER<sup>18</sup>. Depois de passar por essas etapas, o recurso é liberado para a implantação do negócio. (PROGRAMA Jovem Empreendedor privilegia desempregados, 2004).

---

<sup>18</sup>O FUNPROGER foi criado pela Lei 9.872, de 23.11.1999 e regulamentado pela resolução nº 409, de 28.10.2004 do Min. do Trabalho e Emprego/CODEFAT. É um dos instrumentos do Governo Federal para levar o crédito a um maior número de empreendedores. Pode cobrir até 80% do valor financiado; a garantia compreende todo o prazo do financiamento, inclusive o período de carência; o mutuário paga ao FUNPROGER uma Comissão de Concessão da Aval que corresponde a 0,1% do valor garantido multiplicado pelo prazo do financiamento em meses.

A Resolução nº 409 de 28/10/2004 do Ministério do Trabalho e Emprego/CODEFAT, define o volume máximo a ser garantido pelo FUNPROGER no âmbito das linhas de crédito especiais. O PROGER, que financia a geração de emprego e renda, definiu o total de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) a serem aplicados nos dois projetos: Novos Empreendedores e Jovem Empreendedor. (Resolução nº 409).

Nota-se um grande volume do fundo do trabalhador destinado aos dois programas de empreendedorismo do governo federal, para negócios de larga escala de risco, uma vez que os futuros micro e pequenos empresários não possuem nenhuma experiência empresarial, bem como conhecimento técnico administrativo de todos os implicativos necessários para a sobrevivência de uma empresa.

O programa foi constituído com um treinamento dividido em nove módulos, com abordagem nos seguintes assuntos sequencialmente: saber empreender; identificando oportunidade de negócio; análise de mercado; concepção de produto e serviço; marketing; fluxo de caixa; análise financeira; legislação trabalhista e meio ambiente e, como módulo especial, praticando o associativismo. O objetivo era a capacitação do candidato ao crédito e futuro empreendedor.

No primeiro momento, denominado como auto emprego, possibilitava o financiamento de até R\$ 10 mil. A segunda faixa é dedicada à micro e pequenas empresas com recursos de até R\$ 50 mil e a terceira faixa vai contemplar cooperativas e associações, com valores de até R\$ 100 mil. Como a maioria dos jovens não têm garantias para avalizar o financiamento, o Projeto Jovem Empreendedor prevê o aval de 50% dos recursos pelo Fundo de Aval do SEBRAE e o restante pelo FUNPROGER.<sup>19</sup> (Jovem Empreendedor começa capacitação de adolescentes, 2004).

Com base nos governos em análise neste Capítulo, fica claro que o período dos governos FHC, Lula e Dilma Rousseff, passaram a ter um olhar mais focado nas questões da relação de emprego, uma vez, a economia nacional passou a sofrer influências da era da globalização e das inovações tecnológicas. Sem dúvida as

---

<sup>19</sup>O Projeto Jovem Empreendedor faz parte do Programa “Primeiro emprego”, do governo Federal. Foi lançado em junho de 2004, pelo Sebrae Nacional, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Ministério do Trabalho.

empresas tiveram que se reinventar, ocasionando um desequilíbrio entre a população economicamente ativa e a oferta de emprego formal.

Em decorrência desse novo fenômeno mundial, o país se viu obrigado, através das políticas econômicas, a criar caminhos de geração de emprego e renda incentivando o empreendedorismo, para absorver uma vasta mão de obra disponível no mercado, despreparada e desqualificada para esse processo pós-moderno, de transformação tecnológica nas relações mercadológicas.

Desse modo, a informalidade crescente, visível em todo o país, traz uma necessidade latente para o poder público em sanar o desemprego crescente, em decorrência da crise que se instalou no país. Elaborar programas que minimizem os efeitos desta questão foi um grande desafio a ser enfrentado, uma vez que, não se trata apenas de uma problemática econômica de geração de emprego e renda, mas também de mobilização nos centros urbanos. A centralização do comércio informal é uma questão a ser equalizada nas cidades e nas áreas metropolitanas. Esse assunto será abordado no Capítulo 4



**Quadro 2 – Síntese das ações dos governos: de Fernando Henrique Cardoso à Dilma Rousseff**

GOVERNO	PERÍODO	PRINCIPAIS AÇÕES
Fernando Henrique Cardoso	1995 a 2002	<p>As ações do governo podem ser sintetizadas em três fases:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. “ortodoxa”, focada no ajuste fiscal e o equilíbrio no orçamento da União;</li> <li>2. heterodoxa, teve como ponto forte a criação da Unidade Real de Valor (URV), objetivando o ajuste de preços e o equilíbrio na inflação proporcionada pela velha moeda, o Cruzeiro Real.</li> <li>3. transformou a URV em Real.</li> </ol>
Luiz Inácio Lula da Silva (Lula)	2003 a 2010	<p>Lula inicia seu governo seguindo a mesma postura de FHC, adotando uma política econômica ortodoxa propondo mudanças no superávit orçamentário de 0,5%. Elevou a Selic para 2%, definindo-a em 26,5% ao ano. Com essas medidas preliminares o país inicia o processo de recessão. O desemprego alcança o índice de 13% em 2003 e o salário médio cai em média 15%.</p> <p>O aumento real do salário, a estabilização macroeconômica, os programas sociais, aumento do emprego, bem como a grau de confiabilidade na economia brasileira, elevando o grau de investimento das agências de <i>rating</i>, o Brasil retornava para o cenário mundial no ano de 2010 com a marca de consolidação do processo de estabilização.</p> <p>Em 2008, o governo federal cria a Lei Complementar 128, dando continuidade à política de geração de emprego e renda.</p>
Dilma Vana Rousseff	2011 a maio de 2016	<p>O objetivo inicial foi dar continuidade às políticas públicas do seu antecessor, governo do presidente Lula, principalmente no que tange às políticas sociais de combate à pobreza e na educação. Além do aumento do poder aquisitivo da população de baixa renda.</p>

**Quadro 3 – Síntese dos principais programas de geração de emprego e renda no Brasil -1995 a 2004**

PROGRAMA	OBJETIVO
Programa Brasil Empreendedor – 1999	Viabilizar crédito orientado para novos empreendedores, tendo como foco a capacitação empresarial. Executado pelo SEBRAE em todo o território nacional.
Programa Novos Empreendedores – 2001	Atender às micros, pequenas e médias empresas, por serem elas as maiores responsáveis na geração de emprego e renda e também para pessoas físicas que nunca tiveram empresa. Ampliação do Programa Brasil Empreendedor, considerando a dificuldade de novos empreendedores obterem crédito no país, uma vez que ainda não possuíam um histórico financeiro e contábil que demonstrasse comprovadamente a capacidade de faturamento e crescimento empresarial, que justificasse a aprovação do crédito, garantindo assim o retorno do capital emprestado pelos bancos.
Programa Saber Empreender – 2001	Implementar a cultura empreendedora, através do experimento vivencial. O Programa Saber Empreender do SEBRAE, de acordo com o Projeto PNUD/BRA-SEBRAE/EMPRETEC (1996), foi firmado no âmbito do Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo brasileiro e a ONU-Organização das Nações Unidas.
Programa Aprender a empreender - 2001	Viabiliza a metodologia do Programa Brasil Empreendedor, através da TV, para locais em que o curso presencial não chegasse. Amplia a sua estruturação, através de novas parcerias entre o Programa Brasil Empreendedor do Governo Federal, SEBRAE e a Fundação Roberto Marinho. O curso é composto de 10 (dez) programas de TV, material didático com 10 (dez) capítulos.

PROGRAMA	OBJETIVO
Programa Soldado Cidadão -2004	Capacitar os egressos do serviço militar obrigatório, em diversas áreas para que pudessem ser absorvidos no mercado de trabalho. Isto em função do alto grau de treinamento em disciplina, estratégia, planejamento tático e operacional durante a permanência na corporação militar.
Programa Jovem Empreendedor – 2004	Atender a 16 mil jovens entre 16 a 24 anos, através do benefício de financiamento do Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER). Parceria do Ministério do Trabalho e Emprego com o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae).
Micro Empreendedor Individual (MEI) – 2008	Legalização do trabalhador informal como MEI. Possibilitou o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), facilitando a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais.

#### **4 O COMÉRCIO INFORMAL NO CENTRO ANTIGO DA CIDADE DE SALVADOR/BA E O PROJETO MUNICIPAL DE REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA SETE DE SETEMBRO**

O setor informal é um tema que vem sendo discutido ao longo dos anos, objetivando entender, através dos estudos já realizados, a dinâmica econômica que envolve essa opção de trabalho para a população economicamente ativa, que não está sendo absorvida no mercado formal em período de crise econômica no país.

Para que se possa entender a realidade da cidade de Salvador, objeto desse estudo acadêmico, através da pesquisa realizada com os comerciantes de rua da Avenida Sete de Setembro, se faz necessário uma breve abordagem sobre a informalidade no país e sua trajetória ao longo dos anos.

A Organização Internacional do Trabalho – OIT<sup>20</sup> (2010) denomina como economia informal, todas as estruturas estabelecidas nas relações de trabalho que mascaram o emprego formal.

Atualmente, apesar da recuperação do emprego com vínculo formalizado na última década, permanece uma enorme heterogeneidade no mercado de trabalho. Fenômenos tais como a contratação ilegal de trabalhadores sem registro em carteira, os contratos atípicos de trabalho, as falsas cooperativas de trabalho, o trabalho em domicílio, os autônomos sem inscrição na previdência social, a evasão fiscal das microempresas, o comércio ambulante e a economia subterrânea, podem ser evocados como exemplos da diversidade de situações que podem caracterizar o que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) denomina “economia informal”. No cenário de transformações econômicas e de reordenamento institucional, diversos estudos e artigos buscaram discutir o tema da informalidade, mas a partir de diferentes perspectivas: a) observando a sua importância na geração de ocupações; b) considerando-a como expressão da rigidez da legislação trabalhista; c) denunciando-a pela precariedade e insegurança que traz para o mundo do trabalho; d) enxergando-a como um fato inexorável da transição para uma

---

<sup>20</sup>A OIT (Organização Internacional do Trabalho) foi criada em 1919, como parte do Tratado de Versalhes, que pôs fim à Primeira Guerra Mundial. Fundou-se sobre a convicção primordial de que a paz universal e permanente somente pode estar baseada na justiça social. É a única das agências do Sistema das Nações Unidas com uma estrutura tripartite, composta de representantes de governos e de organizações de empregadores e de trabalhadores. A OIT é responsável pela formulação e aplicação das normas internacionais do trabalho (convenções e recomendações). O Brasil está entre os membros fundadores da OIT e participa da Conferência Internacional do Trabalho desde sua primeira reunião. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/hist%C3%B3ria>>. Acesso em: 31 mai. 2016.

sociedade de serviços; e) entendendo que há um “processo de informalidade” implícito na reorganização econômica contemporânea. (KREIN et al., 2010, p. 7).

A OIT realizou estudos sobre o setor informal desde os anos de 1970, denominando como o setor informal da economia urbana, fenômeno considerado específico dos países subdesenvolvidos, que não consegue desenvolvimento econômico suficiente e com isso possibilita o surgimento de modalidades de trabalhos fora do padrão de emprego formal.

Os termos “formal” e “informal” aparecem em substituição à dicotomia entre “setor tradicional” e “setor moderno”, uma vez que o setor informal é entendido como fenômeno moderno e resultado do processo de urbanização. A definição de “setor informal urbano” no famoso estudo de 1972 sobre o Quênia tinha um caráter descritivo. Não existia um corpo teórico de investigação social que explicasse claramente o que constituía a informalidade, entendida como uma maneira de fazer as coisas. As atividades informais foram pensadas como formando um *setor*, que engloba tanto empresas como indivíduos envolvidos na produção de bens, na prestação de serviços pessoais ou no pequeno comércio (SALAS, 2003, apud KREIN et al., 2010, p. 9).

Já no final da década de 1960, a OIT havia criado o *Programa Regional Del empleo para América Latina y el Caribe* (Prealc), instituição de caráter internacional que foi constituída para participar do seu “Programa Mundial do Emprego” e que realizou uma série de estudos sobre o desenvolvimento econômico na América Latina com a intenção de propor estratégias alternativas em que a prioridade fosse a geração de empregos e a elevação dos salários (CACCIAMALI, 1983). O que norteava tais estudos era o entendimento, bastante difundido na época pela *Comissão Econômica para a América Latina e Caribe* (Cepal), de que o crescimento econômico não vinha sendo suficiente, nos países economicamente atrasados ou subdesenvolvidos de um modo geral, para universalizar as relações de assalariamento e estruturar um mercado de trabalho homogêneo, que pudesse propiciar remunerações adequadas para melhorar as condições sociais das camadas populacionais que continuavam vivendo em condições de pobreza absoluta e marginalidade social. (KREIN et al., 2010, p. 9).

Outra questão de relevante importância para o entendimento do setor informal no Brasil é a sua heterogeneidade, ou seja, as diferenças regionais que compõem o cenário e a dinâmica do mercado de trabalho nos centros urbanos, industrializados ou não, e nas regiões de produção agropecuária, conhecidas como regiões rurais. (KREIN et al., 2010)

Por exemplo, ao comparar a estrutura ocupacional não agrícola do Estado de São Paulo com o do Nordeste, Sonia Tomazini (1995) destacou as diferenças entre o emprego sem registro e o trabalho por conta própria, procurando assim apontar elementos para a compreensão da diversidade de manifestação do problema da falta de emprego no Brasil. Um dos aspectos destacados pela autora é que, no caso da região mais rica e próspera do país, na grande maioria das vezes, a entrada do jovem no mercado de trabalho ocorre por meio de um emprego informal, mas parcela dos trabalhadores com mais de 50 anos de idade, mesmo que não tivessem completado o ensino fundamental, após acumularem experiência de trabalho e algum capital, haviam conseguido montar um pequeno negócio bem-sucedido. Por outro lado, nas regiões mais atrasadas, as oportunidades de obter um emprego formal eram muito escassas, assim como eram pequenas as chances de obter uma ocupação informal melhor remunerada, mesmo ao longo de uma vida de trabalho. E a conclusão da autora é que a categoria “setor informal urbano” é muito limitada para explicar a dinâmica do mercado de trabalho nas regiões mais desenvolvidas. (KREIN et al., 2010, p. 13).

Krein (2010) ressalta a dificuldade da OIT em estabelecer uma relação do setor informal, em face da falta de registros estatísticos oficiais nos anos em que iniciou os estudos, para entender o dinamismo que se apresentava nas diversas possibilidades de autos sustentabilidade no país de instabilidade econômica e com disparidades sociais em sua população de variados níveis de renda.

Com o passar dos anos e o interesse de novos pesquisadores despontando no meio acadêmico, preocupados em entender o processo econômico dos países subdesenvolvidos, novos conceitos foram sendo apresentados e aprofundados, objetivando a discussão sobre a temática em tese.

Por sua vez, Maria Cristina Cacciamali — acompanhando o debate internacional sobre a economia informal — entendeu que o conceito de “setor informal” tinha se tornado muito estreito para discutir os fenômenos contemporâneos em países latino-americanos e que era preciso ampliar o escopo da análise. No início da década atual, esta autora propôs a utilização de um novo conceito: o *processo de informalidade*, que remete às mudanças institucionais ocorridas na maior parte dos países em função da reestruturação econômica e da reorganização do trabalho assalariado, que provocaram uma reformatação do emprego no âmbito das empresas, o que causou um aumento dos empregos sem registro ou sem direito à proteção social, assim como uma expansão dos contratos atípicos, como o trabalho temporário, as cooperativas de trabalho e as empreiteiras de mão de obra. Um traço comum às diversas expressões dessa nova onda de informalidade é a grande vulnerabilidade ocupacional e os baixos rendimentos. Assim, no entendimento desta autora, o processo de informalidade é uma categoria de análise relevante para examinar as

mudanças nas relações de produção e nas formas de inserção no mercado de trabalho, tendo em conta os rumos do capitalismo contemporâneo. (CACCIAMALI, 2000, apud KREIN et al., 2010, p. 14).

Observa-se que a informalidade envolve particularidades e peculiaridades que foram sendo clareadas ao longo dos anos, através dos estudiosos interessados nas pesquisas das diferenças sociais e principalmente na relação de emprego e trabalho.

O estudo realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe/USP), procurou estabelecer o conceitual das diversas relações que envolvem o mercado de trabalho e a pobreza. (CACCIAMALI, 2002 apud KREIN et al., 2010, p. 15).

[...] conceituar o “processo de informalidade” (que se revela por meio da eliminação, adaptação e redefinição de um conjunto de normas e regras a respeito da atuação das empresas, das relações de trabalho e do conteúdo das ocupações) e retomar o termo “setor informal” (conforme a visão da OIT, pautada nas unidades produtivas familiares), ela adiciona outras duas definições: *mercado de trabalho informal* (que é o *locus* da compra e venda de mão de obra sem o registro em carteira e sem vinculação com a seguridade social pública); e *trabalho informal* (todo tipo de trabalho exercido à margem das legislações vigentes ou no vazio institucional criado pelas mudanças socioeconômicas em curso).

[...] dessa maneira, entendemos que não existe uma dicotomia entre o mercado de trabalho formal e informal, mas sim um contínuo de situações que podem ser observadas tanto do lado da demanda como da oferta de trabalho. Do lado da demanda de trabalho, sucedem-se diferentes formas de contratação de acordo com o perfil de necessidades da empresa, algumas inclusive mistas, como por exemplo, a contratação com carteira assinada, mas com sub-registro da remuneração, ou outras [...] dissimulando a relação de subordinação e de regularidade, que caracteriza o assalariamento ou a relação de emprego. Do lado da oferta de trabalho, as pessoas podem percorrer diferentes caminhos ocupacionais e formas de inserção, iniciando sua trajetória a partir de trabalhos sem remuneração, sendo empregado por meio de diferentes modalidades de contrato e intercalar essas relações de emprego com trabalho por conta própria. Esse fato no caso brasileiro, nos remete à necessidade de redefinir as relações entre as diferentes categorias de inserção no trabalho, o direito laboral e a seguridade social, de tal forma a abranger toda a trajetória ocupacional do indivíduo e a incentivar as empresas a gerar empregos e atividades. (CACCIAMALI, 2002, apud KREIN et al., 2010, p. 15).

A empregabilidade não é um assunto discutido apenas no Brasil, trata-se de uma realidade de interesse mundial, em decorrência do fenômeno da globalização, a

relação emprego e sustentabilidade tornou-se uma preocupação internacional, principalmente nos países de origem latina, uma vez que a economia, em qualquer parte do mundo, influencia e sofre os reflexos da situação política e socioeconômica de qualquer país do globo terrestre.

A Confederação Intersindical Galega (CIG)<sup>21</sup> objetiva melhorias dos trabalhadores, defendendo o pleno exercício dos direitos humanos, individuais e coletivos, inclusive a autodeterminação, lutando por uma nova ordem econômica internacional mais justa e solidária. Publicou em Vigo, 27 de dezembro de 2001, um trabalho sobre as definições da informalidade, disponibilizado pela CUT– Central Única dos Trabalhadores. A discussão apresentada no referido trabalho, traz as reflexões sobre o trabalho informal, como um contexto complexo, que abrange diferentes classes de trabalhadores. Define como sendo atividades produtivas executadas à margem da lei, especialmente da legislação trabalhista vigente em um determinado país. Considerando os trabalhadores por conta própria, que não contribuem para a previdência privada e com baixo nível de produtividade. (O Trabalho Informal no Brasil. Disponível em: <[http://www.galizacig.gal/actualidade/200112/cut\\_o\\_trabalho\\_informal\\_no\\_brasil.htm](http://www.galizacig.gal/actualidade/200112/cut_o_trabalho_informal_no_brasil.htm)>. Acesso em: 31 mai. 2016).

De acordo com este enfoque, o trabalho informal não é definido pelo respeito ou não ao marco legal, mas de acordo com a dinâmica econômica das unidades produtivas. Daí o fato de se caracterizar este setor como desorganizado, não estruturado etc. O trabalho informal pode tanto indicar uma estratégia de sobrevivência face à perda de uma ocupação formal, como uma opção de vida de alguns segmentos de trabalhadores que preferem desenvolver o seu "próprio negócio". Ou seja, os trabalhadores informais seriam aqueles vinculados ao chamado sistema simples de produção de mercadorias e serviços, onde o assalariamento não é a regra, sendo antes a exceção. Aqui, o empregador também trabalha como empregado, podendo fazer uso de ajudantes não remunerados (geralmente familiares), no caso dos autônomos, como também contratar empregados com ou sem carteira assinada, no caso das microempresas, geralmente com até 5 empregados. (O Trabalho Informal no Brasil. Disponível em: <[http://www.galizacig.gal/actualidade/200112/cut\\_o\\_trabalho\\_informal\\_no\\_brasil.htm](http://www.galizacig.gal/actualidade/200112/cut_o_trabalho_informal_no_brasil.htm)>. Acesso em: 31 mai. 2016).

---

<sup>21</sup>A Confederação Intersindical Galega (CIG) surge do congresso fundacional, em 19 de março de 1994. É um sindicato de classe que defende a identidade nacional da Galiza, a auto-organização dos trabalhadores e trabalhadoras, que pratica a solidariedade, o internacionalismo, que considera um princípio fundamental da democracia, a participação, que respeita o pluralismo, que mantém a independência em relação a qualquer outra organização ou instituição. (Disponível em:<<http://www.galizacig.gal/cig/que-e-a-confederacion-intersindical-galega>>. Acesso em: 31 mai. 2016).



O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apresentou em 20 de outubro de 2007, em Santiago (Chile), na CEPAL<sup>22</sup>, a definição do que considera o setor informal como sendo o conjunto de unidades produtivas, que se caracterizam por um baixo nível de organização e não possuem uma clara divisão entre trabalho e capital enquanto fatores de produção, cuja produção é destinada para o mercado.

O setor de produção informal está contemplado no que se convencionou chamar de ENO (Economia Não Observada), que inclui também: a) produção ilegal; b) produção oculta (ou subdeclarada); c) produção das famílias para o próprio uso; d) produção subcobertura por deficiência da estatística. Seus componentes são:

1) Produção Ilegal, considerada a produção de bens e serviços cuja venda, distribuição ou posse é proibida por lei e as atividades produtivas que são geralmente legais, mas que se tornam ilegais quando produzidas por agentes não autorizados. 2) Produção Oculta (subdeclarada), que se refere às atividades produtivas legais, mas que não são declaradas (ou são parcialmente declaradas) às autoridades públicas para evitar: a) o pagamento de impostos e contribuições; b) cumprimento de normas legais relacionadas ao trabalho, segurança ou saúde; c) cumprimento de procedimentos administrativos, tais como, questionários estatísticos ou registros administrativos.

3) Produção das Famílias para o próprio uso: que consiste na outra parte da produção do setor institucional famílias, compreendendo a produção para o próprio consumo ou própria construção, o aluguel imputado e o serviço doméstico remunerado.

4) Produção Subcobertura: que consiste em parte da produção que não é captada por ineficiência do sistema estatístico. (Economia Não Observada e Economia Informal no SCN<sup>23</sup> do Brasil. Disponível em: <[http://www.cepal.org/deype/noticias/noticias/6/30146/SCN2007\\_Brasil\\_Roberto\\_Ramos.pdf](http://www.cepal.org/deype/noticias/noticias/6/30146/SCN2007_Brasil_Roberto_Ramos.pdf)>). Acesso em: 31 mai. 2016.)

A concentração de renda e o desenvolvimento econômico encontravam-se na região sudeste, e ao longo dos anos, a partir dos anos de 1970, com a expansão industrial em outras regiões. Esse quadro passou a ter uma pequena modificação no seu cenário econômico nacional. Começa então um período de maior acesso ao

---

<sup>22</sup>A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi estabelecida pela resolução 106 (VI) do Conselho Econômico e Social, de 25 de fevereiro de 1948, e começou a funcionar nesse mesmo ano. A CEPAL é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e sua sede está em Santiago do Chile. Foi fundada para contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. Disponível em: <<http://www.cepal.org/pt-br/about>>. Acesso em: 31 mai. 2016.

<sup>23</sup>SCN (Sistema de Contas Nacionais, IBGE).

emprego formal. Esse processo foi interrompido nos 1980, que foi considerado como o período perdido da economia brasileira.

O crescimento é retomado nos anos 1990, porém de maneira mais competitiva e exigente, face ao novo panorama mundial, advento da globalização e das inovações tecnológicas.

Houve um agravamento da crise econômica, da crise fiscal do Estado e uma intensa aceleração do processo inflacionário, e, na década de 1990, os caminhos do Brasil foram reorientados, com implementação de um conjunto de políticas convergentes, recomendadas pelas agências multilaterais. Denominadas como “ajuste estrutural”, “reformas estruturais” ou reformas orientadas para o mercado, elas envolveram um programa de estabilização, uma abertura econômica intensa e rápida, um amplo programa de privatizações, a ênfase nos mecanismos do mercado e uma profunda reformulação do papel do Estado, tanto em termos do seu protagonismo econômico e de suas funções reguladoras como de suas responsabilidades como provedor de políticas econômicas e sociais. (CARVALHO, 2008, p. 111).

Segundo Santos (2012) no período de 2004-2010, salienta-se o aumento do PIB (Produto Interno Bruto), que ocasionou o processo de pleno emprego formal, gerando uma necessidade de novas discussões sobre o papel da informalidade nas micro e pequenas empresas. Já nos anos 2000 retrata o fortalecimento da informalidade nos pequenos negócios em decorrência do baixo nível de crescimento econômico, consequência da abertura do mercado comercial e valorização do câmbio.

Assim, no início dos anos 2000, a marcante informalidade no segmento dos pequenos negócios não era apenas expressão dos problemas históricos e estruturais de uma economia em desenvolvimento — cujo segmento tendia a perder peso na estrutura socioeconômica brasileira com o acelerado ritmo de crescimento econômico e de industrialização até 1980 —, mas passa a ser também expressão da estagnação relativa da economia brasileira e das mudanças estruturais dos anos 1990, abruta-se, em geral, adversas ao mundo do trabalho e ao segmento de pequenos negócios. Dessa forma, grande parte da expansão dos ocupados em pequenos negócios no Brasil pode ser explicada pela crescente importância dos processos de desenvolvimento de estratégias de sobrevivência em contextos de desemprego recorde, ou seja, a proliferação de pequenos negócios precários, segmento então cada vez mais marcado por reduzida produtividade e eficiência, baixo grau de assalariamento, concentração do assalariamento sem carteira de trabalho assinada e elevado grau de descumprimento da legislação — tributária, trabalhista, previdenciária etc. (SANTOS et al., 2012, p. 167).

O pleno emprego no segmento formal, nos empregos públicos e na recuperação do crescimento do assalariado na média e na grande empresa (2004-2010), fez com que a contribuição previdenciária tivesse um aumento representativo, em decorrência da diminuição da informalidade.

Com isso, e tendo como referência do processo de formalização/informalização apenas a contribuição previdenciária, observa-se que no conjunto da estrutura ocupacional a parcela ocupada em situações de informalidade reduziu-se em 7 pontos percentuais (p. p.), num processo que tornou minoritária, a partir de 2007 (49,7%), a parcela sem contribuição previdenciária, que passou de 53,8% para 46,7%, do total de ocupados, no período 2004-2009 [...] Os resultados do presente estudo mostram que o trabalho informal do segmento de pequenos negócios apresentou uma redução de 4,3%, de 35,7 milhões para 34,2 milhões, no período 2004-2009. Entretanto, mais importante ainda foi o fato de que, diante do crescimento da ocupação, esse processo também resultou numa redução expressiva da participação dos ocupados desse segmento no conjunto da estrutura ocupacional, de 42,3% para 36,9%, no mesmo período. (SANTOS et al., 2012, p. 174).

De fato, a redução da informalidade no segmento de pequenos negócios no país reflete os efeitos compostos de diferentes movimentos, num contexto de maior crescimento econômico e de abertura de maiores e melhores oportunidades, assim como de implementação de novas ou melhorias de antigas políticas públicas para o segmento de pequenos negócios: formalização de empresas e de empregadores, geração de novos empregos formais e formalização de muitos já existentes, redução (no meio agrícola) e formalização de trabalhadores por conta própria; destruição de ocupações informais, como no caso da expressiva redução do trabalho não remunerado e também do número de empregadores agrícolas. Em geral, foram essas tendências que contribuíram para a redução do peso dos ocupados em situação de informalidade do segmento dos pequenos negócios no conjunto da estrutura ocupacional. (SANTOS et al., 2012, p. 175).

Sem dúvidas a informalidade não foi um processo eliminado neste período, pois trata-se de um fenômeno inerente as políticas públicas. Uma grande parcela dos empregadores dos pequenos negócios ainda desenvolve suas atividades empresariais com antigos vícios na gestão financeira e tributária, mesmo em menor escala, por desconhecimento da legislação brasileira. A contabilidade dessas empresas de pequeno porte é na sua maioria terceirizada, e isso contribui para o desconhecimento dos implicativos e suas consequências legais por parte dos empresários que realizam a gestão dos seus negócios.

A informalidade também é um fenômeno que alcança parcela expressiva de empregadores brasileiros, desenvolvendo atividades de pequena escala em estabelecimentos sem contribuição previdenciária, sem o CNPJ e sem outras exigências legais. Assim, em muitos destes casos, os empresários desenvolvem suas atividades em condições de informalidade de suas empresas e também em condições de informalidade quanto a sua ocupação e de muitos de seus empregados, ou seja, sem proteção social e previdenciária e em diversas formas de precariedades e ilegalidades. Entre 2004 e 2009, observa-se um expressivo aumento (15%) do conjunto de empregadores brasileiros, cujo estoque passou de 3,47 milhões para 3,99 milhões. Apesar das melhores oportunidades abertas nesse período de maior ritmo de crescimento econômico, de melhorias na legislação que regulamenta a tributação dos pequenos negócios, com a criação do Simples Nacional (ou Supersimples) e do Programa MEI, de avanços nas políticas de microcrédito num contexto de reduções das taxas nominais e reais de juros, ainda aumentou de forma expressiva o número de empregadores informais e em situação de precariedade no Brasil: o número de empregadores (de 16 a 59 anos) sem contribuição previdenciária passou de 1,1 milhão para quase 1,2 milhão; uma expansão de 7,5% e uma proporção no total de empregadores dessa faixa etária de 36,4% em 2009. (SANTOS et al., 2012, p. 177).

Portanto, do total de 3,992 milhões de ocupados que se declararam empregadores na PNAD de 2009, pode-se argumentar que 2,028 milhões de empregadores estavam em condição de informalidade, cerca de 50,8% do total, sendo considerados como empregadores formais apenas aqueles com CNPJ e com contribuição previdenciária, ou seja, 1,964 milhão de empregadores brasileiros em 2009 (Tabela 1). (SANTOS et al., 2012, p. 179).

**Tabela 1 – Brasil: empregadores, segundo situação de contribuição previdenciária e posse de CNPJ (2009)**

Situação do empregador	2009 (Milhares)	Distribuição (2009) (%)
Empregadores formais com contribuição previdenciária e CNPJ	1.964	49,2
Empregadores informais	2.028	50,8
Não contribuintes e sem CNPJ	914	2,9
Não contribuintes e com CNPJ	771	19,3
Contribuintes e sem CNPJ	343	8,6
Total	3.992	100,0
Empregadores com contribuição previdenciária	2.309	57,83
Empregadores sem contribuição Previdenciária	1.683	42,17
<b>Total</b>	<b>3.992</b>	<b>100,00</b>

Fontes: PNAD/IBGE e dados extraídos de Corseuil e Reis, 2011 apud SANTOS, 2012, p. 179

O Brasil até o ano de 2009 não apresentou significativa representatividade na mudança do quadro de formalização em relação à legalização dos seus empregados, mesmo com as mudanças tributárias que facilitaram empresas, com o simples nacional ou supersimples e a mais recente lei complementar 128, que regulamenta o microempreendedor individual, tornando o comerciante da informalidade como empreendedor do programa do governo federal, MEI. As condições legais, através da lei geral da micro e pequenas.

Essa realidade agrava o quadro precário da previdência social, um problema de tamanha magnitude para as políticas públicas sanar a médio e longo prazo, pois as consequências econômicas e financeiras no sistema previdenciário nacional é discutido em larga escala ao longo dos anos, uma vez que o futuro das novas gerações que adentrarão no mercado de trabalho, corre sérios riscos de ter que arcar com as consequências negativas na questão da proteção social.

Essa incerteza oriunda da má administração dos recursos previdenciários, por parte dos diversos governos, traz comprometimento dos direitos de aposentadoria ameaçados por falta de caixa, em função da relação entre empregados do mercado de trabalho formal, que recolhem os encargos sociais para a previdência social, e os trabalhadores da informalidade que não contribuem em nada para o sistema previdenciário.

O programa do governo federal – MEI visa preencher essa lacuna, face à necessidade de equilibrar essa equação, através de uma reforma planejada e estruturada nas políticas públicas socioeconômicas do país.

A cidade de Salvador está inserida neste contexto, por se tratar da capital da Bahia, além de ter sido o estado da região Nordeste que mais legalizou empreendedores da informalidade no programa MEI, representando 33% até dezembro de 2015. Em relação ao total nacional, a Bahia teve sua participação em 6%. Já Salvador representou 33% do total estadual; 2% em relação nacional e 10% de legalização em relação à região Nordeste. Este assunto será abordado no capítulo 4, item 4.1, referente à Lei Complementar 128 de 19 de dezembro de 2008 – Micro Empreendedor Individual – MEI. (Disponível em: <<http://www.portaldoeempreendedor.gov.br/estatistica/lista-dos-relatorios-estatisticos-do-mei>>. Acesso em: 13 de abr. de 2016).

Cavalcanti (1980) desenvolveu uma pesquisa sobre o setor informal de Salvador, para com isso catalogar os primeiros dados do perfil do trabalhador soteropolitano que não possui registro legal.

Entende-se por oferta de trabalho ao setor informal, para fins desse estudo, como contingente de pessoas que vendem seus serviços para a efetivação das atividades de produção de bens e serviços que realizam a margem da economia moderna, em unidades produtoras sem complicados aparatos de organização. Tais atividades é que constituem exatamente o setor informal, uma engrenagem nem sempre claramente definida dos sistemas econômicos subdesenvolvidos. Na verdade, a formulação do conceito de setor informal não tem levado a um consenso teórico, muito embora não se possa ignorar de que consideráveis efetivos populacionais simplesmente não encontram guarida nos setores que têm mostrado transparente crescimento econômico, seja no Brasil como um todo, seja no Nordeste ou, mais particularmente, em áreas metropolitanas nordestinas como Salvador. (CAVALCANTI, 1980, p. 33).

Carvalho (2008) apresenta um estudo sobre renda e pobreza na região metropolitana de Salvador, relatando a influência sofrida pelo processo de globalização e suas consequências na questão de absolvição da mão de obra de baixa renda. Retrata os reflexos socioeconômicos nas condições de vidas dos centros urbanos.

A cidade do Salvador completou 467 anos em 29 de março de 2016, tendo o seu centro densamente ocupado pelo comércio de ambulantes e camelôs, de difícil ordenação e ampliação. Para entendermos de maneira mais efetiva a realidade das práticas do comércio informal do Centro Antigo de Salvador, precisamente o da Avenida Sete de Setembro, objeto de estudo e pesquisa desta dissertação, é necessário um breve histórico da fundação da cidade, da sua formação socioeconômica e a influência portuguesa nas relações mercantilistas, que influenciaram até o presente momento nas atividades comerciais da cidade.

Tavares (2008), em sua obra da história da Bahia, apresenta de maneira cronológica e clara, desde os séculos XV, XVI e XVII a expansão do domínio comercial de Portugal e Espanha na Europa Ocidental até a sua chegada às terras brasileiras. Inicia-se assim a sua expansão territorial, salientando-se as mudanças sociais, políticas, culturais, religiosas e econômicas. O Brasil passar a fazer parte dessa expansão no último ano do século XV.

Portugal abriu os portos de Lisboa, Porto e Viana para os genoveses e outros comerciantes italianos dos finais do século XIV para o XV e deu prioridade às atividades comerciais, que o conduziram a conquista e ocupação das ilhas oceânicas dos Açores e Madeira, africanas do Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e costa da África, antes de a Espanha alcançar sua unidade. Com fronteiras definidas desde o século XIII e a questão do poder real e da autoridade do rei estabelecidas fortemente nas primeiras décadas desse século, Portugal transitou para a expansão ligado ao comércio europeu das cidades italianas (Gênova e Florença), Flandres e Inglaterra, exportando azeite de oliva, vinho, cortiça, sal e peixe em conserva. (TAVARES, 2008, p. 39).

Os portugueses em função dessa experiência de expansão territorial na Europa Ocidental e no continente africano propiciou o comércio de escravos da África para o Brasil. Nesse momento da história do Brasil, inicia-se a relação comercial tornando o escravo, o ser humano, uma mercadoria lucrativa. Além disso, os portugueses retiravam a nossa madeira para comercialização, que eram conhecidos como os toros *brasile* (pau-brasil), utilizados na tinturaria de tecidos e em outras atividades comerciais. (TAVARES, 2008, p. 82).

O escravo tornou-se mercadoria. Não foi somente por necessidade de mão de obra que o colono europeu utilizou o trabalho escravo dos milhares de africanos trazidos para as terras do Brasil. Sucedeu também em decorrência do comércio de escravos que já existia e procurava incentivar a abertura de novos e amplos mercados compradores. O número de escravos africanos cresceu, portanto, na Bahia do século XVI, na medida da capacidade aquisitiva dos proprietários de engenho de açúcar e plantações de cana, no cálculo mais provável de 1570 para início do século XVII [...]. Toda a economia da Bahia no período colonial estava baseada no trabalho do africano escravo [...] deve-se registrar que todos os grandes comerciantes da cidade do Salvador participaram do comércio de escravos no século XVIII e boa parte do XIX. (TAVARES, 2008, p. 54-58).

Salvador se desenvolvia em números populacionais e comercialmente em função da sua localização, já no século XIX, em suas duas cidades, a alta e a baixa. “Nesta época possuía 36 engenhos de açúcar, cerca de dois mil proprietários e lavradores de cana e mandioca, quatro mil escravos africanos e seis mil índios cativos”. (TAVARES, 2008, p. 136).

Vale destacar o papel importante desempenhado pela cidade “na defesa e a expansão do domínio português em virtude de suas características físicas” (BAHIA, 2010).

Por um lado, a Baía de Todos os Santos reunia qualidades portuárias e de localização que a tornaram referência para os navegadores; por outro, a topografia do sítio, constituída por uma elevação abrupta do terreno, com até 90 metros de altura por 15 quilômetros de extensão, facilitava a defesa da cidade[...] Com o desenvolvimento da atividade portuária, da cultura da cana-de-açúcar e da comercialização do algodão, do fumo e do gado provenientes do Recôncavo Baiano, a cidade se expandiu em direção ao mar, ocupando uma estreita faixa costeira, configurando a denominada Cidade Baixa. Esta, com características de zona portuária e comercial, é separada pela encosta da Cidade Alta, assentada na cumeada, zona predominantemente residencial que hoje corresponde ao Centro Histórico de Salvador. Devido à difícil ligação entre estas duas áreas, ao longo do tempo, abriram-se ladeiras e caminhos, construíram-se guindastes. (BAHIA, 2010, p. 18).

A economia baiana colonial se desenvolveu primeiramente em função do comércio de escravos, da cultura da cana de açúcar e posteriormente do algodão, fumo, couros e solas que participavam das exportações do estado.

Nos finais do século XVIII atuavam na cidade de Salvador 164 comerciantes de “grosso trato”. Seus sobrados se localizavam na Cidade Baixa, a Praia, bairro fervilhante de seres humanos e coisas. O movimento do comércio acentuava três direções: para Portugal a Bahia enviava açúcar, algodão, arroz, couro, solas, fumo, cacau, café, piaçava, madeira de lei e moedas; para a África exportava fumo, aguardente de cana, rapé e búzios; para o Rio Grande do Sul e portos do Prata saíam da cidade do Salvador artigos manufaturados ingleses, açúcar, sal e escravos africanos. Grande parte da riqueza baiana no século XVIII veio do comércio de escravos com o Rio Grande, o Prata e Minas Gerais. (TAVARES, 2008, p. 199).

A indústria na Bahia não tinha grande representatividade econômica no cenário internacional, tendo apenas dois produtos exportados considerados como industrializados, o açúcar, de baixa qualidade, e o couro. Os demais produtos exportados eram considerados primários, como o cacau, café, fumo, salmoura, cera de carnaúba, piaçava e pedras preciosas. (TAVARES, 2008, p. 288-364).

Com a crise de 1873 referente a produção e comercialização de diversos produtos, como o açúcar de baixa qualidade e o fumo, que utilizavam mão de obra escrava e a falta de recursos financeiros, inicia-se um déficit na economia baiana. A produção manufatureira baixa no estado proporciona condições favoráveis, para que países europeus com economias internacionalmente dominantes passem a instalar fábricas na Bahia, dificultando o desenvolvimento industrial local.



À medida que os anos foram avançando, os escravos também foram sendo libertados, pois essa mão de obra despreparada e analfabeta, não conseguiu ser adaptada às novas necessidades técnicas para operacionalizarem as máquinas oriundas de outros países<sup>24</sup>. (TAVARES, 2008).

Em consequência do processo de desenvolvimento industrial que se instalava, deu-se a origem de uma nova modalidade de comercialização em Salvador. Os escravos passaram a ser utilizados como vendedores de quitutes nas ruas da cidade e, à medida que se tornavam forros, passavam a vender suas mercadorias por conta própria. Surgia então os primeiros mercadores e vendedores ambulantes de rua, sem instrução e condições adequada de higiene, tão conhecidos no início do século XX.

A população soteropolitana desde os séculos XVIII e XIX enfrentava sérios problemas de emprego e consolidava sua economia proveniente do comércio informal. O abastecimento alimentar era efetuado via barcos das regiões circunvizinhas, a exemplo do Recôncavo baiano, porém o centro da cidade era o circuito mercantilista destes produtos, desde os primeiros anos da fundação da cidade do Salvador. (GRAHAM, 2013).

O trabalho na cidade era dependente do trabalho escravo, que formaram as primeiras relações comerciais e empregatícias.

Eles eram essenciais para que o restante da população vivesse como achava que devia viver. Iam buscar água nas catorze fontes públicas, especialmente nas duas com a melhor água, situadas nos extremos norte e sul da cidade. Limpavam casas, prédios públicos, lavavam roupas e recolhiam lixo e excremento. Preparavam a comida e distribuíam provisões, fazendo entregas de farinha de mandioca e de carnes em domicílios, e vendendo frutas e hortaliças de porta em porta. (GRAHAM, 2013, p. 43).

O comércio informal era executado por escravos forros que assumiam o papel de vendedores ambulantes, como açougueiros, com tino comercial disposto a correr risco. As mulheres também encontraram nessa modalidade de sobrevivência uma

---

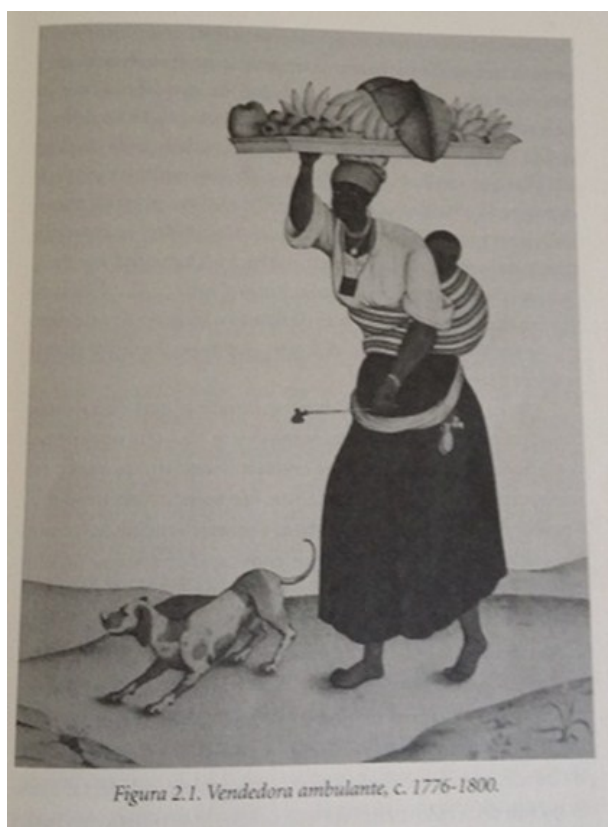
<sup>24</sup>Compreende-se que o domínio das casas comerciais inglesas e francesas em Salvador era grande. A exemplo: Richard Lattan & Cia; Meuron & Cia; Wilson Scoll & Cia; Cramer Frey & Cia; Dutton Brothers; H.P. Perry & Cia; Wilson Sons & Cia. (TAVARES, 2008, p. 285)

maneira de se firmar com os seus pequenos negócios, vendendo doces e quitutes caseiros<sup>25</sup>.

As famílias de Salvador compravam seus alimentos nas mãos desses ambulantes, e o crescente número de comerciantes informais nos centros das ruas da cidade obrigou a partir de 1821, que todos os vendedores passassem a tirar licença mesmo não sendo cobradas.

As vendedoras de rua carregavam seus objetos de vendas, como peixe, galinha e carne na cabeça. Na chique Avenida da Vitória eram conhecidas como “cabeças de ganhadeiras” (Figura 7). Geralmente autônomas e com diversas variedades comerciais, eram as únicas vendedoras ambulantes autorizadas a circularem na suntuosa avenida.

#### **Figura 7 – Vendedora Ambulante Cabeça de ganhadeiras**



Fonte: GRAHAM, 2013.

---

<sup>25</sup>Um grande exemplo dessa participação feminina no comércio informal de Salvador foi o caso de Ana de São José da Trindade, analfabeta e vinda da África Ocidental, que tirou licença em 1807 para que ela e três escravas suas pudessem vender alimentos de porta em porta ou armar uma barraca numa esquina ou praça. Desde então, já se verificava os primeiros indícios do perfil empreendedor em alguns comerciantes informais originários da relação escravocrata. (GRAHAM, 2013).

Em 1978, o Departamento de Economia do Instituto Joaquim Nabuco (FUNDAJ)<sup>26</sup>, sob a coordenação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), com apoio do Ministério do Trabalho realizou uma pesquisa sobre o setor informal de Salvador. Nesse estudo são apresentados os dados demonstrativos da consolidação do emprego informal, pesquisados em Salvador e Fortaleza, simultaneamente.

Na pesquisa em Salvador, foram considerados três marcos importantes: – conhecimento da realidade da população com ocupação informal; –identificação da estruturação da produção informal;–análise da demanda, ou seja, se a demanda consiste no consumo de bens ou serviços informais determinados pela sua oferta, ou vice-versa. (CAVALCANTI et al., 1980, p. 13).

Essas atividades muito conhecidas em países subdesenvolvidos ocorrem em decorrência da relação da população de baixa renda não ter qualificação técnica, estar desempregada ou atuando no subemprego.

Nesse sentido, vale salientar de saída que o tamanho do conjunto de atividades informais depende do tanto do volume de população trabalhadora não absorvido pela economia moderna, quanto dos atrativos que a última exerce [...] isto significa que, basicamente, o problema do setor informal é o da população excedente, não assimilável pelo setor formal ou deste último auto excluído. Que, sendo tal efetivo demográfico formado de pessoas de baixa renda, com ocupação geralmente incerta e figurando na camada socialmente marginal dos quadros urbanos. (CAVALCANTI et al., 1980, p. 14).

Dentre várias conclusões detectadas através da pesquisa realizada pela FUNDAJ, destaca-se o perfil do microempresário informal de Salvador, como sendo na sua grande maioria proprietários de unidades informais que detêm o controle total do negócio. Ele conta apenas com seus próprios recursos para instalar e fazer funcionar o seu empreendimento, com inexistência de controle contábil.

---

<sup>26</sup>FUNDAJ (Fundação Joaquim Nabuco). Desde suas mais remotas raízes, quando de sua criação em 1949, a Fundação Joaquim Nabuco prima por desenvolver atividades que promovam o conhecimento das Regiões Norte e Nordeste do País e suas inserções nos contextos nacional e internacional. Estudos e pesquisas nos campos das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas associam-se às ações de produção de registros, de preservação e de acesso à memória documental das sociedades estabelecidas nas mencionadas regiões. Disponível em:<[http://www.fundaj.gov.br/images/stories/inventarios/catalogo\\_historia\\_oral.pdf](http://www.fundaj.gov.br/images/stories/inventarios/catalogo_historia_oral.pdf)>. Acesso em: 01 de fev. 2016.

Nota-se que o panorama do perfil socioeconômico da cidade do Salvador não evoluiu significativamente na composição do seu quadro no comércio informal. Pelo contrário, em função dos diversos fenômenos advindos da globalização e dos avanços tecnológicos, a situação sofreu agravamento em consequência da crescente busca pela informalidade, como única alternativa de sobrevivência na atual crise econômica financeira mundial, por parte da população desempregada e tecnicamente despreparada, com baixo nível de escolaridade.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>27</sup>, agrega ao setor informal as pessoas sem remuneração e os autônomos. Considera também informal aquele cidadão não segurado pela Previdência Social. Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), dos 64 milhões de trabalhadores do setor privado em 1999, 62% não contribuem para a Previdência Social.

Esse comércio do centro da cidade, também denominado como trabalhadores da informalidade, não poderiam ser desconsiderados como agente participativo na construção de um país que busca diminuir as desigualdades socioeconômicas através das políticas públicas, uma vez que a informalidade é o segmento econômico que mais cresceu no Brasil, não só nos últimos anos, como tem significativa relevância na formação econômica da cidade.

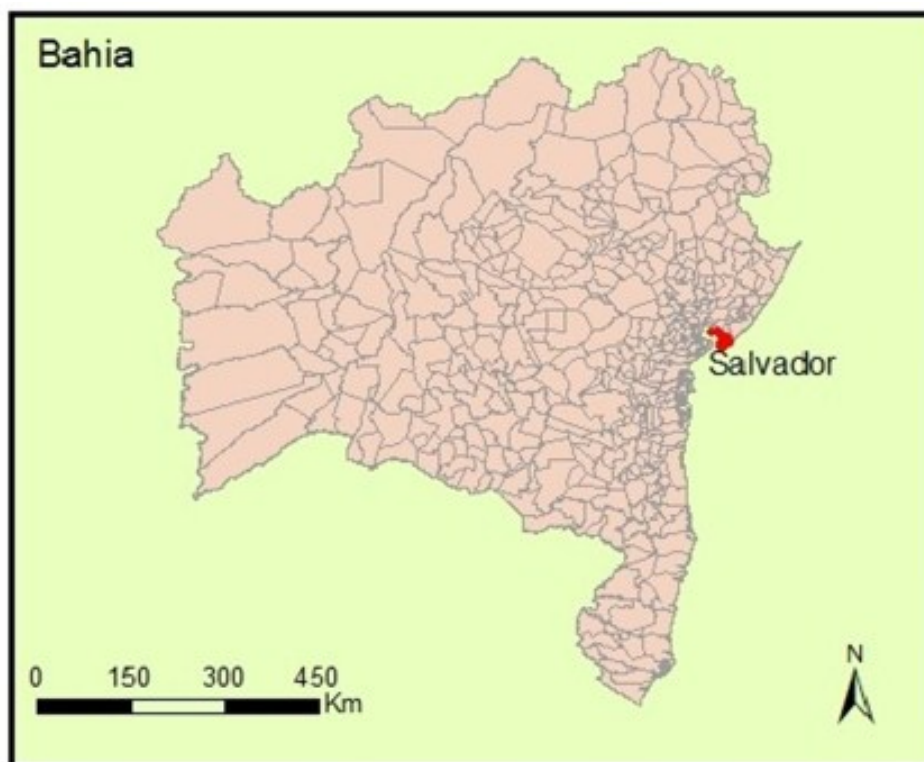
#### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DO COMÉRCIO NO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR/BA

Salvador é a primeira capital do Brasil e possui uma imensa desigualdade social. Sua população em 2015 foi estimada em 2.921.087 habitantes, ocupando 692.820 (km<sup>2</sup>) de área da unidade territorial e com 3.859,44 de densidade demográfica (hab./km<sup>2</sup>). (IBGE, 2015). (Figuras 8 e 9).

---

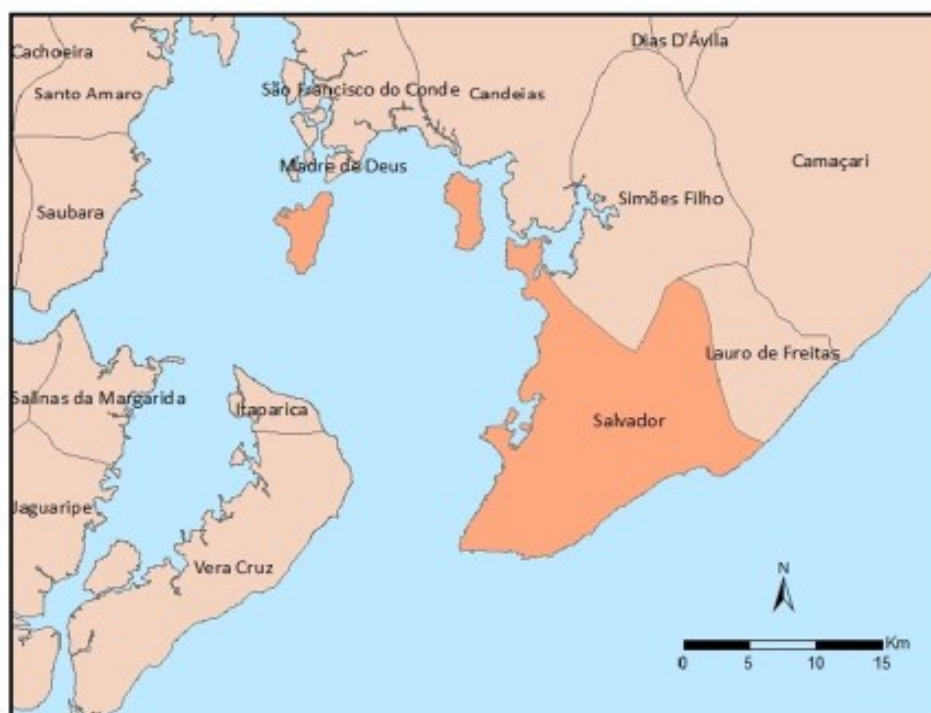
<sup>27</sup>Informação constante da publicação do Ministério da Previdência Social: conjuntura Social, v. 14, n. 1, p. 65, maio/ago. 2003. (apud texto: A informalidade no mercado de trabalho e o impacto das instituições: uma análise sob a ótica da teoria dos jogos. MENEGUIN, Fernando B. 2008).

**Figura 8 - A cidade de Salvador no Estado da Bahia**



Fonte: Machado, 2014.

**Figura 9 - A cidade de Salvador no Estado da Bahia**



Fonte: Machado, 2014.

**Figura 10 - Região Metropolitana de Salvador**



Fonte: Disponível em: <[https://www.google.com.br/search?q=mapa+da+região+C3%A3o+metropolitana+de+salvador&biw=1242&bih=606&tbm=isch&imgil=\\_nz9BR4IOsMmnM%253A%253BK6Tbo5PLt->](https://www.google.com.br/search?q=mapa+da+região+C3%A3o+metropolitana+de+salvador&biw=1242&bih=606&tbm=isch&imgil=_nz9BR4IOsMmnM%253A%253BK6Tbo5PLt->)>. Acesso em: 11 jul. 2016.

Sua instalação aconteceu nos limites da cidade como sendo duas portas<sup>28</sup>. A porta sul, denominada como a Porta de Santa Luzia, que atualmente localiza-se o Palácio dos Esportes e, ao lado norte, considerada a Porta de Santa Catarina, hoje conhecida como o início da rua da Misericórdia. Posteriormente, o lado sul expandiu-se para a Rua de São Bento –Porta de São Bento, e o lado norte cresceu para o Carmo – Porta do Carmo. (TAVARES, 2008).

No traçado antigo, a cidade possuía uma praça quadrada, onde estavam a Casa dos Governadores e a Casa de Vereança. Daí partiam as ruas longitudinais: Direita do Palácio ou dos Mercadores (atual Rua Chile) e Rua da Ajuda e as transversais do Tira Chapéu e das Vassouras. Havia dois caminhos que levavam para a praia: um ao sul, a ladeira da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, e outro ao norte, a ladeira da Fonte do Pereira. Da porta sul abria-se o caminho por terra para a Vila Velha do Pereira e a Graça. O da porta norte atingia o terreiro do Colégio dos Padres Jesuítas e a ladeira do monte Calvário ou dos Frades Carmelitas. (TAVARES, 2008, p. 121).

<sup>28</sup>O modelo concebido por Theodoro Sampaio, baseava-se no modelo medieval das cidades da Europa Ocidental. (TAVARES, 2008, p. 121)

Em função de diversas questões estratégicas de políticas públicas, não só de defesa da cidade, o desenvolvimento urbano populacional cresceu em dois planos: a cidade alta — onde está localizada a Avenida Sete de Setembro, objeto de estudo — e a cidade baixa, a qual compreendia os bairros da praia e as casas comerciais.

Na cidade alta, os primeiros bairros surgidos foram o bairro de São Bento, Palma, Desterro, Saúde e Santo Antônio Além do Carmo. (TAVARES, 2008, p. 123).

A freguesia da Sé tinha 8.442 moradores entre a Porta de São Bento e a Porta do Carmo. A Conceição da Praia, 4 mil moradores. Estendia-se do cais do Sodré até a Ladeira de Santa Teresa. A do Pilar, do cais do Sodré até a Fonte dos Padres Jesuítas. Carmo e Santo Antônio Além do Carmo somavam 3.968 moradores e ficavam no “subúrbio da cidade”. Passo, Santana e São Pedro tinham cerca de 12 mil habitantes. Brotas, Graça e Rio vermelho apresentavam plantações de cana e alguns engenhos de açúcar. (TAVARES, 2008, p. 124).

A cidade do Salvador tornou-se através da baía de Todos os Santos, no século XVIII, o porto de maior importância de escoamento da produção baiana, principalmente a produção açucareira, que era a maior cultura produzida no estado e de interesse para a Europa. Vale ressaltar que todo o comércio da época era controlado e administrado pelos portugueses, que proibiam através de legislação, que os produtos fossem transportados por navios que não fossem portugueses. (TAVARES, 2008, p. 198).

Em 1808, fugindo de Portugal do domínio napoleônico, chega à Bahia a família real portuguesa e o príncipe regente Dom João, que se transfere posteriormente para o Rio de Janeiro. Neste período, em função das questões políticas e das guerras na Europa, o comércio na Bahia fica extremamente prejudicado, chegando a causar consequências danosas para o comércio local, uma vez que nenhum navio aportava mais na baía de Todos os Santos.

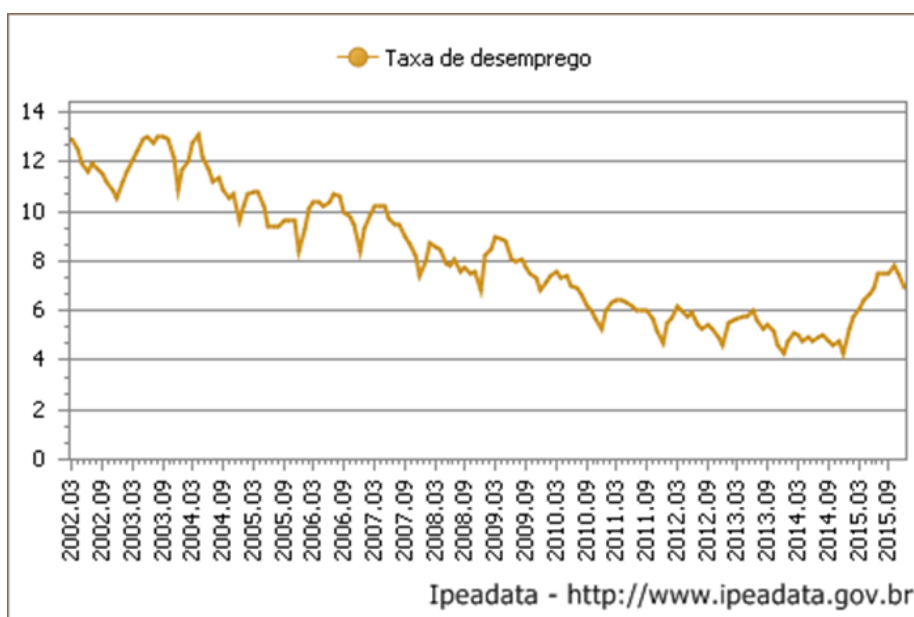
Portugal dominava um verdadeiro império colonial no início do século XIX. Tinha colônias na África (ilhas de São Tomé e Príncipe, ilha do Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique), na Índia (Goa, Damão e Díu), na China (Macau), na Indonésia (Timor) e na América do Sul (Brasil). Embora fosse um país pobre, o seu circuito comercial era respeitável. Os produtos de suas colônias tanto podiam interessar aos mercados da Europa — caso do açúcar de Pernambuco e Bahia — como alimentar a sua economia comercial com a venda de angolanos e moçambicanos para serem escravos no Brasil. (TAVARES, 2008, p. 208).

Neste momento, as relações comerciais começaram a acontecer em Salvador. Vale salientar que o comércio das mercadorias acontecia entre a cidade alta e a cidade baixa, de difícil locomoção em função da topografia local, delimitada por ladeiras íngremes, indicando uma verticalização acentuada. O mercantilismo local era praticado através do trabalho escravo, onde os negros faziam o transporte dos produtos pelas ladeiras para abastecer o centro antigo de Salvador. (GRAHAM, 2013).

O desemprego é grande e a sua população tem baixo nível de escolaridade. A incidência da pobreza é de 35,76% (IBGE, 2000)<sup>29</sup> e o Índice de Gini de 0,49<sup>30</sup>.

O IPEADATA disponibilizou a taxa de desemprego percentualmente, no período de 2002 a dezembro de 2015, nas regiões metropolitanas (RMs): Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. (Gráfico 1).

**Gráfico 1 - Taxa de Desemprego das Regiões Metropolitanas (RMs): Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre**



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE/PME). Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38401>>. Acesso em: 03 jun. 2016

<sup>29</sup>Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2002/2003.

<sup>30</sup>O índice de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. (IPEA, 2004). Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. Disponível em: <[http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2048:catid=28&Itemid=23](http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2048:catid=28&Itemid=23)>. Acesso em: 24 de jan. 2016.



Em 2010, o Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, Escritório de Referência do Centro Antigo – UNESCO<sup>31</sup>, realizou o Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de Salvador, objetivando corrigir distorções econômica, social, urbanística e ambiental que não acontecerem com a revitalização do Centro Histórico de Salvador em 1990, especificamente no Pelourinho. Além de ser capaz de desenvolver atividades econômicas e de serviços, também mantendo a função habitacional, com a ampliação e diversificação das faixas de renda dos moradores atendidos na área do CAS. Outra questão relevante é possibilitar que a população local seja mantida, evitando o esvaziamento residencial ocasionado com a reforma acima citada. (BAHIA, 2010).

A região hoje conhecida como Centro Antigo de Salvador nasceu junto com a cidade, no momento em que os colonizadores portugueses perceberam a necessidade de tomar, na prática, posse do Brasil recém-descoberto. Com o surgimento da primeira capital do país, veio o florescimento econômico e social, seguido por acentuada decadência, quando as famílias ricas deixaram o local e passaram a residir nos bairros mais modernos do território soteropolitano. (Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de Salvador, 2010, p.6). [...] o denominado Centro Antigo de Salvador (CAS), como já mencionado, engloba o Centro Histórico (CHS) e o Entorno do Centro Histórico (ECH) e abrange onze bairros, Centro Histórico, Centro, Barris, Tororó, Nazaré, Saúde, Barbalho, Macaúbas, parte do espigão da Liberdade, Comércio, e Santo Antônio. Possui uma área total de 7 km<sup>2</sup> e conta com, aproximadamente, 80 mil habitantes, uma população cerca de 40% menor do que a que havia em 1970, de acordo com dados do IBGE. Por esta área, circulam diariamente milhares de pessoas por motivo de trabalho ou pela busca de comércio e serviços. (BAHIA, 2010, p. 20).

O Plano de Reabilitação foi elaborado com diversas parcerias, e no que tange aos aspectos econômicos, buscou detectar e entender os pontos agravantes que envolveram a mudança do perfil que se desenhava a partir da reforma do Pelourinho em 1990. Essa reforma ocasionou uma retirada das famílias do Centro Histórico de Salvador (CHS), para dar lugar aos novos estabelecimentos comerciais que ali surgiram em busca de uma clientela soteropolitana que, até então, não frequentava o local por ser considerado apenas atrativo turístico, até a efetivação da reforma em questão.

---

<sup>31</sup>UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura). Salvador foi declarada Patrimônio Cultural da Humanidade, pela UNESCO em 1985.

Na área do CAS circulam diariamente milhares de pessoas atraídas por diversas atividades comerciais e de serviços, equipamentos culturais e/ou por serem usuárias de um amplo, ainda que deficiente, sistema de transporte e de terminais de ônibus. Em razão do processo descrito anteriormente, o esvaziamento residencial desta região foi constatado no Censo 2000. Enquanto Salvador ganhava 1,4 milhões de habitantes entre 1970-2000, o CAS perdia quase 54 mil residentes. Em 2000, apenas 66,8 mil pessoas moravam nos bairros do CHS e seu entorno (2,8% dos soteropolitanos). O CHS, especificamente, era habitado por 13,5 mil pessoas. (BAHIA, 2010, p. 169).

Quanto ao comércio local, existem lojas de tecidos, com clientela fiel, que atendem a um público específico que ainda tem como prática, a costura dos seus vestuários. Também existem óticas, sapatarias, farmácias, lojas de vestuários, *suvenires*, bijuterias, armarinho, artesanatos, lanchonetes e um pequeno número de restaurantes, além de empresas que prestam serviços de saúde e de educação. Salientamos que na área circunvizinha, existem dois grandes shoppings, o Shopping Lapa e o Shopping Piedade, que fazem concorrência direta com as lojas comerciais, principalmente as de alimentação, mencionados acima.

As fontes de dados usadas para identificar essas predominâncias e apoiar a análise das atividades do comércio varejista e de serviços, privilegiadas devido à grande presença das mesmas no CAS, foram o cadastro da Secretaria Municipal da Fazenda (SEFAZ) e os censos empresariais do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (2005 e 2008). Optou-se por trabalhar com essas duas fontes de dados devido a três motivos: 1) O cadastro da SEFAZ registra apenas as atividades formais, enquanto os Censos Empresariais do SEBRAE (2005, 2008) contemplam também atividades informais, bastante significativas no CAS. Além disso, esse cadastro limita-se a listar os estabelecimentos por localização, enquanto os Censos SEBRAE pesquisaram variáveis que permitem delinear um perfil econômico para os estabelecimentos entrevistados. 2) Os Censos do SEBRAE não obedecem de forma rigorosa à Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), procedimento que, por sua vez, é seguido pela SEFAZ. 3) Os Censos do SEBRAE não foram realizados em todo o CAS. Os dados dizem respeito às áreas: São Bento, Misericórdia, Praça da Sé/Pelourinho/Taboão, Carmo, Santo Antônio, Campo Grande, Campo da Pólvora, e Dois de Julho. (BAHIA, 2010, p. 173).

Com base na pesquisa realizada para composição dos dados estatísticos do Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador, destaca-se que na área que abrange o referido trabalho (Centro Antigo de Salvador) existem 1135 estabelecimentos comerciais, onde ocorre um relativo equilíbrio entre formais

(56,8%) e informais (43,2%). Neste caso, o comércio varejista formal divide espaço com ambulantes localizados nas proximidades da Estação da Lapa, dos shoppings Lapa e Piedade e nas transversais da Avenida Sete de Setembro e Carlos Gomes. (BAHIA, 2010, p. 176).

Do total de 1440 estabelecimentos formais pesquisados, 53,9% são do setor de serviços (776), 44,8% são comerciais e apenas 1,3% são unidades industriais. Existe, portanto, uma dominância do setor de serviços entre as atividades formais, situação que se modifica substancialmente quando se observam as atividades informais, nas quais o comércio exibe uma liderança incontestável (80,7%). Como mencionado acima, o maior rigor da fiscalização, quanto à obrigatoriedade da formalização do tipo de serviço que se destaca na área pesquisada, e a forte presença de ambulantes concorrendo com lojistas formalmente estabelecidos, justificam esses percentuais. (BAHIA, 2010, p. 176).

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) publicou— a partir da combinação de um conjunto de dados estatísticos relativos às atividades econômicas desenvolvidas no âmbito dos municípios—, um indicador que representa a dinâmica da atividade econômica municipal— o IDEM (Índice da Dinâmica Econômica Municipal). A cidade do Salvador apresentou os seguintes índices no período de 2003 a 2011: 2003 de 6,95%; 2004 de 35,02%; 2005 de 2,39%; 2006 de 20,01%; 2007 de 6,07%; 2008 de 5,89%; 2009 de 0,58%; 2010 de 12,149% e de 2011 de 2,48%. (SEI).

A estatística do Cadastro Central de Empresas, publicado pelo IBGE em 2013, apresenta os seguintes dados na cidade de Salvador:

- Número de unidades locais - 66.715 unidades;
- Pessoal ocupado - 915.096 pessoas;
- Pessoal ocupado assalariado - 828.731 pessoas;
- Salários e outras remunerações - R\$ 23.990.920 mil reais;
- Salário médio mensal - 3,3 salários mínimos;
- Número de empresas atuantes - igual a 61.675 unidades.<sup>32</sup>

---

<sup>32</sup>Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. NOTA 1: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável ou onde, por arredondamento, os totais não atingem a unidade de medida. NOTA 2: Os dados com menos de 3(três) informantes

Os registros dos órgãos oficiais não possuem dados separadamente do perfil comercial por rua e avenidas. Desse modo, não é possível coletar os dados específicos da Avenida Sete de Setembro. Contudo, em visitas realizadas in loco, pode-se identificar uma grande diversidade de tipos de comércio. Empresas centenárias foram substituídas por comerciantes mais modernos e globalizados, a exemplo de uma grande quantidade de lojas de bolsas, onde os proprietários são imigrantes chineses que não falam bem o nosso idioma, ratificando o efeito da globalização e o domínio chinês nos diversos comércios do país.

Na cidade de Salvador, e particularmente o Centro Antigo — no qual está localizada a Avenida Sete — destaca-se a predominância do comércio varejista, como uma das principais atividades econômicas voltadas para o atendimento da população de baixa renda, conforme afirma Guerra e Gonzalez (2010):

A atividade comercial assim estabelecida, formal ou informal, é a de maior representatividade em Salvador e é característica da estrutura de oferta que atende, de forma particular, à demanda da população de baixa renda, que é majoritária na capital da Bahia. Em algumas áreas do CAS, particularmente no Centro Histórico de Salvador, esta forma de organização do comércio varejista é especialmente significativa na realidade de Salvador e se diferencia do consumo das famílias de maior renda que é geralmente realizado em *shoppings*. Assim, os *shoppings* existentes no CAS são, no geral, de pouca importância, com a exceção daqueles localizados em áreas de grande fluxo de pessoas, como, por exemplo, aqueles próximos a terminais de transporte urbano [...] Salvador, pelas mais diversas razões, é uma cidade de caráter mercantil. Sendo assim, não surpreende que seu centro antigo incorpore um conjunto amplo e diversificado de atividades comerciais e de serviços, devendo-se sublinhar que, apesar da importância do turismo, é ainda a população local que viabiliza essas atividades econômicas.

Constatar que as atividades comerciais e de serviços no CAS são, predominantemente, atividades “de rua”, voltadas para atender uma população de menor nível de renda, com produtos de menor qualidade, também não surpreende, pois a pobreza e a desigualdade, desde sempre e pelas mais diversas razões, marcam Salvador. (BAHIA, 2010, p. 174/184).

Quanto ao comércio informal da Avenida Sete de Setembro, este é composto por diversas características, podendo ser delineado como comércio de camelôs e

ambulantes que fazem parte da economia informal. Atualmente, são denominados como comércio legalizado, não legalizado, associado ou não associado à entidade de classe.

O comércio legalizado refere-se aos empreendedores de rua que optaram pela formalização como pessoa jurídica, obtendo CNPJ (Cadastro Nacional Pessoa Jurídica), tornando-se microempresário, com obrigações legais através da adesão ao programa do Governo Federal, a Lei Complementar 128 que regulamento o Micro Empreendedor Individual – MEI.

O comércio não legalizado refere-se aos comerciantes de rua que não aderiram ao programa MEI e continuam na informalidade.

Quanto ao comércio associado ou não associado à entidade de classe, são os empreendedores de rua legalizados, que fizeram a inscrição na entidade representativa da categoria dos microempreendedores individuais. Trata-se da Associação dos Profissionais Empreendedores Individuais no estado da Bahia – AMEI.

#### 4.2 O PROJETO MUNICIPAL DE REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA SETE DE SETEMBRO

Algumas tentativas foram feitas de estruturação urbana, política e socioeconômica referentes à ordenação dos espaços no centro da cidade do Salvador, para instalação dos ambulantes e camelôs que atuam na Avenida Sete de Setembro e seu entorno. Esses agentes mobilizam conjuntamente valores significativos, sem contribuir, entretanto, para a melhoria da condição de vida dos cidadãos soteropolitanos, uma vez que não recolhem nenhum tributo para o Estado.

Na década de 1990, os ambulantes e camelôs foram deslocados e instalados no início da Rua Carlos Gomes, final da Ladeira da Montanha, exatamente onde hoje é um estacionamento, em frente ao antigo cine Glauber Rocha, atual Espaço Itaú de Cinema. Essa proposta criou o chamado espaço do “Camelódromo”, não perdurando por muito tempo. Isso aconteceu em função do cliente da economia informal não querer se deslocar até esse local, em decorrência da distância entre o camelódromo e a região comercial da cidade alta.

O consumidor da categoria informal tem um perfil bem delineado. Eles frequentam os Shoppings Centers do centro da cidade — mais precisamente, os Shoppings Lapa e Piedade — ou os estabelecimentos localizados nos prédios antigos próximos ao Relógio São Pedro. Geralmente buscam um atendimento médico particular, que cobra pelas consultas e exames com valores acessíveis. Este segmento da população faz parte da classe de baixa renda e, na sua maioria, não possui assistência médica.

Vale ressaltar que essa ação pública de instalação do “Camelódromo” não deu certo. O movimento da clientela caiu vertiginosamente e fez com que os comerciantes voltassem a ocupar os espaços antigos no centro da cidade, principalmente os calçadões do Relógio de São Pedro.

Nota-se uma diversificação dos produtos comercializados no local, sem nenhum critério de ordenação e seleção entre produtos perecíveis e produtos de consumo duráveis (Figuras 11 e 12).

**Figura 11 - Comércio informal na Av. Sete de Setembro, Relógio de São Pedro**



Fonte: Machado, 2013

**Figura 12 - Comércio informal na Av. Sete de Setembro,  
Relógio de São Pedro**



Fonte: Machado, 2013.

**Figura 13 - Camelôs da Av. Sete de Setembro**



Fonte: Machado, 2013.

**Figura 14 – Calçada de pedestre Av. Sete de Setembro**



Fonte: Machado, 2013.

**Figura 15 – Barbearia na calçada da Av. Sete de Setembro.**



Foto: Machado, 2013.

Constata-se uma grande diversidade de produtos e serviços comercializados no entorno do Relógio de São Pedro. (Figuras 11, 12, 13 e 14), abrangendo objetos



de cunho pessoal e perecíveis, como vestuários, óculos, chapéus, bolsas, brinquedos e hortifrúti. Todos as mercadorias no mesmo espaço físico. Atrelado a tudo isto, salienta-se a prestação de serviço de barbearia em plena avenida. (Figura 15).

Uma outra tentativa do poder público municipal foi a alocação dos ambulantes do Centro da Cidade em um Shopping na Baixa dos Sapateiros. Também estava claro que seria mais uma tentativa fadada ao fracasso, pois a localização sugerida ficaria mais distante do consumidor rotineiro do que a tentativa anteriormente citada. As condições oferecidas não atingiram os objetivos desejados ou pretendidos, pois em curto prazo os comerciantes da informalidade retornaram às antigas instalações, ou seja, o calçadão do Relógio de São Pedro e adjacências, por falta de consumidor no local planejado<sup>33</sup>, (Figura 16).

**Figura 16 – Calçadão do Relógio de São Pedro**



Fonte: Machado, 2013.

Em 2013, a Prefeitura Municipal de Salvador, através da Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEMOP), cria o projeto de requalificação do centro da cidade do Salvador, objetivando o ordenamento e a requalificação dos camelôs e ambulantes da Avenida Sete de Setembro e a urbanização do Relógio de São Pedro.

---

<sup>33</sup>Essa questão foi amplamente discutida nas reuniões no SEBRAE.

Foi criado o fórum de discussão entre a Prefeitura de Salvador e os representantes da classe de trabalhadores ambulantes, as Associações de Ambulantes que atuam na Avenida Sete de Setembro. As reuniões aconteceram com representantes das duas instituições envolvidas no processo de ordenação do comércio ambulante do centro da cidade.

As reuniões foram realizadas no SEBRAE, que atuou como mediador, e na quinta reunião foi fechado o acordo entre as partes. O projeto inicial da Baixa dos Sapateiros já havia sido descartado, ficando definido e acordado que o comércio informal ficaria instalado em doze ruas transversais ao longo da Avenida Sete, são elas: Largo do Rosário; Beco do Mucambinho, Rua do Cabeça, Rua 21 de Abril, Rua Onze de Junho, Beco de Maria Paz, Rua Conselheiro Junqueira Ayres, Rua Coqueiros da Piedade, Rua Portão da Piedade, Rua Nova de São Bento, Rua 24 de Fevereiro e Praça Carneiro Ribeiro. (Figura 17).

**Figura 17 - Área de abrangência do projeto de requalificação da PMS para os camelôs e ambulantes da Avenida Sete de Setembro e entorno**



Fonte: Disponível em: <<http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br>>. Acesso em: 18 de set. 2013.

O encontro contou com a presença do promotor Roberto Gomes, que é coordenador do Centro Operacional de Apoio às Promotorias de Defesa do Consumidor do Ministério Público da Bahia (MP-BA). Prefeitura e ambulantes definem projeto para Avenida Sete. O projeto final foi elaborado pela Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF),

autarquia ligada à Secretaria Municipal de Urbanismo e Transportes (SEMUT), contemplando o total de 966 ambulantes. O número foi redimensionado após levantamento conjunto feito pela Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEMOP) e as associações da categoria. Prefeitura e ambulantes definem projeto para Avenida Sete.

O mobiliário deverá ser renovado e padronizado, de acordo com o novo projeto. Haverá também corredores temáticos, a exemplo de vendas de frutas ou de oferecimento de serviços, assim como coberturas coletivas ou individuais para cada barraca. O projeto contempla também melhorias na infraestrutura e no paisagismo, para atrair o público ao "shopping a céu aberto". Prefeitura e ambulantes definem projeto para Avenida Sete. A Praça Rio Branco, conhecida como Relógio de São Pedro, e o corredor principal ficarão livres e ganharão um projeto urbanístico especial. Segundo Rosemma Maluf, secretária da SEMOP, (MALUF, 2013) "a intenção é devolver a avenida à população, além de resgatar o aspecto turístico do local". Disponível em: <[http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=40581%3A-sp-175572287&catid=56&Itemid=170](http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=40581%3A-sp-175572287&catid=56&Itemid=170)>. Acesso em: 18 de set. 2013

Atualmente, essas áreas estão praticamente intransitáveis, o número de comerciantes aumentou significativamente, tornando a circulação dos consumidores impraticável e até mesmo inseguro.

A aglomeração de barracas desorganizadas faz com que meliantes aproveitem o tumulto e causem situações perigosas afastando os clientes, segundo conversa informal realizada com um ambulante do calçadão da Piedade, Sr. Alfredo. O mesmo é comerciante há mais de 10 anos no centro da cidade, oriundo do desemprego da década de 90. Sua barraca vende objetos importados, de fácil comercialização, pois o mesmo informou que busca sempre estar atualizado, seguindo os lançamentos das "Novelas da Rede Globo", que ditam a moda rápida, passageira. Não mantém estoque, pois a cada semana surgem novidades. Sendo o capital de giro muito curto, o giro de estoque é praticamente semanal. A relação é compra e venda de estoques diferentes a cada semana. Se uma novela demora mais tempo, o produto é repetido na semana posterior, alerta Sr. Alfredo. Percebe-se empiricamente, que a experiência do mesmo traz uma grande lição de empreendedorismo imediatista, realidade dos ambulantes e camelôs de alguns segmentos.

A etapa de planejamento seguinte proposto foi a elaboração de um Plano de Ação, para que a mudança fosse feita de maneira gradativa, sem prejudicar os comerciantes informais, bem como a população consumidora.

Com o projeto pronto, a próxima etapa agora, de acordo com a secretária, é fazer um plano de ação para implantação das mudanças. "Precisamos agora, além de fazer o orçamento final, definir como e quando essas obras serão iniciadas e executadas, em parceria com os demais órgãos municipais. A intenção é fazer as mudanças gradativamente, para não prejudicar os ambulantes, que necessitam ganhar o pão de cada dia", afirmou Rosemma. O projeto deverá ser apresentado à população nos próximos 15 dias. (Prefeitura e ambulantes definem projeto para Avenida Sete. 2013). Disponível em: <[http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=40581%3A-sp-175572287&catid=56&Itemid=170](http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=40581%3A-sp-175572287&catid=56&Itemid=170)>. Acesso em: 18 de set. 2013.

As obras de reordenamento e requalificação da Avenida Sete de Setembro, no Centro de Salvador estão avançadas e devem ser concluídas em dezembro deste ano, segundo a Secretaria Municipal da Ordem Pública (SEMOP). Três das treze ruas transversais já estão concluídas e aguardam apenas a colocação da cobertura em policarbonato e a instalação das novas barracas padronizadas a serem utilizadas pelos ambulantes. De acordo com a Superintendência de Conservação e Obras Públicas do Salvador (SUCOP), que executa o projeto em parceria com a Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador (DESAL), apenas a Rua Nova de São Bento não vai passar pela requalificação este ano, pois depende de intervenções de macro e micro drenagens mais profundas. A ação faz parte do projeto de requalificação e ordenamento de ambulantes da Avenida Sete de Setembro, desenvolvido em conjunto pela Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF) e representantes das associações dos ambulantes, sob a coordenação da SEMOP e apoio do Sebrae-BA. O projeto de requalificação e ordenamento de ambulantes na Avenida Sete de Setembro estabelece 915 vagas para camelôs em 12 áreas transversais e vai beneficiar cerca de 730 trabalhadores cadastrados na Prefeitura. As outras áreas que ainda passarão por requalificação são as ruas Onze de Junho, Coqueiros da Piedade, Portão da Piedade e Nova de São Bento, além do Largo do Rosário. (Obras de reordenamento de ambulantes avançam no Centro, 2013).

Vale ressaltar o significativo atraso que ocorreu entre o lançamento do projeto de requalificação e ordenamento do centro da cidade, em 2013, e sua conclusão em 2015, face às diversas polêmicas a serem definidas, em consenso, por todos os envolvidos e interessados, principalmente os que seriam mais atingidos diretamente, a exemplo dos comerciantes da informalidade. (Figuras 18 a 23).

**Figura 18 - Isolamento da Praça do Relógio de São Pedro –Início da reforma do calçamento**



Fonte: Machado, 2015.

**Figura 19 - Proteção do Relógio de São Pedro**



Fonte: Machado, 2015.

**Figura 20 - Proteção do Relógio de São Pedro**



Fonte: Machado, 2015.

**Figura 21 - Canteiro de obras da Praça do Relógio de São Pedro**



Fonte: Machado, 2015.

**Figura 22- Retirada do Relógio de São Pedro para manutenção**



Fonte: Machado, 2015.

**Figura 23 - Recolocação do Relógio de São Pedro após manutenção**



Fonte: Machado, 2015.

A implantação do projeto foi feita gradativamente com reformas no piso, colocação de toldos e barracas devidamente padronizadas, seguindo a setorização dos produtos e serviços. Outra obra importante foi a reforma da Praça do Rio Branco, onde está localizado o Relógio de São Pedro, ponto referencial da Avenida Sete de Setembro.

Diversas matérias foram publicadas sobre o Projeto de Requalificação do Centro da cidade, no site da Prefeitura Municipal de Salvador, (AGECOM – Assessoria Geral de Comunicação). Em matéria publicada em 08 de outubro de 2013, a PMS declara a importância do projeto, principalmente na Praça Barão do Rio Branco, mais conhecida como Relógio de São Pedro, ponto referencial da história da Bahia.

De acordo com a Superintendência de Conservação e Obras Públicas do Salvador (SUCOP), que executa o projeto em parceria com a Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador (DESAL), apenas a Rua Nova de São Bento não vai passar pela requalificação este ano, pois depende de intervenções de macro e microdrenagens mais profundas. A ação faz parte do projeto de requalificação e ordenamento de ambulantes da Avenida Sete de Setembro, desenvolvido em conjunto pela Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF) e representantes das associações dos ambulantes, sob a coordenação da SEMOP e apoio do Sebrae-BA. (Prefeitura avança com obras de reordenamento da Avenida Sete, 2013).

O projeto de requalificação da PMS no centro da cidade foi centralizado na Praça Barão do Rio Branco, onde fica situado o tradicional Relógio de São Pedro, envolvendo as três principais vias de acesso, que são a Rua 11 de Junho, a 21 de Abril e o Portão da Piedade. O piso do Portão da Piedade já foi trocado e envolverá também os ambulantes que ficam em frente à Caixa Econômica Federal, o calçadão será integrado à área do Relógio de São Pedro.

No Beco do Mucambinho, nota-se a reforma estrutural que acontecerá em todas as áreas definidas para participar do projeto de requalificação da PMS (Figura 24).

“Não haverá mais barracas nas praças, pois a praça é do povo, como o céu é do avião”, uma referência à música de Caetano Veloso e também porque o espaço será melhor utilizado no Carnaval. As obras prosseguem ainda na Rua Carneiro Ribeiro, ao lado do Colégio Central da Bahia e na próxima semana iniciam na Rua Coqueiro da Piedade, ao lado da Ordem dos Advogados da Bahia (OAB) e no Largo do Rosário. As coberturas em policarbonato serão colocadas nas ruas já finalizadas como a do Cabeça e Beco do Mucambinho e a estrutura metálica no Beco Maria Paz. (Prefeitura avança com obras de reordenamento da Avenida Sete, 2013).

**Figura 24 - Beco do Mucambinho– Av. Sete de Setembro**



Fonte: Disponível em: <<http://www.politicalivre.com.br/2013/10/obras-de-reordenamento-de-ambulantes-avancam-centro/>>. Acesso em: 01 de fev. 2016

O projeto contemplará também, o calçadão da Rua Nova de São Bento, que ficará para a segunda etapa, face às questões que envolvem a captação das águas das chuvas, e com isso necessitará de maiores cuidados no momento da reforma do piso, bem como a Rua 24 de Fevereiro, que dá acesso à Estação da Lapa. A



reforma proporcionará diversos benefícios, além da reforma do piso, abrangerá pintura, cobertura, barracas e iluminação, além de câmeras de segurança e inibir ações de destruição e vandalismos. O processo de relocação dos vendedores de rua será realizado gradativamente abrangendo os camelôs e ambulantes cadastrados na PMS.

O projeto de requalificação e ordenamento de ambulantes na Avenida Sete de Setembro estabelece 915 vagas para camelôs, em 12 áreas transversais e vai beneficiar cerca de 730 trabalhadores cadastrados na Prefeitura. As outras áreas que ainda passarão por requalificação são as ruas Onze de Junho, Coqueiros da Piedade, Portão da Piedade e Nova de São Bento, além do Largo do Rosário. (Prefeitura avança com obras de reordenamento da Avenida Sete, 2013)

Um outro material publicado refere-se ao da obra, bem como a trechos que já haviam sido concluídos em 2014.

A Secretaria Municipal da Ordem Pública (Semop) iniciou a fiscalização permanente para ordenamento de ambulantes da Avenida Sete de Setembro e adjacências. Antes da operação, que envolve o trecho entre Igreja do Rosário até a Praça Castro Alves, os vendedores receberam novas bancas de comercialização, além de melhorias de infraestrutura nas áreas de concentração. De acordo com a Semop, a partir de agora só poderá atuar na região quem for licenciado e obedecer à padronização estabelecida pelo órgão. Segundo o coordenador de Licenciamento e Fiscalização da secretaria, Braz Augusto Pires, antes da ação a Praça Rio Branco (Relógio de São Pedro) possuía a maior concentração de ambulantes, muitos deles trabalhando de forma irregular. Para quem atuava sem licenciamento no local, a Semop ofereceu a possibilidade de trabalhar na Rua Nova de São Bento, área que também está sendo revitalizada, até que se obtenha o documento. Entre as principais ações do projeto de requalificação do Centro da cidade estão a recuperação e estruturação dos pontos tradicionais de atuação dos ambulantes. A obra inclui colocação de piso Intertravado com pista tátil, cobertura de policarbonato e instalação de nova iluminação. Até o momento, o serviço já foi concluído nos seguintes trechos: Beco Maria Paz, Rua do Mucambinho, Rua Portão da Piedade, Rua Coqueiros da Piedade, Rua 24 de Fevereiro, Rua Carneiro Ribeiro, Largo do Rosário e Rua do Cabeça. Outras áreas também estão sendo beneficiadas com as intervenções, a exemplo da Rua Nova de São Bento e a Travessa 11 de Junho. As praças da Igreja de São Bento e Rio Branco, onde está localizado o Relógio de São Pedro, também serão reformadas, adotando o projeto que está sendo elaborado pela Fundação Mário Leal Ferreira. O projeto prevê ainda que o relógio, um dos pontos de referência do Centro da cidade, será consertado e voltará a funcionar. (Comércio da Avenida Sete: Prefeitura retira camelôs das calçadas, 2014).

A Figura 25 retrata a nova estrutura de teto e piso em decorrência da requalificação e localização das barracas comerciais do centro da cidade.

**Figura 25 – Beco Rua do Cabeça**



Fonte: Pontes, 2014.

Durante a pesquisa de campo realizada em fevereiro de 2016, pode-se constatar a nova localização dos comerciantes de rua e a estrutura das coberturas de proteção com as suas respectivas sinalizações.

A seguir, será exposta a situação atual dos comerciantes de rua do centro da cidade, junto aos quais serão aplicados os questionários para a averiguação dos efeitos pela opção como MEI, atrelado às novas localidades propostas no projeto municipal. Os resultados da pesquisa serão apresentados no Capítulo 5.

No Largo do Rosário, encontram-se ambulantes e camelôs que comercializam hortifrúti, folhas para banhos e chás. Observou-se uma concentração de barracas de vendas dos produtos comercializados nesse beco, bem próximo da calçada que fica do lado na Avenida Sete de Setembro, onde o número de pessoas que circulam é bem maior. O final do beco, que fica para o lado da Rua Direita da Piedade, quase não tem barracas, pois o estreitamento do beco vai afunilando à medida que se

adentra até chegar ao final do mesmo, que possui residências e um pequeno estacionamento para os moradores da localidade. (Figura 26).

**Figura 26 - Av. Sete de Setembro – Beco Largo do Rosário**



Fonte: Machado, 2016.

Na Rua da Força, do lado da Avenida Sete de Setembro (Figura 27) constatou-se uma maior concentração de barracas, que estão em toda a extensão do beco até o final na Avenida Carlos Gomes (Figura 28), que comercializam diversas mercadorias de consumo pessoal, como roupas, peças íntimas, capas de celulares, roupas esportivas e produtos diversos.

**Figura 27 - Rua da Força–Av. Sete de Setembro**



Fonte: Machado, 2016.

**Figura 28 - Rua da Forca– Av. Carlos Gomes**



Fonte: Machado, 2016.

Diferentemente do Beco do Forca, no Beco do Mucambinho, é perceptível o espaço vazio do meio do beco até o final na Avenida Carlos Gomes (Figura 29). A Figura 30 evidencia a alocação das barracas apenas na frente da Avenida Sete de Setembro.

**Figura 29 - Beco do Mucambinho – Av. Carlos Gomes**



Fonte: Machado, 2016.

**Figura 30 - Beco do Mucambinho – Av. Sete de Setembro**



Fonte: Machado, 2016.

Essa mesma situação se repete no “Beco de Maria Paz”. Do lado da Avenida Sete de Setembro, existem algumas barracas que comercializam roupas, principalmente feminina, (Figura 31). Já do lado da Avenida Carlos Gomes, o beco encontra-se totalmente inoperante (Figura 32).

**Figura 31 - Beco Maria da Paz – Av. Sete de Setembro**



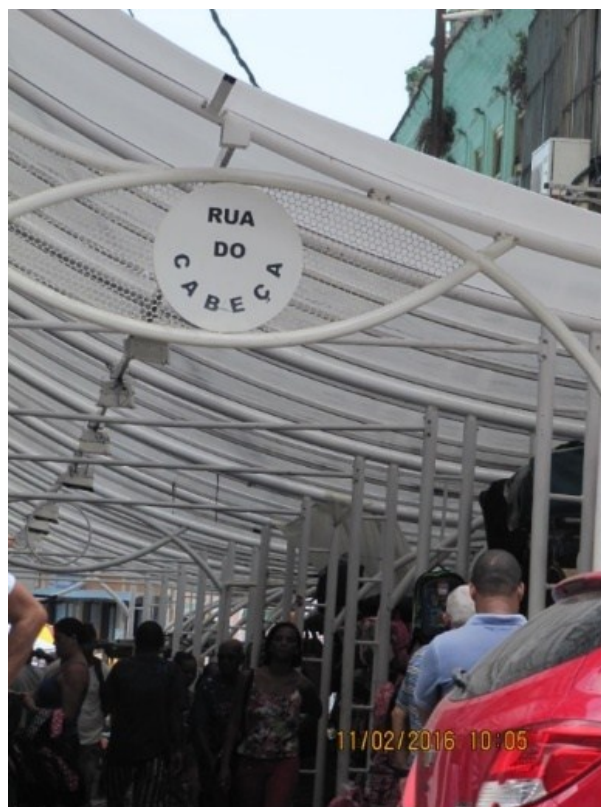
Fonte: Machado, 2016.

**Figura 32 - Beco Maria da Paz– Av. Carlos Gomes**

Fonte: Machado, 2016.

Na Rua do Cabeça, onde se registra uma maior concentração de barracas com diversas mercadorias, tem-se do lado da Avenida Sete de Setembro, a comercialização de vestuários e objetos pessoais (Figura 33), e do lado da Avenida Carlos Gomes, produtos alimentícios (Figura 34). Em função da sua localização, nota-se um maior movimento de passantes face a sua diversificação de produtos e a sua proximidade em relação ao Relógio de São Pedro, localizado na Praça Barão do Rio Branco, que é considerado o ponto referencial do centro de Salvador. Além disso, a Rua do Cabeça é bastante utilizada como ligação entre a Avenida Sete de Setembro e a Avenida Carlos Gomes, que desemborça na principal sinaleira de ligação das duas avenidas ao bairro do Dois de Julho, mesclando os usos residencial e comercial.

**Figura 33 – Rua do Cabeça - Av. Sete de Setembro**



Fonte: Machado, 2016.

**Figura 34 - Rua do Cabeça–Rua Carlos Gomes**



Fonte: Machado, 2016.

Na Praça Barão do Rio Branco, onde localiza-se o Relógio de São Pedro, após a reforma e requalificação da praça, constatou-se na situação atual, que os camelôs e ambulantes estão, gradativamente, retornando para seus antigos locais. (Figuras 35, 36 e 37).

**Figura 35 - Relógio de São Pedro**



Fonte: Machado, 2016.

**Figura 36 - Relógio de São Pedro**



Fonte: Machado, 2016.



**Figura 37 - Praça Barão do Rio Branco / Relógio de São Pedro**



Fonte: Machado, 2016.

O beco que fica no calçadão da Praça Barão do Rio Branco, ligado à Rua Portão da Piedade, não tem sinalização, conforme padrão proposto no projeto de requalificação da PMS, bem como o lado que fica para o Shopping Lapa. (Figura 38).

**Figura 38 - Praça Barão do Rio Branco.**



Fonte: Machado, 2016.

**Figura 39 - Rua Portão da Piedade, saída em frente ao Center Lapa**



Fonte: Machado, 2016.

Na Figura 39, verifica-se o espaço em frente ao Center Lapa, ocupado por muitos comerciantes de rua, com a comercialização de diversos produtos de uso pessoal. Na Figura 40, apresenta a situação na frente do Shopping Center Lapa. Registra-se também os comerciantes da rua Portão da Piedade, localizados na lateral do Center Lapa, em direção à ladeira para a Estação da Lapa. (Figura 41). Salienta-se que este local possui cobertura padrão do projeto de requalificação da PMS, mas não possui a sinalização devida, retratando a mesma citada anteriormente.

**Figura 40 - Frente do Center Lapa**



Fonte: Machado, 2016.

**Figura 41 - Lateral do Center Lapa**

Fonte: Machado, 2016.

O que se verifica na pesquisa de campo, relativamente à implantação do projeto pela PMS, é a efetivação de alguns itens e o atendimento parcial de outros. No que tange às coberturas de proteção das áreas, estas foram instaladas em todos os locais propostos no projeto. Quanto a sinalização, percebe-se que a mesma não foi instalada na totalidade dos locais propostos.

Outro aspecto observado foi o retorno de alguns camelôs e ambulantes para as proximidades do Relógio de São Pedro, bem como o esvaziamento da maioria das áreas (becos), definidas para instalação das barracas dos comerciantes de rua, que ficam mais distantes do Relógio de São Pedro. (Figuras 29, 30 e 32).

Salvador é uma cidade com um perfil acentuado nas relações mercantilistas, seu centro antigo não seria diferente dessa característica comercial, predominantemente voltado para as atividades comerciais e de serviço. Não podendo deixar de registrar a atividade econômica do turismo. Salienta-se que o comércio de rua, conhecido como o empreendedor da informalidade, é predominante nesta região central da cidade, que tem como clientela principal a fatia da população de baixa renda, que consome produtos de menor qualidade e na maioria das vezes, similares ou genéricos aos comercializados nas lojas de padrão shopping center.

Salvador continua sendo uma cidade de desigualdade social gritante, uma vez que, na pesquisa realizada para o trabalho acadêmico, conforme será

apresentada no Capítulo 4, demonstra um número crescente de trabalhadores de rua, que podem tornar-se Micro Empreendedor Individual – MEI, saindo da informalidade para a situação de empreendedor legalizado com obrigações legais e direitos da previdência social.

Os resultados esperados do Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de Salvador, de 2010, referente ao aumento das atividades econômicas do CAS, no tocante ao Objetivo Específico 2.4 de Modernização e organização do comércio informal, são: Ações a serem desenvolvidas– a) Desenvolver parcerias com organizações para: diminuir a ilegalidade do comércio varejista; estimular a legalização dos empresários individuais; realizar capacitação gerencial; orientar e facilitar o acesso de ambulantes ao microcrédito; organizar manual de orientação para a atividade dos ambulantes; qualificar, regular e fiscalizar a instalação de comércio informal próximo a equipamentos públicos e monumentos de forma permanente. (BAHIA, 2010, p. 290).

Nota-se um esforço coletivo por parte dos órgãos públicos e privados no sentido de revitalizar e requalificar o Centro Antigo de Salvador. Mas existe uma realidade de difícil solução que é a estrutura geográfica do centro da cidade. A falta de área para expansão local, aliado ao baixo nível de condições econômicas da população que reside e frequenta esta área central, faz com que os projetos públicos enfrentem grandes dificuldades de mudanças e alocações para outras áreas da cidade.

## **5 A APLICAÇÃO DO PROGRAMA DE MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) NO ÂMBITO DO PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DO COMÉRCIO DA AVENIDA SETE DE SETEMBRO**

Neste capítulo, será abordada a lei federal de regularização dos empreendedores da informalidade como pessoa jurídica (Lei Complementar 128) e a avaliação de sua aplicabilidade, a partir do estudo de caso do projeto municipal de requalificação da Avenida Sete de Setembro e seu entorno.

O capítulo está dividido em dois itens. No primeiro item, apresenta-se a Lei Complementar 128, que regulamenta os empreendedores da informalidade como pessoa jurídica. No segundo item, serão apresentados os resultados da pesquisa de campo, mediante a aplicação de questionários aos empreendedores de rua da Avenida Sete de Setembro e seu entorno, objeto de discussão do presente trabalho acadêmico, bem como das entrevistas realizadas com os órgãos envolvidos na legalização e localização desses empreendedores: o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEMOP) e a Associação dos Profissionais Empreendedores Individuais no Estado da Bahia (AMEI).

### **5.1 LEI COMPLEMENTAR 128 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008 – MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI**

Em 19 de dezembro de 2008, o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tendo como ministro da Fazenda, Guido Mantega e como ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, sancionou a referida lei que proporciona a regulamentação da pessoa jurídica para os empreendedores da informalidade.

A Lei Complementar nº 128 de 19 de dezembro de 2008, modifica parte da Lei Complementar nº 123/2006, Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, e cria o Micro Empreendedor Individual (MEI).

Em 31 de outubro de 2010, a presidente Dilma Vana Rousseff (Dilma Rousseff), se elege para o primeiro mandato, e posteriormente é reeleita para um segundo mandato como presidente do Brasil, em 26 de outubro de 2014. Dilma assume a gestão do país com o propósito de dar continuidade às políticas públicas do seu antecessor, principalmente no que se refere às questões socioeconômicas e na política de geração de emprego e renda.

Nesse período, o incentivo para o fortalecimento da regulamentação dos empreendedores informais como MEI torna-se visível através do tema empreendedores da informalidade como optantes do programa do governo federal, assunto discutido no Capítulo 4.

Micro Empreendedor Individual (MEI) é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Para ser um microempreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. O MEI também pode ter um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria. A Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, criou condições especiais para que o trabalhador conhecido como informal possa se tornar um MEI legalizado. Entre as vantagens oferecidas por essa lei, está o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o que facilita a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais. Além disso, o MEI será enquadrado no Simples Nacional e ficará isento dos tributos federais (Imposto de Renda, PIS, COFINS, IPI e CSLL). Assim, pagará apenas o valor fixo mensal de R\$ 40,40 (comércio ou indústria), R\$ 44,40 (prestação de serviços) ou R\$ 45,40 (comércio e serviços), que será destinado à Previdência Social e ao ICMS ou ao ISS. Essas quantias serão atualizadas anualmente, de acordo com o salário mínimo. (Portal do Empreendedor. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.adm.br/>>. Acesso em: 28 fev. 2014.

O SEBRAE– Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas, órgão oficial responsável pela legalização dos micro-empreendedores individuais no Brasil, orienta todos os passos para a criação da pessoa jurídica, como também oferece serviços de apoio na gestão empresarial para os empreendedores optantes do MEI. (SEBRAE, 2016).

O limite do faturamento para ter direito a ser MEI, não poderá ultrapassar o máximo de R\$ 60.000,00/ano, ou seja, R\$ 5.000,00/mês e em média R\$ 166,66/dia. O mesmo é enquadrado no simples federal, sendo isentado do imposto, pagando valor fixo mensal de impostos, conforme abaixo:

1. Atividades dos ramos do Comércio e Indústria: R\$ 60,40, sendo R\$ 59,40 (11% do salário mínimo) para Previdência Social e R\$ 1,00 para o estado.
2. Atividades do ramo do serviço: R\$ 65,40, sendo R\$ 59,40 (11% do salário mínimo) para Previdência Social e R\$ 5,00 para o município. (Portal do Empreendedor, 2013).

Esta contribuição trará como benefícios, além dos já citados, os direitos aos auxílios maternidade, doença, aposentadoria, etc. Os segmentos empresariais, que são contemplados com direito ao MEI, têm como critério de inserção o faturamento anual, bem como os ramos de atividade. Existe uma relação ampla das possibilidades publicadas no Portal do Empreendedor, site oficial do governo federal em parceria com SEBRAE. (Portal do Empreendedor, 2013).

O microempreendedor poderá contratar um empregado, com salário mínimo ou o mínimo da profissão. No caso, deverá informar através do sistema Conectividade Social da Caixa Econômica Federal e fazer a guia do FGTS e Informação Previdência Social (GFIP). Após entrega deverá recolher 8% sobre o salário do empregado a título de FGTS e 3% desse salário para a Previdência Social<sup>34</sup>. (Portal do Empreendedor, 2013).

Consta também no portal do empreendedor, que caso a empresa fature ao ano 20% acima de R\$ 60.000,00, existem duas possibilidades:

- a) Empresas com faturamento anual acima de R\$ 60.000,00 e inferior a R\$ 72.000,00 passam a ser Microempresa. Sendo o imposto calculado sobre o faturamento mensal e com base em alíquotas que variam de 4% a 17,42%, dependendo do ramo de atividade e montante do faturamento.
- b) Empresas com faturamento anual superior a R\$ 72.000,00 passam a ser enquadradas no Simples Nacional. O empreendedor, ao perceber que seu faturamento anual será superior ao valor indicado, deverá aderir a esse enquadramento imediatamente, desenquadrando-se no sistema MEI.

Outra questão importante relativa à Lei complementar 128 é a indicação da possibilidade de vender para os governos municipal, estadual e federal. Também é

---

<sup>34</sup>Todas as informações devem ser preenchidas no sistema da receita federal, fazendo download do programa através do site.

indicada a garantia de que, por ser Lei Complementar não poderá ter alteração através de Medida Provisória, só através de outra Lei Complementar.

O microempreendedor optante do MEI tem que declarar o faturamento mensal aos órgãos federais. O site da Caixa Econômica Federal e Receita Federal são órgãos com sistemas complexos e nem sempre os comerciantes do MEI têm computadores e acesso à internet. O site da Receita Federal é extremamente criterioso e complexo, acredita-se que será necessário a orientação e apoio de serviços contábeis, apesar da lei indicar que a primeira declaração para a formalização para MEI seja feita por escritório optante do Simples Nacional, sem cobrança de honorários. Entretanto, o governo não poderia exigir de uma empresa privada, que necessita dos honorários da prestação dos seus serviços, a realização de trabalhos gratuitamente.

Nas minipalestras informativas é salientado que não há necessidade de contratação de um contador. Mas, pela complexidade informativa dos dados mensais das vendas, através dos sistemas acima citados, bem como do número de empreendedores formais com baixo nível de escolaridade, será necessário um auxílio aos empreendedores de rua, ainda que o portal do SEBRAE apresente meios de sanar a inadimplência junto ao fisco.

Outra questão contemplada pela legislação é o cancelamento do MEI por motivo da inadimplência. O encerramento do cadastro de microempreendedores individuais chamados de "omissos", previsto da Lei Geral da MPE, vai ocorrer a partir de 1º de julho de 2016. Terão a inscrição cancelada no segundo semestre de 2016 todos os microempreendedores individuais que: 1) não entregaram a declaração anual (DASN-SIMEI) nos dois últimos anos; 2) estiverem inadimplentes em todas as contribuições mensais (DAS-MEI) no período de janeiro de 2014 a junho de 2016.

Isso é o que prevê a Resolução CGSIM nº 36, de 2016, regulamentada pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM). Uma vez cancelado, o CNPJ não poderá ser reativado, e o titular da empresa passa a ser considerado um trabalhador informal se continuar exercendo a atividade econômica. Para voltar a ser MEI, o empreendedor precisa passar por todo o processo de formalização para assegurar



um novo registro. O MEI que preencher as condições para o cancelamento poderá impedi-lo, desde que realize os pagamentos pendentes e entregue as declarações atrasadas até 30 de junho deste ano<sup>35</sup>.

Apesar do portal do SEBRAE alertar sobre o cancelamento da inscrição como MEI a partir de 01 de julho de 2016, oferecendo orientação na regularização dos inadimplentes com suas obrigações fiscais, não existe registro disponível do percentual de inadimplentes até dezembro de 2015. Entretanto, subentende-se que a inadimplência deve ser alta, face ao alerta exposto no referido site. (SEBRAE, 2016. MEI inadimplente terá CNPJ cancelado. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/mei-inadimplente-tera-cnpj-cancelado,bb3fa9d942274510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 10 jun. 2016).

A legalização dos comerciantes da informalidade como MEI, foi amplamente divulgada na mídia escrita, falada e televisionada, diferentemente do projeto de localização dos camelôs e ambulantes do centro da cidade do Salvador, cuja divulgação se deu apenas após o acordo consolidado entre a Prefeitura e os camelôs.

Abaixo relaciona-se o passo a passo para se tornar MEI. (SEBRAE, 2016). <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/o-que-e-ser-mei,e0ba13074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

**Passo 1:** Acesso às informações.

Acesso aos textos sobre o MEI no portal Sebrae ou no Portal do Empreendedor; Lei Complementar nº 128/2008 e quais são os critérios exigidos para que o empreendedor se enquadre como Microempreendedor Individual; atividades permitidas para o MEI.

---

<sup>35</sup>Para a regularização, deverão ser pagas as contribuições mensais pendentes. O MEI deverá emitir as Guias DAS para pagamento. Não é possível parcelar a dívida. Para entregar as declarações anuais atrasadas, o MEI deverá gerar as declarações anuais referentes aos anos em atraso e pagar uma multa. O valor mínimo é de R\$ 50,00 por ano em atraso ou de 2% ao mês-calendário ou fração, incidentes sobre o montante dos tributos decorrentes das informações prestadas na declaração, ainda que integralmente pago, limitada a 20%. Caso o pagamento da multa seja feito em até 30 dias depois de gerado o boleto, a multa será reduzida em 50%, totalizando R\$ 25,00.

Para mais informações, acesse o FAQ do Portal do Sebrae sobre o assunto. (SEBRAE, Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/o-que-e-ser-mei,e0ba13074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

**Passo 2:** Preenchimento das informações cadastrais no formulário de inscrição, disponível no Portal do Empreendedor.

São cinco etapas simples e rápidas de preencher:

1. Documentação: inserir números do seu CPF, título de eleitor ou o recibo da última declaração do imposto de renda, caso tenha declarado nos últimos dois anos. Não é necessário anexar nenhum deles no cadastro;

2. Identificação. É nesse momento que você pode colocar o nome fantasia da sua empresa;

3. Atividades a serem realizadas, dentre as permitidas para o MEI. (Ocupação principal e inclusão de até outras 15 atividades secundárias);

4. Endereço de contato e o endereço de funcionamento da empresa;

5. Declarações: como a opção pelo Simples;

Após preencher todas as etapas, será apresentado o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual, que contém o CNPJ, o registro na Junta Comercial, no INSS e o alvará provisório de funcionamento. Ao confirmar as informações do Certificado, o cadastro está formalizado.

**Passo 3:** Impressão e guarda dos documentos.

Não é necessário anexar nenhum documento durante o processo e, depois de concluído, também não é necessário enviá-los à Junta Comercial. Após finalizar o cadastro e se formalizar o MEI, deverá imprimir e guardar os documentos necessários para comprovar sua formalização e mantê-la em dia: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – É o documento que comprova que você é MEI.

1. Carnê de Pagamento Mensal (DAS) – São os boletos para o pagamento do imposto mensal devido pelo MEI.
2. Relatório Mensal de Receitas Brutas (um para cada mês) – não é obrigatório, mas o modelo para o registro das receitas mensais é importante para auxiliá-lo a fazer a Declaração Anual Simplificada (DASN).

O único documento que será necessário obter fora do Portal do Empreendedor é a nota fiscal.

#### **Passo 4**–Nota fiscal

O MEI não precisa emitir nota fiscal quando o usuário final for pessoa física. Mas deve apresentar nota quando o destinatário da mercadoria ou serviço for uma outra empresa. Para fazer a nota fiscal, são os seguintes os passos:

1. Procurar a Secretaria de Fazenda estadual (para as atividades de vendas e/ou serviços de transporte intermunicipal e interestadual) ou do Município (para atividades de prestação serviços e/ou serviços de transporte municipal) para solicitar a Autorização de Impressão de Nota Fiscal – AIDF.
2. Com a autorização, confeccionar os talões (blocos) de notas fiscais.
3. O MEI poderá solicitar às Secretarias de Fazendas estadual ou municipal a emissão de nota fiscal avulsa, impressa ou eletrônica, sempre que necessário, caso não tenha autorizado a emissão dos talões próprios de Notas Fiscais.

#### **Passo5:** Nota Fiscal eletrônica.

É importante lembrar que o MEI não tem a obrigação de emitir Nota Fiscal Eletrônica-NF-e, conforme prevê a Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional nº 94/2011. Porém, o MEI tem o direito a realizar a emissão da NF-e, se disponibilizada pelo estado.

#### **Passo6:** Curso a distância Microempreendedor Individual.

Ensina aos trabalhadores informais a importância de se legalizar e seus benefícios.

A opção pelo MEI traz para os agentes da informalidade empresarial, ambulantes, feirantes, camelôs e trabalhadores autônomos a possibilidade de ter um registro jurídico, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica –CNPJ. Com isso, o governo passa a controlar a arrecadação fiscal, que deverá ter respectivo acréscimo, criando assim mais recursos para serem aplicados na política da previdência social.

A pessoa jurídica passa a existir, trazendo para o empreendedor um sentimento de inclusão social. A partir desse momento, ele poderá abrir conta em banco, pleitear financiamentos, empréstimos, ampliar as possibilidades de compras a prazo dos seus estoques, vender para pessoas jurídicas e até possuir máquinas de cartão de crédito e débito automático.

Até 31 de dezembro de 2013, o Brasil formalizou 3.601.253 optantes do MEI, em 2014 cresceu para 4.653.080, chegando em 31 de dezembro 2015, com o montante de 5.680.614 empreendedores individuais. (Disponível em:<<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatistica/lista-dos-relatorios-estatisticos-do-mei>>. Acesso em: 13 de abr. de 2016).

As distribuições percentuais, até dezembro de 2015, em relação ao total nacional das regiões apresentam as seguintes participações: Sudeste 51%, Nordeste 20%, Sul 14%, Centro-oeste 9% e Norte com 6%. O estado da Bahia legalizou até dezembro de 2015 o total de 352.440 optantes do MEI, tendo sua representatividade na ordem de 6% em relação ao total nacional e 32% em relação à região Nordeste.

A participação na legalização dos empreendedores da informalidade como MEI, no estado da Bahia, ficou em termos percentuais igual ao da região Norte, que obteve sua representatividade na ordem de 6%, em relação ao território nacional. Se comparado também ao percentual da região Centro-oeste, o estado baiano apresentou índices bem próximos do seu resultado. A região Centro-oeste, nesse mesmo período, obteve o percentual de 9% de formalizações como MEI, em relação à distribuição nacional.

A cidade do Salvador legalizou até de dezembro 2015, 117.192 como MEI, representando 33% em relação à Bahia.

No Portal do Empreendedor existem várias indicações da necessidade da busca de informações referentes à gestão empresarial, a exemplo da necessidade

de planejamento, plano de negócio, política de marketing, gestão financeira, estratégias de vendas e políticas de atendimento ao cliente.

Neste item será analisada a aplicabilidade da Lei Complementar 128 junto aos camelôs e ambulantes da Avenida Sete de Setembro, concomitantemente com o projeto de requalificação da Prefeitura Municipal de Salvador. Para a realização da pesquisa foram aplicados 93 questionários diretamente aos comerciantes de rua da Avenida Sete de Setembro, abrangendo 14 questões (abertas e fechadas), representando 10% do quantitativo instalado no local.

O mapa abaixo demonstra a localização das áreas que foram pesquisadas, e os pontos sinalizados em vermelhos são as ruas onde foi aplicada a pesquisa, objeto de estudo da presente dissertação. A elaboração do mapa de localização da área a ser pesquisada permitiu que se identificasse a dimensão territorial e o percurso a ser feito na aplicação dos formulários da pesquisa. (Figura 42).

**Figura 42 - Avenida Sete de Setembro e entorno – Área da pesquisa de campo**



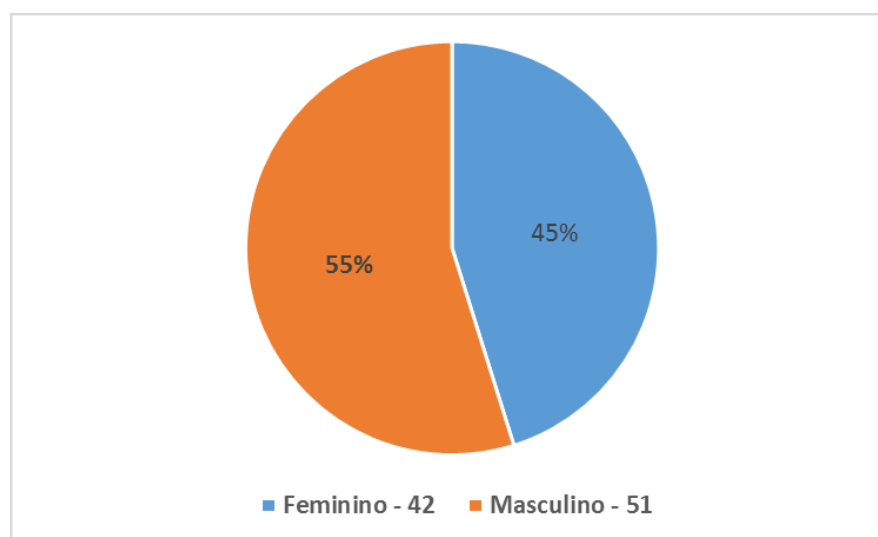
Fonte: Machado, 2014.

Através da pesquisa direta e de entrevistas realizadas junto aos órgãos envolvidos, apresentados os dados coletados com a finalidade de responder à questão principal do estudo: A opção pelo MEI e a nova localização dos comerciantes da Avenida Sete de Setembro trouxeram os resultados almejados para

os camelôs e ambulantes do centro da cidade de Salvador? Os resultados são apresentados a seguir.

Dos 93 formulários aplicados na pesquisa de campo, 42 comerciantes são do sexo feminino e 51 do sexo masculino, representando 45% e 55% respectivamente do total pesquisado. (Gráfico 2)

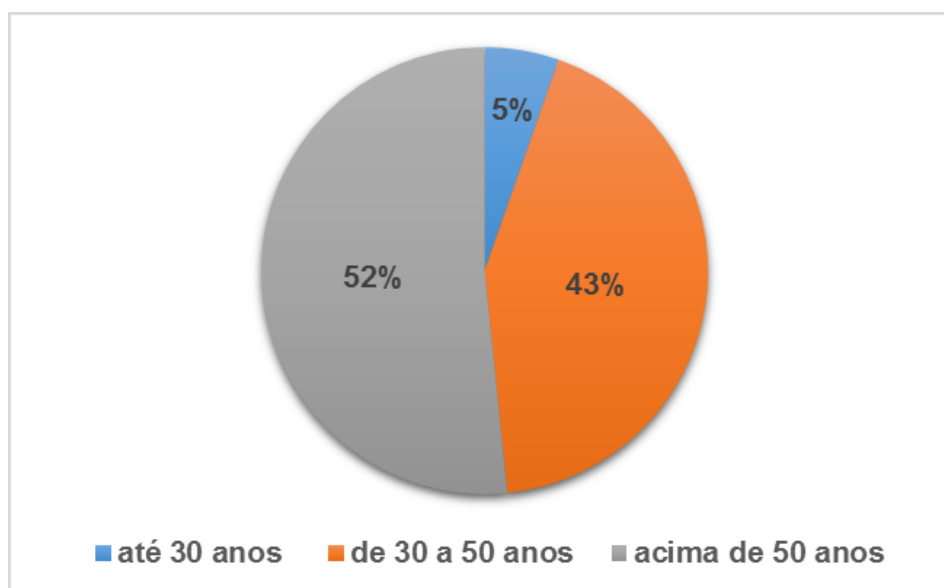
**Gráfico 2 - Sexo**



Fonte: Machado, 2015.

Do total pesquisado, 52% estão na faixa etária acima de 50 anos, 43% possuem de 30 a 50 anos e apenas 5% são abaixo de 30 anos. Percebe-se, na população pesquisada, que a maioria dos comerciantes de rua encontra-se na faixa etária acima de 30 anos, totalizando 95% pesquisados. (Gráfico 3)

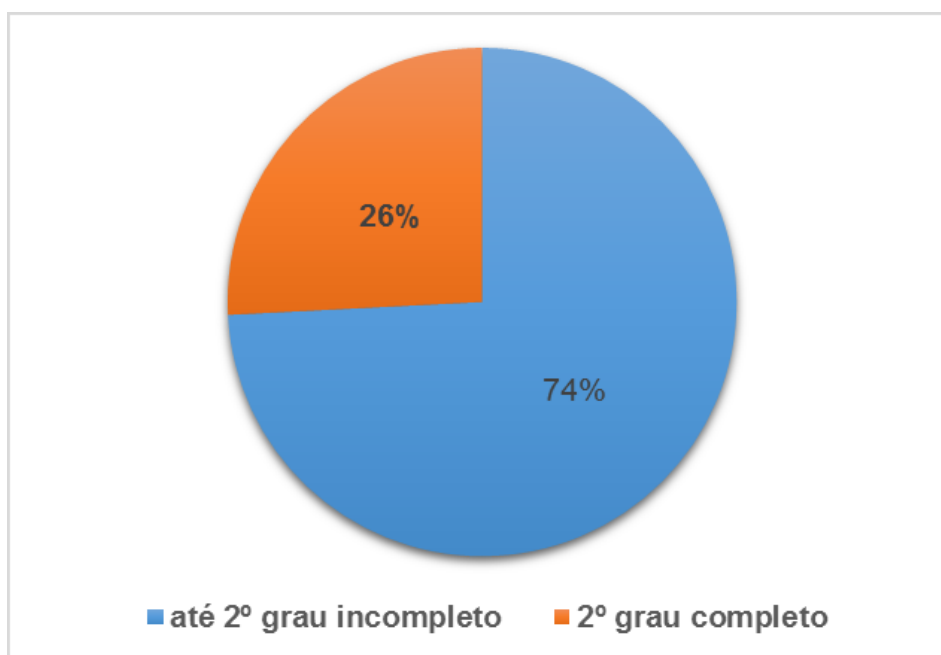
**Gráfico 3 – Faixa Etária**



Fonte: Machado, 2015.

Deste universo de 93 comerciantes pesquisados, 74% possuem a escolaridade até 2º grau incompleto. As mulheres representaram 69% e os homens um percentual de 40% das suas respectivas representatividades. Os que conseguiram completar o 2º grau representam 26% do total pesquisado, sendo que 13% são mulheres e 11%, homens, das respectivas participações de 45% e 55% do universo pesquisado. Daí, pode-se concluir que as mulheres, apesar de terem sido 10% em menor número de representatividade em relação aos homens na pesquisa, possuem um grau de escolaridade maior do que o deles. (Gráfico 4).

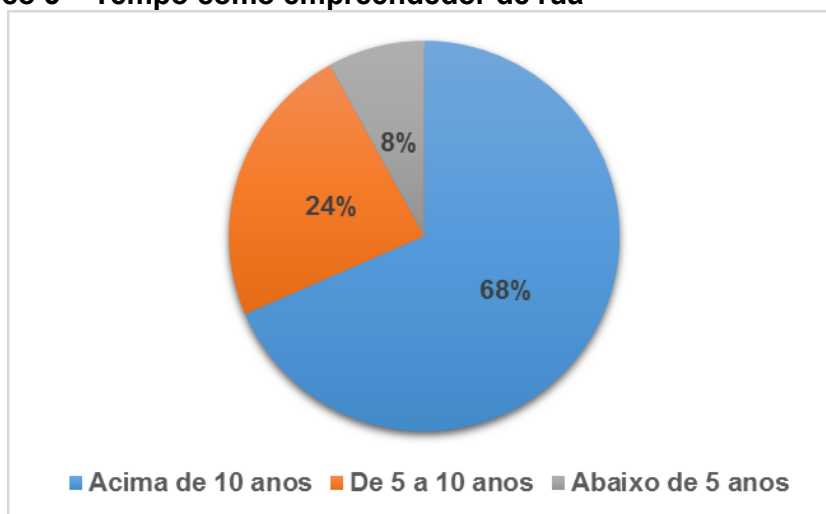
**Gráfico 4 – Escolaridade**



Fonte: Machado, 2015.

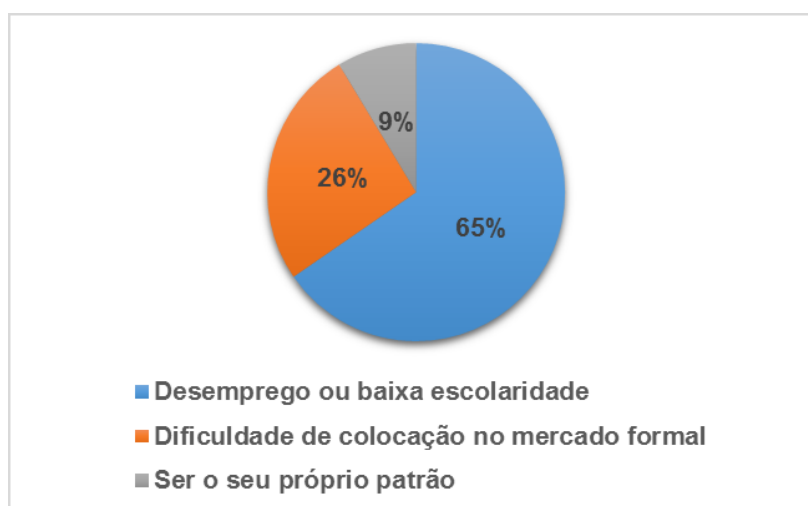
Em relação ao tempo que exercem essa atividade de autos-sustentabilidade, os comerciantes de rua apresentaram os seguintes dados: 69% atuam no mercado há mais de 10 anos; 24% entre 5 a 10 anos e apenas 8% do universo pesquisado está há menos de 5 anos como camelô ou ambulante na Avenida Sete de Setembro. (Gráfico 5).



**Gráfico 5 – Tempo como empreendedor de rua**

Fonte: Machado, 2015.

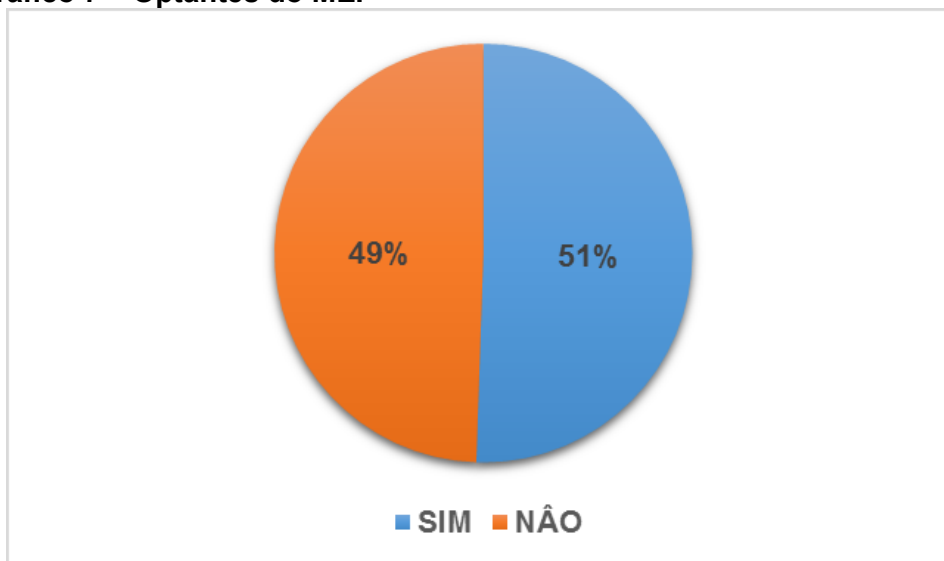
Os motivos que os levaram a optar por essa modalidade de trabalho representam: a) 65% por desemprego ou baixa escolaridade; b) 26% por dificuldades na colocação no mercado de trabalho formal, ou seja, na indústria, no comércio ou nas empresas de serviços. Isso aconteceu em decorrência do que foi apresentado anteriormente, em termos da exigência de uma mão de obra tecnicamente preparada para enfrentar a competitividade mercadológica, em consequência da globalização e do avanço tecnológico. Por último, a opção c) 9% por outros motivos, como exemplos dados pelos próprios entrevistados, podemos citar: “gosto de ser meu próprio patrão”; “ter meu próprio negócio”; “ninguém mandar em mim”. (Gráfico 6).

**Gráfico 6 – Motivação para ser empreendedor de rua**

Fonte: Machado, 2015.

Em relação à formalização, os comerciantes pesquisados da Avenida Sete de Setembro representam 51% dos que optaram por se tornar Micro Empreendedor Individual – MEI. Do quantitativo pesquisado, os que continuaram na informalidade representaram 49%. (Gráfico 7).

**Gráfico 7 – Optantes do MEI**



Fonte: Machado, 2015.

Dos 51% legalizados que representam 47 comerciantes pesquisados, apenas 1 encerrou legalmente a sua empresa, retornando à informalidade. Outro dado surpreendente obtido foi que, dos comerciantes optantes do MEI pesquisados, 32% (representando 15 comerciantes dos 47 legalizados), não cumprem as obrigações legais do projeto de legalização MEI, ficando assim inadimplentes com as obrigações fiscais. Essa atitude tem consequências legais referentes à demanda de regularização nos órgãos federais, uma vez que o imposto de maior percentual no projeto de opção para a formalidade é o da previdência social – INSS, citado anteriormente.

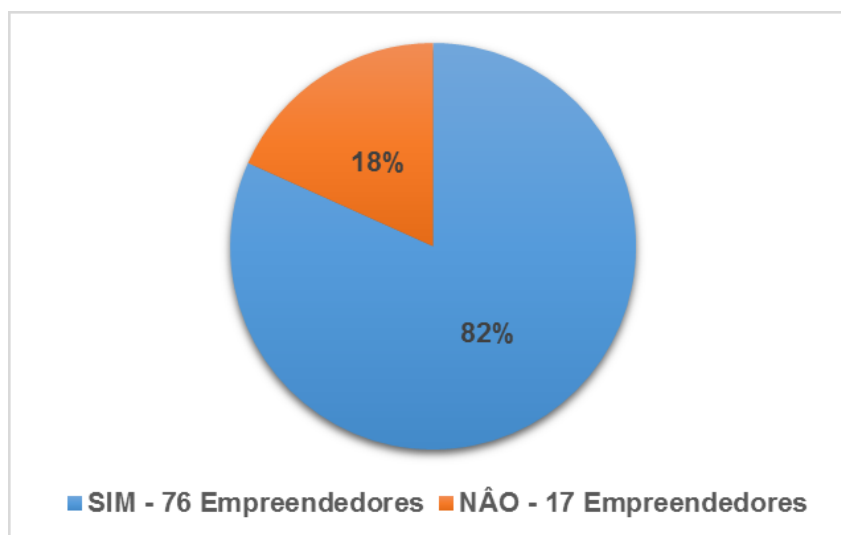
Outro importante dado coletado refere-se à associação AMEI, entidade que oferece apoio à categoria dos microempreendedores individuais do estado. A Associação dos Empreendedores Individuais do Estado da Bahia é uma Associação Privada de Salvador – BA fundada em 20/11/2012, indicada pelo SEBRAE como a instituição parceira no projeto do MEI. Conforme contato, foi informado pelo membro da diretoria, em reunião no SEBRAE –BA, que existem mais de 3.000 associados

em todo o estado da Bahia. (Disponível em: <[http://www.econodata.com.br/lista\\_empresas/ba/salvador/a/17381863000159-associacao-dos-profissionais-empresarios-individuais-no-estado-da-bahia](http://www.econodata.com.br/lista_empresas/ba/salvador/a/17381863000159-associacao-dos-profissionais-empresarios-individuais-no-estado-da-bahia)>. Acesso em: 08 mai. 2016.

Na pesquisa de campo realizada, referente ao item em questão, foi constatado que dos 93 camelôs e ambulantes da Avenida Sete de Setembro, 22% informaram fazer parte da associação e 78% informaram que não faziam parte da associação e de mais nenhuma instituição de classe no âmbito de associação ou sindicato.

Ao serem questionados sobre a satisfação da nova localização de suas barracas no projeto de requalificação implantada pela Prefeitura Municipal de Salvador, através da Secretaria Municipal de Ordem Público- SEMOP, dos 93 comerciantes de rua, 82% responderam que sim e apenas 18% responderam que não, declarando a sua insatisfação com a nova localização em relação ao antigo local. (Gráfico 8).

**Gráfico 8 – Nível de satisfação na nova localização**

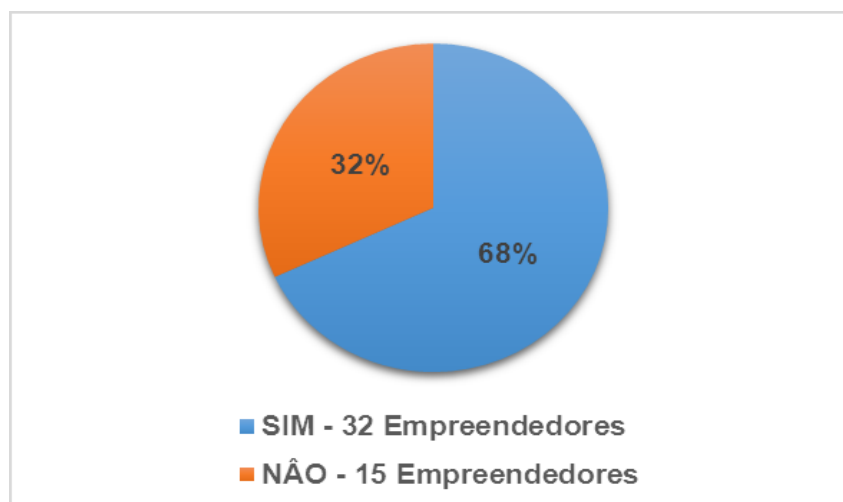


Fonte: Machado, 2015.

No que tange à questão da satisfação pela opção do projeto do governo federal de formalização para Micro Empreendedor Individual – MEI, dos 51% que optaram pela legalização, representando o universo de 47 comerciantes de rua do total pesquisado, 68% responderam que sim, representando 32 comerciantes de rua que se encontram satisfeitos pela opção como MEI. Os 15 comerciantes que representam 32%,

informaram que não estão satisfeitos pela decisão de formalização dos seus negócios. (Gráfico 9).

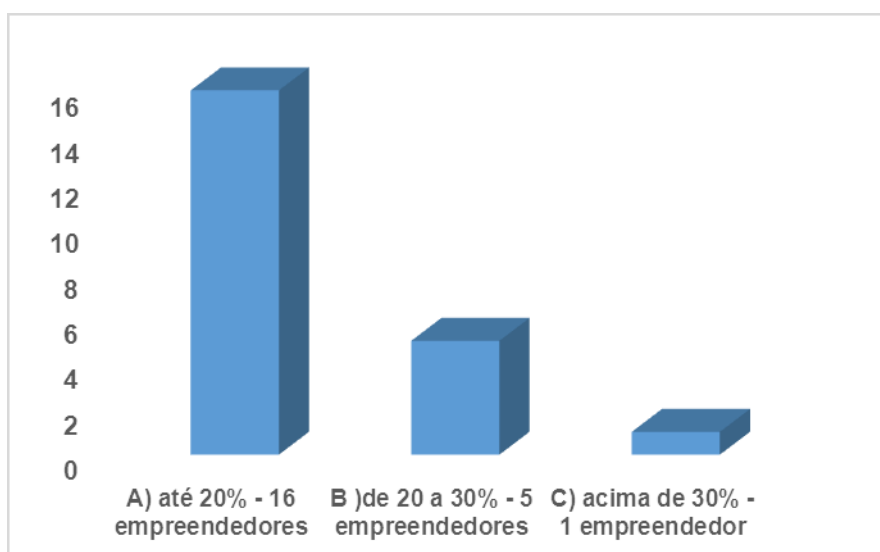
**Gráfico 9 - Nível de satisfação na opção como MEI**



Fonte: Machado, 2015.

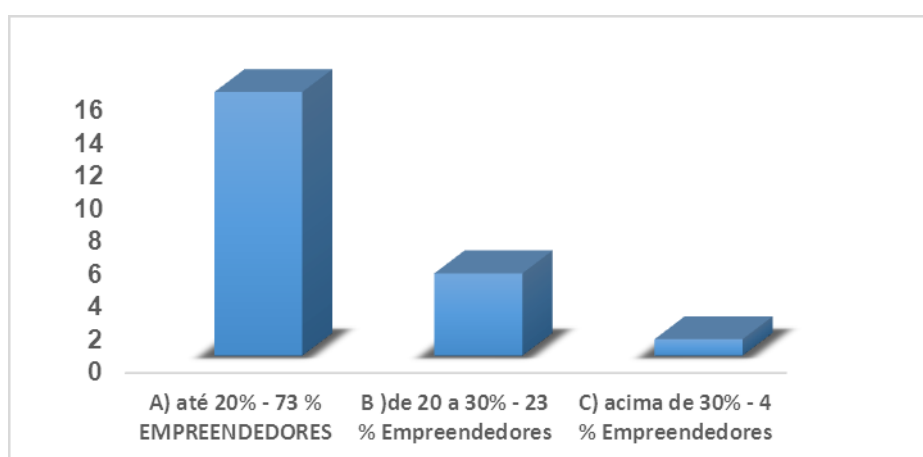
Ao serem questionados sobre o aumento no faturamento quando da opção como MEI, os 47 comerciantes de rua que formalizaram seus comércios, 22 comerciantes legalizados informaram positivamente sobre o aumento no seu faturamento, representando 47% do universo pesquisado. Os 25 comerciantes legalizados, que representam 53% do universo pesquisado, informaram que não obtiveram aumento no seu faturamento, pelo contrário, passaram a vender muito menos a partir de 2015, principalmente a partir do mês de outubro, a queda nas vendas ficou mais significativa. Mesmo no mês de dezembro, que representa para eles, um mês de grandes expectativas em função das festas de final de ano. (Gráfico 10)

Ao serem argumentados sobre os motivos que levaram a essa queda, os mesmos responsabilizaram a atual crise econômica que assola o país, aliada ao local que foi definido para suas barracas. Deixaram de ficar na frente da rua, para ficarem do meio para o fundo dos becos definidos como áreas a serem ocupadas.

**Gráfico 10 – Aumento no faturamento como optante do MEI**

Fonte: Machado, 2015.

Do total pesquisado, 22 comerciantes de rua que obtiveram aumento no seu faturamento, informaram suas respectivas faixas de crescimentos percentuais, conforme a seguinte distribuição: 16 empreendedores, que representam 73%, obtiveram aumento nas vendas na ordem de 20%; 5 empreendedores obtiveram aumento nas vendas na faixa de 20 a 30%; e 1 empreendedor obteve aumento acima de 30% nas vendas. (Gráfico 11)

**Gráfico 11 - Faixa de aumento nas vendas**

Fonte: Machado, 2015.

Ao final da pesquisa, foi esclarecido para os entrevistados que, se desejassem, poderiam informar qualquer observação que achassem pertinentes aos

efeitos surtidos através da efetivação dos projetos municipal e federal, aplicados no comércio de rua da Avenida Sete de Setembro.

Dos 93 entrevistados, 61% optaram por não haver a necessidade de nenhum registro e 39% optaram em registrar suas observações em relação à legalização e localização.

Registramos algumas observações declaradas pelos camelôs e ambulantes da Avenida Sete de Setembro durante a pesquisa acadêmica: “lugar sem cliente”; “gostaria de voltar para a frente da rua, não estou satisfeito com o beco”; “movimento fraco”; “falta linha de crédito”; “movimento constante”; “vendas caiu”; “muito desemprego”; “com a roubalheira atual no país as vendas caíram bastante”; “mais união”; “prefeito olhar pra nós”; “caiu um pouco em decorrência da concorrência”; “fluxo de pessoas aumentou e o desemprego também, mas as vendas caíram”; “movimento reduziu”; “local péssimo, alaga sempre”; “local escondido”; “me sinto perdido, enganado e vou cancelar o MEI”; “empréstimo para comprar mercadoria”; “nada satisfeita com o local, a mudança ficou pior”; “fui enganada pelo MEI e reforma do local”; “faturamento ruim”; “de novembro pra cá as vendas caíram 50%”; “local ruim, poucas vendas, o bom foi a reforma com o chão e a cobertura”.

Quanto às entrevistas, estas foram realizadas junto aos representantes dos órgãos envolvidos nos dois projetos pesquisados (municipal e federal), para que fossem identificados o propósito e o pensamento político social dos criadores e executores dos mesmos.

Nota-se um cuidado preeminente na realização das entrevistas, por se tratar de assunto de cunho político e que requer certos cuidados. Nesse sentido, as questões foram estruturadas e apresentadas anteriormente às autorizações, ou seja, da permissão para realização do trabalho acadêmico, através da assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documento obrigatório e parte integrante do processo de pesquisa.

O SEBRAE é o órgão responsável pela legalização como Micro Empreendedor Individual – MEI, objetivando a capacitação e regulamentação dos empreendedores da informalidade a se tornarem pessoa jurídica individual.

Na entrevista aplicada no SEBRAE, buscou-se entender o papel exercido pela instituição no projeto de legalização como MEI. A instituição esclareceu que o seu

papel é na parceria com o governo federal para orientar os possíveis potenciais como MEI, além de ter criado um conjunto de soluções que tratam de temas básicos para gestão e fortalecimento do negócio. Para facilitar o acesso à informação, o MEI pode escolher como prefere receber cada conteúdo dos sete temas abordados: Oficinas presenciais (Sei vender; Sei controlar meu dinheiro; Sei Planejar; Sei Empreender; Sei Unir forças para melhorar; Sei Comprar e Sei Administrar). Oferecer Cartilhas informativas, Capacitação a distância via celular (SMS), Kit educativo e Capacitação a distância via internet.

Ao serem questionados se existe algum mecanismo de apoio financeiro para os optantes do MEI, foi informado que caso o empreendedor necessite investir ou obter recursos financeiros, com orientação sobre a gestão financeira do negócio, é disponibilizado, através do uso consciente do crédito, o sistema Sebrae Oficina de Crédito, com o objetivo de facilitar a integração entre o Microempreendedor Individual e as instituições de crédito parceiras.

Segundo o SEBRAE, um dos seus objetivos em participar do projeto MEI, é de apoiá-los para possibilitar que obtenham acesso ao crédito e serviços financeiros de modo orientado e responsável. Participando da Oficina de Crédito, o empreendedor obterá todas as orientações para que possa aprender como negociar com o gerente das instituições de crédito parceiras.

Questionados acerca de quais mecanismos são utilizados para esclarecer o programa de legalização MEI, para os interessados em tornar-se pessoa jurídica, foi informado que a instituição realiza minipalestras programadas de esclarecimentos em todas as unidades que compõem o SEBRAE-BA, na capital e no interior do estado. São apresentadas todas as condições exigidas na lei regulamentadora (Lei complementar n.º 128).

Além disso, o SEBRAE proporciona ações de divulgação e esclarecimentos sobre a legalização como MEI, através de eventos nacionais, que são realizados sincronizados em todo território nacional. Como exemplo, cita-se O Mutirão do Empreendedor Individual, que aconteceu em 2013. (Mutirão do Empreendedor Individual oferece consultoria gratuita). Disponível em: <<http://revistapegn.globo.com/revista/common/0,emi131381-17189,00-mutirao+do+empreendedor+individual+oferece+consultoria+gratuita.html>>. Acesso em: 16 set. 2015.

O presidente do Conselho Deliberativo do SEBRAE/BA, João Martins da Silva Júnior, acompanhou o primeiro dia da semana de Legalização do Empreendedor Individual, no Centro de Atendimento ao Empreendedor nas Mercês, em Salvador. Na ocasião, João Martins disse que o Empreendedor Individual é a grande oportunidade para quem quer realmente se legalizar. Também presentes na visita, estavam o superintendente do SEBRAE/BA, Edival Passos, o coordenador da Unidade Regional Salvador, Richard Alves, e os assessores do Conselho. Na ocasião, Edival Passos mostrou ao presidente do Conselho do SEBRAE/BA os avanços no registro de empreendedor individual no estado. De 8 de fevereiro a 29 de março foram mais de 5,7 mil registrados na Bahia. Para se registrar como Empreendedor Individual, basta acessar: o site [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br) ou ir até um dos pontos de atendimento do SEBRAE. Mais informações sobre o Empreendedor Individual podem ser obtidas na Central de Relacionamento do SEBRAE pelo telefone 0800 570 0800. A ligação é de graça e funciona de segunda-feira a sexta-feira, de 8h às 20h.

Confira os endereços do Mutirão da Legalização em Salvador e Região Metropolitana. Em Salvador, nas 5 unidades de atendimento permanentes do SEBRAE/BA na capital. (Mutirão do empreendedor individual oferece consultoria gratuita, 2013).

Outro exemplo de ação do SEBRAE em relação ao MEI foi a Semana do Micro Empreendedor Individual, que aconteceu no período de 2 e 7 de maio (de segunda a sábado). O evento foi realizado no Shopping da Bahia (antigo Iguatemi), no horário de funcionamento do shopping, e ofereceu seis "megapalestras", 60 oficinas e 40 palestras. (Sebrae Bahia realiza semana do Microempreendedor Individual). Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/05/sebrae-bahia-realiza-semana-do-microempreendedor-individual.html>. Acesso em: 20 mai. 2016.

Na Semana do MEI, o Sebrae oferece 14.279 vagas de capacitação em todo o estado, sendo mais de 4,5 mil apenas em Salvador, e a oferta de diversos serviços para os empresários deixarem a empresa em dia. Casos de sucesso da Bahia e informação para o Microempreendedor Individual serão apresentados nas seis megapalestras, com vagas Limitadas. Em Salvador, além de mais de cem opções de capacitação, os microempreendedores individuais poderão aproveitar o evento para regularizar pendências da empresa, como o preenchimento da Declaração Anual do Simples Nacional (DASN-MEI), a emissão de boletos mensais do Documento de Arrecadação Simplificada (DAS-MEI), e alterações ou baixa do CNPJ. Quem ainda não é MEI e quer se formalizar também contará com a ajuda da instituição. Em caso de dúvidas, os técnicos do Sebrae estarão disponíveis para consultas e orientações empresariais. (SEBRAEBahia realiza semana do microempreendedor individual, 2016).



Abordados sobre a questão da inadimplência, fato detectado durante a pesquisa de campo, com os empreendedores legalizados da Avenida Sete de Setembro, a instituição esclareceu que foi oferecido consultoria de forma presencial em 2015, e a partir de 2016 passou a ser na modalidade online.

Ao serem perguntados sobre as vantagens da legalização como MEI, o SEBRAE respondeu que o Empreendedor Individual surgiu para melhorar a vida dos brasileiros que trabalham todos os dias para conseguir um futuro melhor. Formalizado como MEI, além de trabalhar dentro da Lei, o mesmo pode ter acesso a muitos benefícios, como aposentadoria, salário-maternidade, auxílio-doença, CNPJ e crédito, para poder lucrar ainda mais.

Por final foi solicitado que o SEBRAE esclarecesse a sua participação na implantação do projeto de localização dos camelôs e ambulantes do centro da cidade de Salvador. Quanto a essa questão, foi esclarecido que através da parceria com a SEMOP – Secretaria Municipal de Ordem Pública, no Projeto de Revitalização de Espaços Comerciais, o órgão trabalhou no ordenamento de 1.500 ambulantes na Avenida Sete de Setembro, criando 13 condomínios de ambulantes em toda a avenida, oferecendo aos ambulantes consultoria para formalização de MEI e Oficinas SEI, no ano de 2015.

A Secretária Municipal de Ordem Pública – SEMOP, órgão responsável pela requalificação do centro da cidade de Salvador, realiza o ordenamento do comércio informal na Avenida Sete de Setembro de forma gradativa e permanente desde março do ano de 2014.

Na entrevista que foi realizada, o órgão apresentou o Programa Território Empreendedor – Centro, uma iniciativa da Prefeitura do Salvador, por meio da Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEMOP), em parceria com CDL, Senac e Sebrae, bem como de outros órgãos municipais, entidades empresariais, instituições financeiras e universidades.

A iniciativa tem por objetivo promover a requalificação urbana e o desenvolvimento socioeconômico na região da Avenida Sete de Setembro, Rua Carlos Gomes, Largo Dois de Julho, Avenida Joana Angélica, Baixa dos Sapateiros e Barroquinha. Entre os projetos de intervenções físicas da região estão a requalificação do Relógio de São Pedro, do Mercado das Flores e Mercado 2 de

Julho, além do entorno das Praças Rio Branco e São Bento, Rua 21 de Abril, Rua do Couro e ampliação dos passeios da Avenida Sete de Setembro e Praça da Piedade.

Conforme entrevista, foi informado que desde o mês de março de 2014, os vendedores vêm recebendo novas bancas de comercialização, além de melhorias de infraestrutura nas áreas de concentração. Entre as principais ações do projeto de requalificação do Centro da cidade está a recuperação e estruturação dos pontos tradicionais de atuação dos ambulantes. A obra incluiu colocação de piso Intertravado com pista tátil, cobertura de policarbonato e instalação de nova iluminação.

A execução do projeto foi precedida de reuniões com os representantes dos comerciantes informais e lojistas da região, Ministério Público, Sebrae e a Fundação Mário Leal, que elaborou o modelo de instalações adotado, totalmente coberto. “Ouvimos os anseios e todas as partes envolvidas e isso foi traduzido para o projeto que entregamos à população e continuamos agora com o Programa Território Empreendedor, verdadeiro projeto de inclusão sócio produtiva”, ressalta a titular da SEMOP.

Quanto à entrevista junto à AMEI –Associação dos Profissionais Empreendedores Individuais no Estado da Bahia, como representante dos empreendedores que atuam no comércio local pesquisado, a solicitação foi enviada e autorizada em 05 de janeiro de 2016, através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), pelo presidente da Associação, que não a respondeu, apesar dos constantes contatos e cobranças registradas por e-mail.

Nos anexos constam as autorizações devidamente assinadas, bem como o formulário da pesquisa de campo aplicada aos empreendedores de rua, localizados na Avenida Sete de Setembro e seu entorno, conforme figura 42, recorte do local definido para o presente estudo acadêmico.

Vale ressaltar as dificuldades encontradas, na medida em que a pesquisa se desenvolvia. A princípio, ocorreu uma grande dificuldade em coletar os dados pesquisados, em função do comportamento acintoso de desconfiança por parte dos empreendedores de rua, que no início achavam tratar-se de uma fiscalização do SEBRAE, como representante do Governo Federal ou fiscal da Prefeitura Municipal do Salvador.

Outro fato ocorrido, que demonstrou a necessidade dos órgãos a serem pesquisados autorizarem a realização das entrevistas, foi a solicitação das questões a serem respondidas, antes de emitirem o parecer de aprovação e assinatura dos TCLE.

Durante o desenvolvimento do trabalho, percebe-se que, quando se trata de assunto que envolve políticas públicas, se faz necessária uma atenção especial no que tange às relações entre o poder público e o privado. Nas considerações finais, serão relatadas as experiências e as nuances que ficaram evidenciadas, mesmo de uma maneira velada, uma vez que os entrevistados e pesquisados sabem do envolvimento das forças políticas nas relações socioeconômicas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada sobre a legalização dos camelôs e ambulantes da Avenida Sete de Setembro e seu entorno, como Micro Empreendedor Individual – MEI, no âmbito do projeto de requalificação do centro antigo da cidade de Salvador (PMS) proporcionou uma visão mais ampla acerca da questão, através da aplicação dos questionários e realização das entrevistas juntos aos órgãos envolvidos.

Um aspecto fundamental a ser destacado refere-se à constatação de que a atividade comercial de rua no centro antigo de Salvador, ainda subsiste nos dias atuais, como uma importante fonte de emprego e renda para uma parcela da população da cidade de Salvador, marcada por profundas desigualdades sociais. A permanência do comércio dos camelôs e ambulantes no centro da cidade, recentemente reorganizado pelo poder público municipal, garante a vitalidade do local, e, conseqüentemente, a permanência dessa “centralidade” na metrópole de Salvador, ao longo de décadas. Tal fato ratifica o conceito da centralidade urbana como princípio de ordem, conforme exposto na teoria de Walter Christaller.

A maioria desses empreendedores da informalidade aderiu a esse caminho, conforme pesquisa realizada, por motivos de baixa escolaridade e por tradição familiar. A falta de qualificação e escolaridade dificulta a inserção no mercado de trabalho formal, apesar do desejo de ingressar nesse mercado, com carteira assinada e todas as garantias oferecidas, principalmente considerando-se a crise econômica atual.

Os programas de geração de emprego e renda implantados no Brasil a partir do governo de FHC, conforme apresentado no capítulo 3, não tiveram resultados significativos na diminuição das diferenças socioeconômicas. Tinham como finalidade gerar renda através do empreendedorismo, via linha de crédito e capacitação para a gestão da empresa. Já o programa implantado através da Lei Complementar 128, de modo diferenciado, tem como objetivo principal regularizar o empreendedor da informalidade como Micro Empreendedor Individual (MEI). Entretanto, não foi possível uma análise comparativa entre esses programas, considerando-se a falta de dados estatísticos disponibilizados pelo SEBRAE.

A proposta de legalização pelo MEI prevê a criação da pessoa jurídica, para com isso viabilizar o aumento nas vendas, através de meio eletrônico, e principalmente gerar recursos para a previdência social. Trata-se de reduzir o desequilíbrio na arrecadação em relação aos benefícios já concedidos, o que compromete a garantia da aposentadoria a médio e longo prazo. Propunha-se, desse modo, estender a aposentadoria para os que atuavam no mercado informal, os quais não possuíam garantias futuras e possibilidades de galgar novos caminhos. Os dados apresentados no trabalho demonstram que a Bahia legalizou um significativo número de MEI em relação ao país, deixando claro o atendimento quantitativo solicitado pelo governo federal.

No que se refere à pesquisa de campo, deve-se registrar inicialmente as dificuldades encontradas, principalmente em relação à coleta dos dados, em função da grande desconfiança dos empreendedores de rua, tanto em relação aos órgãos públicos, quanto às entidades de associação de classes. No início achavam que se tratava de uma fiscalização do SEBRAE ou da Prefeitura Municipal do Salvador.

Em levantamento preliminar, pode-se verificar, que os camelôs e ambulantes da Avenida Sete de Setembro e entorno foram convidados a participar de mini palestras no SEBRAE, em regime de mutirão, com uma participação média 50 a 80 pessoas. Entretanto, essa estratégia não foi suficiente para esclarecer todas as questões sobre o MEI, uma vez que não se levou em consideração o baixo nível de escolaridade dos participantes.

A descrença dos comerciantes de rua também é nítida em relação aos órgãos representativos. Quando questionados se poderiam ou gostariam de participar de uma pesquisa, mesmo sem saber do que se tratava, a maioria respondeu de forma negativa, em tom agressivo. Sem dúvida constatou-se que os mesmos estavam cansados de participar de pesquisas, pois achavam que aquelas em que já haviam participado traria algum benefício, o que de fato não ocorreu. Registra-se que os primeiros 33 questionários aplicados tiveram que ser anulados, pois a maioria se negava a responder, pois se sentiam enganados, principalmente pelo governo e entidades de classe.

A falta de assistência por parte dos sindicatos a que pertencem ou já pertenceram, deixaram uma lacuna de confiança nas relações políticas de entidade

de classe, pois os mesmos não cumpriram os acordos das campanhas anteriores, segundo relato da maioria dos pesquisados.

Conforme informações do SEBRAE, antes da implantação do projeto de legalização, várias entidades atuavam com os empreendedores da informalidade, o que estava atrelado ao tipo de mercadoria que vendiam e da rua em que atuavam. Ainda segundo o órgão, a diversidade de segmentos acarretava uma grande desorganização e dificultava o entendimento e o sentimento de união e de força para lutarem pelos seus objetivos. Em função disso, foi criada uma única entidade de classe que seria a responsável pelo projeto dos optantes do MEI, como entidade oficial representativa de classe, a Associação dos Profissionais Empreendedores Individuais no Estado da Bahia (AMEI).

Após a fase inicial de entendimento acerca da melhor forma de abordagem para a realização da pesquisa de campo, e à medida que o vínculo de confiança ia avançando, pode-se perceber que a estratégia de abordagem estava inadequada, em função do sentimento de abandono, descrença e desconfiança dos empreendedores de rua. Percebeu-se que o caminho a ser trilhado para a realização da pesquisa teria que ser modificado, sendo necessário lançar mão de argumentos psicológicos, sentimentais e até mesmo apelativos, incluindo o convencimento para a colaboração por parte deles para a conclusão do trabalho acadêmico pessoal.

Outro aspecto importante observado na pesquisa de campo são as relações políticas delicadas, entre os órgãos públicos e privados, envolvidos no projeto de legalização dos empreendedores da informalidade, conjuntamente com o projeto de localização e requalificação do centro da cidade de Salvador: SEBRAE – Serviço de apoio à Micro e Pequena Empresa (legalização); Prefeitura Municipal de Salvador, através da Secretaria Municipal de Ordem Pública – SEMOP (projeto de requalificação e localização dos empreendedores de rua) e a AMEI – Associação dos Profissionais Empreendedores Individuais no Estado da Bahia (órgão representativo).

Como resultado da pesquisa pode-se concluir que não houve efetividade na aplicação da lei do MEI, no que se refere especificamente aos camelôs e

ambulantes da Av. Sete de Setembro. A não efetividade pode ser constatada sob alguns aspectos principais.

Em primeiro lugar, os pesquisados não dispunham dos esclarecimentos necessários acerca das implicações e consequências legais, ainda que tenham sido realizadas oficinas e mini palestras pelo SEBRAE. Desse modo, a maioria dos empreendedores da informalidade não entendeu a proposta do governo federal acerca da legalização como Micro Empreendedor Individual – MEI. Os empreendedores de rua entrevistados demonstraram descrença no conteúdo que foi apresentado nas reuniões e minicursos realizados no SEBRAE e o que realmente está acontecendo. As promessas de que passariam a vender mais, através da obtenção de máquinas de cartão de crédito por serem pessoa jurídica, não se concretizou.

Registra-se ainda a falta de informação relativamente às obrigações tributárias decorrentes da criação da pessoa jurídica, com maior percentual para a contribuição da previdência social, que é o principal objetivo na criação do projeto da Lei Complementar 128.

Outro fator que comprova o não entendimento do processo de legalização é a falta de consistência das respostas, quando questionados se eram optantes do MEI. Os mesmos só conseguiam entender a pergunta quando esta estava associada ao fato de haverem participado das reuniões no SEBRAE para aumentar suas vendas.

Em segundo lugar, a não efetividade na aplicação do MEI para os camelôs e ambulantes da Av. Sete de Setembro pode ser comprovada pelo fato das vendas não terem tido um aumento significativo para a maioria dos pesquisados que aderiram ao programa. Conforme demonstrado na pesquisa, os participantes não conseguiram entender a importância dos efeitos da opção pela legalização e a nova localização das barracas nos resultados financeiros dos seus negócios.

Nesse aspecto, entretanto, não se pode deixar de considerar que a redução das vendas está também associada ao momento atual de crise política e econômica no país, com mudanças na reestruturação das políticas públicas, com rebatimento direto no dia a dia dos comerciantes da Avenida Sete de Setembro e entorno. O reflexo na queda das vendas é observado de imediato, não só no local da pesquisa, como em todos os segmentos produtivos e comerciais do país.

A incerteza do movimento diário nas vendas traz um estresse constante, informado pelos vendedores de rua legalizados, ou não. Em períodos de aquecimento da economia eles se sentem mais seguros, pois os estoques são pequenos e atendem as tendências da moda sazonal. Mas, em período de incertezas e recessão econômica tem-se o receio de não conseguir cumprir com as obrigações financeiras empresarias e as despesas particulares.

Em terceiro lugar, registra-se o aspecto da inadimplência em relação ao pagamento dos tributos federais, conforme informação coletada na pesquisa direta. Essa inadimplência, apesar de não constar em dados estatísticos, é reconhecida pelos órgãos responsáveis pelo projeto MEI, mediante a disponibilização do acesso por meio eletrônico para a negociação da dívida, com as orientações necessárias para evitar o cancelamento da inscrição como pessoa jurídica na Receita Federal. Salienta-se que, apesar da campanha do cancelamento do CNPJ ter passado a vigorar a partir de julho de 2016, a dívida não desaparecerá, o que causará danos financeiros, legais e jurídicos até o inadimplente sanar a dívida, com multas e juros, na maioria das vezes, impagáveis sendo encaminhada para a dívida pública. Esse fato legal traz consequências para toda a vida profissional e pessoal, até a devida liquidação do débito fiscal.

Quanto aos resultados obtidos relativamente ao projeto de requalificação da Prefeitura Municipal de Salvador, contatou-se um nível de satisfação maior, considerando-se que, do universo pesquisado, 82% declararam totalmente satisfeitos. Os comerciantes que ficaram próximos aos antigos locais que trabalhavam, anteriormente ao projeto, estão mais satisfeitos do que aqueles que foram instalados do meio para o final dos becos, locais determinados para a nova localização das barracas de vendas, em relação às avenidas principais com maior circulação de pessoas.

Desse modo, os que permaneceram nos lugares que estavam antes da reforma dos becos, informaram que nada mudou em termos de localização das barracas. Ao contrário, a reforma do piso e o teto trouxeram conforto estrutural. Os que foram realocados para lugares diferentes e ficaram mais afastados dos locais de maior circulação das pessoas, apresentaram insatisfação e até mesmo abandonaram suas bancas. Apesar disso, o projeto de reforma dos calçadões e



becos foram enfatizados e elogiados, face à maior qualidade do piso atual, em relação ao calçamento anterior. Além disso, a instalação da cobertura dos locais predefinidos trouxe proteção e conforto, tanto no período de sol, quanto de chuva.

Constata-se, ainda, a partir das entrevistas realizadas que o sentimento de conforto depois da reforma, se sobrepõe às questões da legalização como MEI, uma vez que responsabilizaram a queda das vendas pelo momento econômico do país.

Em suma, a experiência e o registro oportunizados neste trabalho deixaram claro que a Bahia e a cidade de Salvador participaram das estatísticas da legalização como MEI, mediante o atendimento quantitativo, de maneira efetiva e representativa, conforme demonstrado nos Capítulos 4 e 5.

Entretanto, quando analisada a aplicação da lei para uma parcela de comerciantes da Av. Sete de Setembro, constatou-se que a mesma não resultou em desdobramentos concretos, principalmente em relação ao aumento das vendas, além de haver onerado os mesmos em relação ao pagamento de tributos federais.

Desse modo, a concepção do Programado Micro Empreendedor Individual – MEI é positiva em sua filosofia e fundamentação, com vistas ao incremento financeiro para a manutenção do sistema federal previdenciário a médio e longo prazos. Entretanto, sua forma de operacionalização, no estado da Bahia, e particularmente junto aos camelôs e ambulantes da Av. Sete, apresenta resultados inadequados.

Desse modo, após o experimento vivenciado, ficou claro que existe um vasto universo de questões ainda a serem exploradas, em função da complexidade do tema da dissertação proposto, que perpassa por questões políticas e socioeconômicas delicadas e peculiares, envolvendo instituições complementares e conflitantes.

Por fim, o trabalho aponta a necessidade premente de outros estudos que possam, de modo mais abrangente, avaliar a efetividade da lei, em âmbito estadual, o que implica na necessária disponibilização de dados estatísticos pelos órgãos responsáveis pela implantação da lei do MEI.

## REFERÊNCIAS

AGECOM, Prefeitura Municipal de Salvador. **Prefeitura avança com obras de reordenamento da Avenida Sete**. 2013. Disponível em:

<[http://comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=42717:prefeitura-avanca-com-obras-de-reordenamento-da-avenida-sete&catid=57&Itemid=178](http://comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=42717:prefeitura-avanca-com-obras-de-reordenamento-da-avenida-sete&catid=57&Itemid=178)>. Acesso em: 29 jan. 2016.

ANUATTI-NETO, Francisco; BAROSSO-FILHO, Milton; CARVALHO, Antônio Gledson de; MACEDO, Roberto. Os efeitos da privatização sobre o desempenho econômico e financeiro das empresas privatizadas. **Revista Brasileira de Economia, Online version**, v. 59, n. 2, Rio de Janeiro, Abr./Jun. 2005. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71402005000200001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402005000200001)>. Acesso em: 02 mai. 2016.

AVSI, Programa do Ribeira Azul -. **O Projeto de Apoio Técnico e Social ao Programa Ribeira Azul**. 2001. Disponível em:

<[http://www.citiesalliance.org/sites/citiesalliance.org/files/CA\\_Docs/resources/upgrading/alagados/capitulo-2.pdf](http://www.citiesalliance.org/sites/citiesalliance.org/files/CA_Docs/resources/upgrading/alagados/capitulo-2.pdf)>. Acesso em: 16 maio 2016.

BAHIA. Governo do Estado. Secretaria de Cultura. Escritório de Referência do Centro Antigo. UNESCO. **Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo**. Escritório de Referência do Centro Antigo, UNESCO. – Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2010.

**BID rebaixa crescimento da América Latina para 3,5% a 4% em 2013**. 2013.

Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/criseeconomica/2013-01-27/bid-rebaixa-crescimento-da-america-latina-para-35-a-4-em-2013.html>>. Acesso em: 25 de nov. 2015.

BIRLEY, Sue; MUZYKA, Daniel F. **Dominando os Desafios do Empreendedor**. São Paulo: Pearson - Prentice Hall, 2001.

BOTA PRA FAZER, curso online. **Chance única para universitários que querem empreender**. [2010]. Disponível em: <<https://endeavor.org.br/chance-universitarios-empreender/>>. Acesso em: 03 jan. 2016.

BOWERSOX; CLOSS. Donald J.; David J. **Gestão Logística de Cadeias de Suprimentos**. São Paulo: Atlas, 2001.

BRAGA, Roberto. **Walter Christaller**: notas sobre a trajetória intelectual do criador da teoria dos lugares centrais. 1999. Disponível em: <<http://geodados-pg.utfpr.edu.br/busca/detalhe.php?id=26632>>. Acesso em: 13 dez. 2015.

BRANDÃO, Carlos. **Território e Desenvolvimento. As múltiplas escalas entre o local e o global.** Campinas: Unicamp, 2007.

BRASIL. Ministério da Defesa – Exército Brasileiro. **Projeto Soldado-Cidadão Qualificando jovens.** [200-]. Disponível em: <<http://www.6rm.eb.mil.br/index.php/quero-saber-sobre/soldado-cidadao>>. Acesso em: 17 out. 2015.

**Brasil recebe título de grau de investimento pela agência S&P.** 2008. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2008/04/30/brasil-recebe-titulo-de-grau-de-investimento-pela-agencia-sp.htm>>. Acesso em: 09 nov. 2015.

BRASIL. Receita Federal – **SIMEI.** Disponível em: <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATBHE/estatisticas/Sinac.app/EstatisticasOptantesPorDataMunicipio.aspx?tipoConsulta=2&optanteSimei=>>>. [200-]. Acesso em: 31 mai. 2014.

BRITO, Paulo. **Economia Brasileira: Planos Econômicos e Políticas Econômicas Básicas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

Carta Capital. 2015. **IDH revela como a desigualdade afeta o Brasil:** Relatório do Pnud reafirma efeitos negativos da disparidade e levanta preocupação sobre prolongamento da crise. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/idh-revela-como-a-desigualdade-afeta-o-brasil>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

CARVALHO, Bernardo de Andrade. **A globalização em xeque: incertezas para o século XXI.** São Paulo: Atual, 2000.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **Trabalho, renda e pobreza na Região metropolitana de Salvador.** Salvador: EDUFBA, 2008.

CAVALCANTI, Clóvis; DUARTE, Renato. **O setor Informal de Salvador: dimensão, natureza, significação.** Recife, SUDENE/FUNDAJ. Brasília, 1980.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor.** São Paulo: Saraiva, 2006.

**COMÉRCIO DA AVENIDA SETE:** Prefeitura retira camelôs das calçadas. 2014. Disponível em:

<<http://www.bahiaja.com.br/salvador/noticia/2014/03/13/comerciodaavenidasete-prefeituraretiracamelosdascalçadas,69649,0.html>>. Acesso em: 27 de jan. 2016.

CORREIO24HORAS. **Prefeitura quer camelôs em 11 pontos fixos no Centro da cidade**. 2013. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/noticias/detalhes/detalhes-1/artigo/prefeitura-quer-camelos-em-11-pontos-fixos-no-centro-da-cidade>>. Acesso no dia: 18 set. 2013.

DOLABELLA, Fernando. **Oficina do Empreendedor: A metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza**. São Paulo: Cultura, 1999.

\_\_\_\_\_. **O Segredo de Luísa, uma ideia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa**. São Paulo: Cultura, 1999.

DORNELLAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

**Economia Não Observada e Economia Informal no SCN do Brasil**. 2007. Disponível em:

<[http://www.cepal.org/deype/noticias/noticias/6/30146/SCN2007\\_Brasil\\_Roberto\\_Ramos.pdf](http://www.cepal.org/deype/noticias/noticias/6/30146/SCN2007_Brasil_Roberto_Ramos.pdf)>. Acesso em: 31 mai. 2016

EMPRETEC. **Manual do Participante do Projeto**. Brasília: Sebrae, 1999.

ENDEAVOR. Instituto Empreender. **BOTA PRA FAZER, de empreendedor para empreendedor – Crie seu negócio de alto impacto**. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2010.

FUNPROGER. **Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda, Banco do Brasil**. [19--]. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portallbb/page3,110,4497,11,0,1,3.bb>>. Acesso em: 19 out. 2015.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1989.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

GALLIANO, A. Guilherme. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Harper&Row do Brasil, 1981.

GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; CASTRO, Lavinia B. de; HERMANN, Jennifer. **Economia brasileira contemporânea (1945-2010)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GLUSZEVICZ, Ana Cristina; MARTINS, Solismar Fraga. **Conceito de centralidade urbana: estudo no município de Pelotas, RS**. SUERB, II Simpósio de Estudos Urbanos: A dinâmica das cidades e a produção do espaço. 2013. Disponível em: <[http://www.fecilcam.br/anais/ii\\_seurb/documentos/o-urbano-em-suas-difentes-escalas/gluszevicz-ana-cristina.pdf](http://www.fecilcam.br/anais/ii_seurb/documentos/o-urbano-em-suas-difentes-escalas/gluszevicz-ana-cristina.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2016.

GOMES, Donaldson. **Localização dos camelôs e ambulantes do centro da cidade do Salvador**. *Jornal A Tarde*, Salvador-Ba, Caderno A, pág. A4, 28 de set. 2013, ano 101/ nº 34.506.

GRAHAM, Richard. **Alimentar a cidade: das vendedoras de rua a reforma liberal (Salvador, 1780 -1860)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade**. Porto Alegre, Setembro de 2004. *GEOgraphia* - Ano IX - No17 – 2007. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf> >. Acesso em: 06 jan. 2016.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

HONORATO, Hercules Guimarães. **Projeto soldado cidadão: uma política pública eficaz na inserção do jovem no mercado de trabalho?** *Revista Ibero Americana de Estudos em Educação*. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6589>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

HUGON, Paul. **História das Doutrinas Econômicas**. São Paulo: Atlas, 1976.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [200-]. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=292740&search=bahia|salvador>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro, v. 71, 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2004. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=292740&idtema=142&search=bahia|salvador|estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas-2013>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Índice de Gini**. [200-]. Disponível em: <[http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=catid=28&Itemid=23](http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=catid=28&Itemid=23)>. Acesso em: 24 jan. 2016.

IPEADATA, 2014. **Renda domiciliar per capita**. Disponível em: <[www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)>. Acesso em: 10 out. 2015.

**Jovem Empreendedor começa capacitação de adolescentes**, 2004. Disponível em: <<http://www.douradosnews.com.br/arquivo/jovem-empreendedor-comeca-capacitacao-de-adolescentes-c79c469da1640352ef78491154d83caf>>. Acesso em: 20 out. 2015.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

KITAMURA, Camila Kazum; MIRANDA, Mariana; FILHO, Vitor. **O comércio e serviços ambulantes: uma discussão**. Caminhos de geografia - revista online <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>. Instituto de Geografia Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Geografia, v. 8, n. 23. Edição Especial p. 20 –26,2007. 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/15656/8855>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de Marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

KREIN, José Dari; PRONI, Marcelo Weishaupt. **Economia Informal: aspectos conceituais e teóricos**. Escritório da OIT no Brasil. – Brasília: OIT, 2010. 1 v. (Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de trabalho n. 4). 2010. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/hist%C3%B3ria>>. Acesso em: 31 mai. 2016.

LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo. **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume, Dumará / Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

LEGRAND, 1952. **A utopia do Brasil**. Belo Horizonte: Soler, 2004.

LEITE, Emanuel. **O fenômeno do empreendedorismo, criando riquezas**. Recife: Bagaço, 2000.

LOSCH, Christaller e a Teoria do lugar Central, 2001. Disponível em: <<http://mundogeo.com/blog/2001/04/01/losch-christaller-e-a-teoria-do-lugar-central/>>. Acesso em: 10 out. 2015.

MATTAR, Fauze N. **Pesquisa de Marketing – Edição Compacta**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MAXIMIANO, Antônio Cesar A. **Introdução à Administração**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MENEGUIN, Fernando B; BUGARIN, Maurício S. **A informalidade no mercado de trabalho e o impacto das instituições**: uma análise sob a ótica da teoria dos jogos. Econ. aplic. São Paulo, v. 12, n. 3, p. 341-363, Julho Setembro 2008.

MORAIS, Antônio Carlos Robert. **Território na geografia de Milton Santos**. São Paulo: Annablume, 2013.

MOREIRA, Igor. **O espaço geográfico, geografia geral e do Brasil**. 41ª ed. São Paulo: Ática, 1998.

**Mutirão do Empreendedor Individual oferece consultoria gratuita**. 2013. Disponível em: <<http://revistapegn.globo.com/Revista/Common/0,EMI131381-1718900MUTIRAO+DO+EMPREENDEDOR+INDIVIDUAL+OFERECE+CONSULTORIA+GRATUITA.html>>. Acesso em: 16 set. 2015.

MTST, Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, 2012-2014. **Quem Somos**. Disponível em: <<http://www.mtst.org/index.php/o-mtst/quem-somos>>. Acesso em: 08 jan. 2016.

NAVES, Paulo. **Brasil Empreendedor**: Governo inicia programa de financiamento, 1999. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/tudo/ct0711199.htm>>. Acesso em: 15 out. 2015

**Obras de reordenamento de ambulantes avançam no Centro**, 2013. Disponível em: <<http://www.politicalivre.com.br/2013/10/obras-de-reordenamento-de-ambulantes-avancam-centro/>>. Acesso em: 29 jan. 2016)

OPERAÇÃO LAVA JATO, 2015. **Folha explica Operação Lava Jato**. 2015. Disponível em: <<http://arte.folha.uol.com.br/poder/operacao-lava-jato/>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

**O Trabalho Informal no Brasil**, 2001. Disponível em:  
<[http://www.galizacig.gal/actualidade/200112/cut\\_o\\_trabalho\\_informal\\_no\\_brasil.htm](http://www.galizacig.gal/actualidade/200112/cut_o_trabalho_informal_no_brasil.htm)  
>. Acesso em: 31 mai. 2016

PACIEVITCH, Thais. **Plano Real**. 1993. Disponível em:  
<<http://www.infoescola.com/economia/plano-real/>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

PORTAL BRASIL, Educação. **Confira projetos de capacitação para jovens empreendedores**. 2012. Disponível em:  
<<http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/02/confira-projetos-de-capacitacao-para-jovens-empresendedores>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

PORTAL BRASIL, Ministério da Defesa. **Programa oferece formação para soldados**. 2011. Disponível em:  
<<http://www.brasil.gov.br/educacao/2011/10/programa-oferece-formacao-para-soldados>>. Acesso em: 17 out. 2015.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. 2013. Disponível em:  
<<http://www.portaldoempreendedor.adm.br/>>. Acesso em: 28 fev. 2014.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. 2008. Disponível em:  
<<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/legislacao/leis-e-decretos/lei-complementar-no-128-2008>>. Acesso em: 07 jan. 2016.

Portal dos empreendedores informais: **Micro Empreendedor Individual - MEI**. Disponível em: <[www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br)>. Acesso em: 10 mai. 2014.

**Prefeitura e ambulantes definem projeto para Avenida Sete**. [200-]. Disponível em: <<http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br>>. Acesso em: 18 set. 2013.

**Prefeitura avança com obras de reordenamento da Avenida Sete**. [200-]. Disponível em: <[http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=42717%3Aprefeitura-avanca-com-obras-de-reordenamento-da-avenida-sete&catid=57&Itemid=178](http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=42717%3Aprefeitura-avanca-com-obras-de-reordenamento-da-avenida-sete&catid=57&Itemid=178)>. Acesso em: 01 fev. 2016.

**Prefeitura quer camelôs em 11 pontos fixos no Centro da cidade**. 2013. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/noticias/detalhes/detalhes-1/artigo/prefeitura-quer-camelos-em-11-pontos-fixos-no-centro-da-cidade>>. Acesso no dia: 18 set. 2013.

**Programa Jovem Empreendedor privilegia desempregados**. 2004. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2004-06-17/programa-jovem-empresendedor-privilegia-desempregados>>. Acesso em: 13 out. 2015.



ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROGERS, Carl Ransom. **Tornar-se Pessoa**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ROGERS, Carl Ransom apud Saber Empreender. **Um jeito de ser**. São Paulo: EPU, 1983.

SADER, Emir (org.). **Sobre 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013.

**Salvar rating do País virou 'obsessão' em Brasília**. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/salvar-rating-do-pais-virou-obsessao-em-brasilia-7461.html>>. Acesso em: 29 out. 2015.

SANTANA, Ana Lucia. **Privatizações**. 2004. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/economia/privatizacoes/>>. Acesso em: 20 set. 2015.

SANTOS, Anselmo Luís dos; KREIN, José Dari; CALIXTRE, André Bojikian. **Micro e Pequenas Empresas Mercado de Trabalho e Implicação para o Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2ª ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **O Brasil, território e sociedade no início do século XXI**. Livro vira-vira. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização, do pensamento único à consciência universal**. Livro vira-vira. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

SCHMIDT, Benicio V. **O Estado e a Política Urbana no Brasil**. Porta Alegre: Universidade, UFRGS, 1983.

SEBRAE-EMPTEC. **Fortaleça suas habilidades como empreendedor**. [200-]. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/empretec-fortaleca-suas-habilidades-como-empreendedor,db3c36627a963410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 01 jul. 2016

SEBRAE. Grupo de Gerenciamento da Presidência da República. **Programa Brasil Empreendedor** –Programa de Crédito Orientado para Novos Empreendedores.

Governo Federal, Trabalhando em todo o Brasil. Manual do Facilitador. Brasília, 2001.

SEBRAE. Manual do Facilitador. **Quer Saber? Saber Empreender**. Brasília: Sebrae, 2000.

SEBRAE. **Manual do Participante do Projeto EMPRETEC**. Brasília: Sebrae, 1999.

SEBRAE. **MEI inadimplente terá CNPJ cancelado**. 2016. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/mei-inadimplente-tera-cnpj-cancelado,bb3fa9d942274510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

SEBRAE. **6 Passos para se formalizar como MEI**. 2016. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/o-que-e-ser-mei,e0ba13074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 10 jun. de 2016.

SEBRAE. **Sebrae Bahia realiza Semana do Microempreendedor Individual**. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/05/sebrae-bahia-realiza-semana-do-microempreendedor-individual.html>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

SEBRAE. Série Ambiente dos Pequenos Negócios. **Sobrevivência das empresas no Brasil - Coleção estudos e pesquisas**. Brasília, 2013. Grupo Informe Comunicação Integrada. Disponível em: <[http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Sobrevivencia\\_das\\_empresas\\_no\\_Brasil=2013.pdf](http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Sobrevivencia_das_empresas_no_Brasil=2013.pdf)>. Acesso em: 04 set. 2015.

SEBRAE. **Tudo o que você precisa saber para ser MEI**. 2016. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/o-que-e-ser-mei,e0ba13074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

SEBRAE. Unidade de Marketing e Comunicação. **Brasil: um gigante sustentado por micro e pequenos**. Revista Sebrae, nº 10 de agosto/setembro de 2003, p.24.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **IDEM – Índice da Dinâmica Econômica Municipal**. [200-]. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/images/indicadores\\_especiais/pdf/icaem/analise\\_do\\_resultado\\_11.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/images/indicadores_especiais/pdf/icaem/analise_do_resultado_11.pdf)>. Acesso em: 25 jan. 2016.

SILVA, Barbara-Christine Nentwing; SILVA, Maina Pirajá. **Informações geodemográfica on-line- O passo a passo do SIDRA IBGE – Aplicação prática**. João Pessoa: Grafset, 2011.

SILVA, Marcos F. G. da. **Formação econômica do Brasil: reinterpretação contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SILVA, Reinaldo O. da. **Teorias da Administração**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. **Teoria das localizações e de desenvolvimento regional**. Geografia, Rio Claro, p. 1-23, 1976.

SOARES, Marcos Antônio Tavares. **Trabalho informal: da funcionalidade à subsunção ao capital**. Vitória da Conquista/BA: UESB, 2008.

SOTO, Hernando de. **O mistério do capital** –por que o capitalismo dá certo nos países desenvolvidos e fracassa no resto do mundo. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TAVARES, Luís Henrique Dias, 1926. **História da Bahia**. 11ª ed. rev. e amp. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008.

**Teoria das Localidades Centrais**. [200-]. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/1704895/teoria-das-localidades-centrais>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

## APÊNDICES

### APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

(Camelôs e Ambulantes – Av. Sete de Setembro – Salvo/BA)

Este é um convite para você participar da pesquisa “**Camelôs e Ambulantes do Centro da Cidade do Salvador: localização e legalização como Micro Empreendedor Individual – MEI**”, na Avenida Sete de Setembro, Salvador/BA, realizada pela aluna Ruth Navarro Machado, mestranda da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), sob a orientação da Profa. Dra. Aparecida Netto Teixeira (UCSAL). A pesquisa tem como objetivo geral pesquisar sobre os resultados da aplicação do Programa de Micro Empreendedor Individual junto aos camelôs e ambulantes da Avenida Sete de Setembro. A pesquisa será realizada a partir da aplicação de um questionário com 14 perguntas sobre questões referentes à formalização da pessoa jurídica pelos empreendedores da informalidade. Prevê-se a sua participação por um período aproximado de 5 (cinco) minutos. A sua participação na pesquisa não envolverá quaisquer riscos significativos a você, além da expressão da sua opinião. Para minimizar qualquer desconforto e manter sua privacidade, você poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem que isso represente qualquer tipo de penalidade ou prejuízo para você. Além disso, fica garantido que as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Você não terá benefícios pessoais diretos ao participar da pesquisa, mas contribuirá para a melhoria da qualidade das políticas públicas municipais relacionadas à geração de renda, contribuindo para melhoria no processo de regulamentação dos microempreendedores individuais no município de Salvador. Assim, você poderá ser beneficiado indiretamente. Os pesquisadores não terão qualquer benefício pessoal/financeiro com esta pesquisa, exceto a produção acadêmica dele decorrente. Não está previsto que você tenha quaisquer despesas ou danos em decorrência de sua participação, apenas o investimento de parte de seu tempo na resposta do questionário. Durante todo o período da pesquisa você poderá tirar suas dúvidas através do email do pesquisador responsável– [ruthmachado31@hotmail.com](mailto:ruthmachado31@hotmail.com) – ou do Comitê de Ética da Universidade Católica do Salvador (CEP/UCSAL), email: [cep@ucsal.br](mailto:cep@ucsal.br), localizado na Av. Cardeal da Silva, n. 205 – Federação – Salvador/BA – CEP: 40231-902; Tel: (71) 3203-8913.

**Eu, \_\_\_\_\_ declaro que, após convenientemente esclarecido pelo (s) pesquisador(es) e ter entendido o que me foi explicado, aceito participar da presente pesquisa.**

Salvador, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016

\_\_\_\_\_  
Assinatura

\_\_\_\_\_  
Ruth Navarro Machado  
Pesquisador Responsável

**APÊNDICE 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

(Sebrae e Associação)

Este é um convite para você participar da pesquisa “**Camelôs e Ambulantes do Centro da Cidade do Salvador: localização e legalização como Micro Empreendedor Individual – MEI**”, na Avenida Sete de Setembro, Salvador/BA, realizada pela aluna Ruth Navarro Machado, mestranda da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), sob a orientação da Profa. Dra. Aparecida Netto Teixeira (UCSAL). O projeto de pesquisa tem como objetivo geral pesquisar sobre os resultados da aplicação do Programa de Micro Empreendedor Individual (MEI) junto aos camelôs e ambulantes da Avenida Sete de Setembro. A entrevista será realizada a partir da aplicação de entrevista semiestruturada sobre questões referentes à implementação do Programa MEI. Prevê-se a sua participação por um período aproximado 30 minutos. A sua participação na entrevista não envolverá quaisquer riscos significativos a você, além da expressão da sua opinião. Para minimizar qualquer desconforto e manter sua privacidade, você poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem que isso represente qualquer tipo de penalidade ou prejuízo para você. Além disso, fica garantido que as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Você não terá benefícios pessoais diretos ao participar da pesquisa, mas contribuirá para a melhoria da qualidade das políticas públicas municipais relacionadas à geração de renda, contribuindo para melhoria no processo de regulamentação dos microempreendedores individuais no município de Salvador. Assim você poderá ser beneficiado indiretamente. Os pesquisadores não terão qualquer benefício pessoal/financeiro com esta pesquisa, exceto a produção acadêmica dele decorrente. Não está previsto que você tenha quaisquer despesas ou danos em decorrência de sua participação, apenas o investimento de parte de seu tempo na resposta do questionário. Durante todo o período da pesquisa você poderá tirar suas dúvidas através do email do pesquisador responsável –ruthmachado31@hotmail.com –ou do Comitê de Ética da Universidade Católica do Salvador (CEP/UCSAL), email: cep@ucsal.br, localizado na Av. Cardeal da Silva, n. 205 – Federação – Salvador/BA – CEP: 40231-902; Tel: (71) 3203-8913.

**Eu, \_\_\_\_\_ declaro que, após convenientemente esclarecido pelo (s) pesquisador (es) e ter entendido o que me foi explicado, aceito participar da presente pesquisa.**

Salvador, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016

---

Assinatura

---

Ruth Navarro Machado  
Pesquisador Responsável

**APÊNDICE 3 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

(Prefeitura Municipal de Salvador - Secretaria Municipal de Ordem Pública - Semop)

Este é um convite para você participar da pesquisa “**Camelôs e Ambulantes do Centro da Cidade do Salvador: localização e legalização como Micro Empreendedor Individual – MEI**”, na Avenida Sete de Setembro, Salvador/BA, realizada pela aluna Ruth Navarro Machado, mestranda da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), sob a orientação da Profa. Dra. Aparecida Netto Teixeira (UCSAL). A pesquisa tem como objetivo geral pesquisar sobre os resultados da aplicação do Programa de Micro Empreendedor Individual (MEI) junto aos camelôs e ambulantes da Avenida Sete de Setembro. A pesquisa será realizada a partir da aplicação de entrevista semiestruturada sobre questões referentes à elaboração e implementação do projeto de requalificação da área implantado pela Prefeitura Municipal de Salvador. Prevê-se a sua participação por um período aproximado 30 minutos. A sua participação na pesquisa não envolverá quaisquer riscos significativos, além da expressão da sua opinião. Para minimizar qualquer desconforto e manter sua privacidade, você poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem que isso represente qualquer tipo de penalidade ou prejuízo para você. Além disso, fica garantido que as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Você não terá benefícios pessoais diretos ao participar da pesquisa, mas contribuirá para a melhoria da qualidade das políticas públicas municipais relacionadas à geração de renda, contribuindo para melhoria no processo de regulamentação dos microempreendedores individuais no município de Salvador. Os pesquisadores não terão qualquer benefício pessoal/financeiro com esta pesquisa, exceto a produção acadêmica dele decorrente. Não está previsto que você tenha quaisquer despesas ou danos em decorrência de sua participação, apenas o investimento de parte de seu tempo na resposta da entrevista. Durante todo o período da pesquisa você poderá tirar suas dúvidas através do e-mail do pesquisador responsável –ruthmachado31@hotmail.com –ou do Comitê de Ética da Universidade Católica do Salvador (CEP/UCSAL), e-mail: cep@ucsal.br, localizado na Av. Cardeal da Silva, n. 205 – Federação – Salvador/BA – CEP: 40231-902; Tel.: (71) 3203-8913.

**Eu, \_\_\_\_\_ declaro que, após convenientemente esclarecido pelo (s) pesquisador (es) e ter entendido o que me foi explicado, aceito participar da presente pesquisa.**

Salvador, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016

\_\_\_\_\_  
Assinatura

\_\_\_\_\_  
Ruth Navarro Machado  
Pesquisador Responsável

## APÊNDICE 4 - QUESTIONÁRIO

**CAMELÔS E AMBULANTES – AV. SETE DE SETEMBRO (SALVADOR/BA)**

1. **Nº da Entrevista:** \_\_\_\_\_
2. **Sexo:** ( ) Masculino ( ) Feminino
3. **Qual a sua faixa etária?**  
( ) até 30 anos ( ) entre 30 e 50 anos ( ) acima de 50 anos
4. **Qual a sua escolaridade?** ( ) até 2º grau incompleto ( ) 2º grau completo  
( ) superior incompleto ( ) superior completo ( ) Pós-graduação
5. **Há quanto tempo você é camelô ou ambulante?**  
( ) menos de 5 anos ( ) entre 5 e 10 anos ( ) acima de 10 anos
6. **Por qual motivo você se tornou camelô ou ambulante?**  
( ) desemprego e escolaridade ( ) tradição familiar ( ) outro  
Caso tenha assinalado a opção OUTRO, qual seria o motivo?  
\_\_\_\_\_
7. **Você é Associado?** ( ) Sim ( ) Não
8. **Você é optante do MEI?** ( ) Sim ( ) Não  
Caso sua resposta seja **Não**, vá para a questão número 12.
9. **Você está satisfeito com a nova localização da sua barraca, no projeto de requalificação implantado pela Prefeitura Municipal de Salvador?**  
( ) Sim ( ) Não  
Por quê? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
10. **Você está satisfeito em optar pelo MEI?**  
( ) Sim ( ) Não  
Por quê? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
11. **O seu faturamento aumentou com a nova localização e a adesão ao MEI?**  
( ) Sim ( ) Não
12. **Em quanto seu faturamento aumentou?**  
( ) até 20% ( ) de 20 a 30% ( ) acima de 30%
13. **Alguma outra observação que gostaria de registrar?**  
( ) Sim ( ) Não  
Em caso afirmativo, qual? \_\_\_\_\_

## APÊNDICE 5 - ROTEIRO DE ENTREVISTA

### **SEBRAE (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS)**

1. Qual o papel do Sebrae/BA na implementação do Programa de legalização dos Micro Empreendedores Individuais (MEI) do Governo Federal?
2. O Sebrae oferece acompanhamento para os optantes do MEI? De que maneira? Por qual período?
3. Existe algum mecanismo de apoio financeiro para os optantes do MEI?
4. Como o Sebrae esclarece o programa de legalização do MEI para os interessados em tornar-se pessoa jurídica?
5. Em caso de inadimplência fiscal, o Sebrae atua de que forma para orientar os micro empreendedores individuais?
6. Em sua opinião, qual a grande vantagem de optar pelo MEI?
7. Qual a participação do Sebrae na implantação do projeto de localização dos camelôs e ambulantes do centro da cidade de Salvador?



## APÊNDICE 6 - ROTEIRO DE ENTREVISTA

### **ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS NO ESTADO DA BAHIA**

1. Como a Associação compreende o Programa de Legalização do Micro Empreendedor Individual (MEI) do Governo Federal?
2. Qual o papel da Associação na implementação do Programa?
3. Qual a opinião da Associação em relação aos benefícios de adesão dos vendedores e feirantes ao MEI? Qual a grande vantagem em se optar pelo MEI?
4. Como a Associação atua com seus associados na questão da legalização?
5. Qual a opinião da Associação em relação ao projeto de localização dos camelôs e ambulantes do centro da cidade (Avenida Sete de Setembro) pela Prefeitura Municipal de Salvador? A Associação participou do processo de elaboração e implantação do projeto?

## APÊNDICE 7 - ROTEIRO DE ENTREVISTA

### **SEMOP (SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA)**

1. Como surgiu a ideia para o projeto de localização dos ambulantes e camelôs da Avenida Sete de Setembro?
2. Quais foram as diretrizes principais e as etapas do projeto?
3. Quais os parceiros que participaram do projeto?
4. Como foi a participação de cada parceiro na realização do projeto de localização dos ambulantes e camelôs da Avenida Sete de Setembro?
5. Qual a influência da nova localização dos ambulantes e camelôs da Avenida Sete de Setembro na mobilidade urbana?
6. Como a SEMOP interpreta a geografia do centro da cidade de Salvador para o planejamento urbano?
7. O projeto teve seu início em 2013, de acordo com entrevista publicada no Correio online 24horas de fevereiro de 2013. A SEMOP considera o projeto concluído?
8. Quais foram os principais resultados obtidos?
9. Qual avaliação pode ser feita do projeto, considerando-se os resultados esperados e os obtidos?

## ANEXO

### ANEXO 1 - ROTEIRO DE FINANCIAMENTO DO PROGRAMA NOVOS EMPREENDEDORES -2001

#### **ROTEIRO DE FINANCIAMENTO DO PROGRAMA NOVOS EMPREENDEDORES - 2001**

1.1 **Divulgação:** buscar atingir segmento de público jovem e com perspectiva de empreender, através da distribuição de folhetos e cartazes com todas as informações e critérios de participação no programa.

1.2 **Inscrição:** Feita através da internet, no site [www.sebrae.com.br](http://www.sebrae.com.br), onde será encontrada a Carta Consulta e o Termo de Compromisso, com as condições de participação.

Condição Obrigatória para inscrição:

- Só poderá participar pessoas físicas ou jurídicas que não sejam sócias de outra empresa (declaração negativa do interessado), ressalvado o empreendimento, objeto da presente iniciativa.
- Ser residente no local onde o empreendimento deverá ser instalado.
- Empresas com, no máximo, 12 meses de constituição, na data da entrega do termo de compromisso no SEBRAE.
- Não estar, a empresa, utilizando financiamento para investimento, em qualquer instituição financeira (declaração negativa do interessado).
- Não se tratar de negócio que envolva processo de franquia.
- Inexistência de restrição cadastral no SERASA, SPC, CADIN e CCF (da empresa e do empreendedor), durante todo o processo.
- Capacidade de aportar recursos próprios de, no mínimo, 10% do Plano de Negócio.

**1.3 Recebimento da Carta Consulta e do Termo de Compromisso:** a Carta Consulta será recebida pelo SEBRAE e o Termo de Compromisso apenas nos pontos de atendimentos do SEBRAE.

**1.4 Seleção automática:** Carta Consulta será analisada por processo automático e sigiloso.

**1.4.1 Capacidade do empreendimento em contribuir para o desenvolvimento socioeconômico:**

1.4.1.1 Número de postos de trabalho que serão gerados diretamente pelo negócio.

1.4.1.2 O setor estar inserido em lista de prioridades indicadas pelas comissões estaduais de emprego.

**1.4.2 Potencialidade do negócio / ideia:**

1.4.2.1 O negócio ter potencial para exportação.

1.4.2.2 Ser fornecedor de empresa integrada.

1.4.2.3 Existir mercado para o negócio pretendido.

1.4.2.4 A escolha de o negócio ter se baseado em pesquisa de mercado.

1.4.2.5 Existir fornecedor confiável.

1.4.2.6 A atividade não depender de fornecedor único.

1.4.2.7 Existir tecnologia para o processo produtivo, disponível no mercado.

1.4.2.8 Existir mão de obra qualificada.

**1.4.3 O Empreendedor:**

1.4.3.1 Características empreendedoras do interessado.

1.4.3.2 Ter experiência técnica no ramo pretendido.

1.4.3.3 Ter capacidade formal ou experiência em gestão de negócios.

1.4.3.4 Ter frequentado algum curso ou treinamento no ramo que pretende atuar.

**1.5 Pesquisa Cadastral:** Será feita pesquisa, sem ônus para o candidato, no SPC, CADIN, SERASA E CCF pelas instituições financeiras (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste).

**1.6 Resultado da Pesquisa:** os resultados efetuados pelas instituições financeiras serão notificados ao SEBRAE que comunicará aos candidatos, e caso não tenham restrição cadastral, irão para a etapa subsequente. Será comunicado aos candidatos não aprovados a sua exclusão no programa, via correspondência, pelo SEBRAE.

**1.7 Avaliação do candidato e da concepção do negócio:** Serão efetuadas entrevistas aos candidatos que passarem pelas etapas anteriores, objetivando selecionar os que melhor se adaptaram aos objetivos do Programa. Nesta etapa será avaliada, também, a concepção do negócio.

**1.8 Capacitação:** Os interessados e aprovados nas etapas anteriores poderão participar de capacitação oferecida pelo SEBRAE, após pagamento da taxa de R\$ 100,00 (cem reais), dedutíveis do valor a ser pago na etapa de assessoria técnica. Caso o candidato não participe da etapa da assessoria técnica, por qualquer razão, tal valor não será reembolsado. O treinamento terá duração de 80 horas e conteúdo voltado para o empreendedorismo, mercado e finanças. Esta fase também será de avaliação e eliminatória, caso não atinjam os níveis mínimos de aproveitamento e frequência.

**1.8.1 Objetivos da Capacitação:**

1.1.8.1 Instrumentalizar o empreendedor para:

1.1.8.1.1 Avaliar a viabilidade do negócio.

1.1.8.1.2 Gerenciar a implantação ou ampliação do seu negócio.

1.1.8.1.3 Permitir que o empreendedor obtenha respostas para as seguintes questões:

1) Será que a minha ideia vai dar certo?

2) Será que existe clientela interessada no produto ou Serviço que pretendo ofertar?

3) Quanto sobriaria no final do mês?

4) Eu tenho vocação para ser empreendedor?

## 1.8.2 Conteúdo Programático:

### 1.8.2.1 Perfil Empreendedor

1.8.2.1.1 Autoavaliação do perfil empreendedor.

1.8.2.1.2 Perfil empreendedor ideal (características individuais e comportamentais do perfil empreendedor).

1.8.2.1.3 Plano de ação para o desenvolvimento do perfil empreendedor.

1.8.2.2 **Oportunidade:** consistência da oportunidade e sintonia com a megatendência.

### 1.8.2.3 Mercado

1.8.2.3.1 Avaliação mercadológica (fornecedor, concorrente e consumidor segmento de mercado).

1.8.2.3.2 Marketing (avaliação do ponto comercial, preço de venda, praça e promoção).

### 1.8.2.4 Finanças

1.8.2.4.1 Projeções financeiras

1.8.2.4.2 Fluxos financeiros – receitas e custos operacionais

1.8.2.4.3 Usos e fontes

1.8.2.4.4 Indicadores econômicos financeiros

1.8.2.4.4.1 Indicadores estatísticos: lucratividade, rentabilidade, ponto de equilíbrio, alavancagem, *pay-back*, etc.

1.8.2.4.4.2 Indicadores dinâmicos: TIR, VPL, etc.

1.8.2.5 Registro e legalização: formas jurídicas vigentes, vantagens e desvantagens.

1.8.2.6 Definições estratégicas de operações; estrutura organizacional e planejamento estratégico.

1.8.2.7 Gestão da qualidade.

## 1.9 Metodologia

1.9.1 Teórica: sistematização de conceitos

1.9.2 Simulação: jogos empresariais, dinâmicas, estudo de casos.

1.9.3 Prática: exercícios de criação de empresas, busca de informações, experimentação.

1.10 **Instrução:** utilização de processos de facilitação.

1.11 **Carga horária:** 80 horas.

Obs.: O fio condutor será o plano de negócio, com aporte de conteúdos que fundamente sua elaboração.

## 1.12 Resultados esperados para os participantes

1.12.1 Estar preparado para tomar a decisão de implantar ou ampliar, diversificar, ou não, o seu negócio.

1.12.2 Identificar uma ou mais oportunidades de negócio.

1.12.3 Testar a atratividade mercadológica da sua proposta de negócio.

1.12.4 Determinar a viabilidade econômica financeira do negócio de forma a permitir comparações com outras oportunidades.

1.12.5 Autoavaliar-se com relação ao seu perfil empreendedor atual e desejado, e desenvolver um plano de ação para ir de uma situação para outra.

## 2 Elaboração de Planos de Negócios

Os aprovados no processo de capacitação elaborarão seus Planos de Negócios, a partir de modelo fornecido pelo SEBRAE, sendo assistidos por consultor especializado, com custos cobertos pelo SEBRAE.

2.1 Perfil do profissional para orientação de Planos de Negócio: consultor de negócios com experiência no ambiente empresarial.

2.2 O primeiro contato com o consultor ocorrerá logo após a capacitação para orientar o Plano de Negócio.

### **3 Comitê de Aprovação**

Os planos elaborados pelos interessados serão enviados para um comitê de aprovação, composto de representantes do Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER<sup>36</sup>, do SEBRAE e do Agente Financeiro envolvido na operação. Nesta etapa o interessado que tiver seu plano de negócio aprovado e não possuir empreendimento devidamente formalizado deverá fazê-lo para viabilizar a contratação do crédito.

## **4 Configuração do Comitê de Aprovação de Plano de Negócio**

### **4.1 Da Finalidade**

4.1.1 O comitê de aprovação de planos de negócio tem por finalidade examinar e decidir sobre propostas de operações de crédito, a serem apresentadas pelo representante do SEBRAE, no âmbito do Programa de Crédito Orientado para Novos Empreendedores.

4.1.2 Cada estado brasileiro contará com um comitê de aprovação de plano de negócio.

### **4.2 Da Organização e Composição**

4.2.1 O comitê é composto, em nível estadual, por três membros, representantes das seguintes instituições:

---

<sup>36</sup>O FUNPROGER tem por finalidade avaliar as pessoas físicas e jurídicas tomadoras de financiamentos através das linhas de crédito do PROGER Urbano. O FUNPROGER participa na operação como avalista para complementar as garantias apresentadas pelo mutuário. Este aval não desobriga o mutuário do pagamento da dívida, portanto, não deve ser confundido com seguro de crédito. O FUNPROGER foi criado pela Lei 9.872, de 23.11.1999 e regulamentado pela resolução nº 409, de 28.10.2004 do Ministério do Trabalho e Emprego/CODEFAT. O FUNPROGER pode cobrir até 80% do valor financiado.



4.2.1.1 Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE;

4.2.1.2 Banco do Brasil – BB, na qualidade de gestor do FUNPROGER;

4.2.1.3 Agente Financeiro escolhido para contratar o crédito.

O Comitê reunir-se-á com a participação de seus três membros: representantes do SEBRAE, Gestor do FUNPROGER e, variavelmente, a representação do Banco do Brasil, ou da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Nordeste.

4.2.2 Caberá às instituições indicar os seus representantes efetivos e suplentes em cada unidade da federação.

4.2.3 Somente será admitida a substituição de membro efetivo nos casos de:

4.2.3.1 Afastamento regulamentares;

4.2.3.2 Viagens a serviço.

### **4.3 Do Funcionamento**

4.3.1 O comitê, com a representação de todos os seus componentes, reunir-se-á em local, data e horário estabelecido por seu coordenador.

4.3.2 As decisões do comitê serão tomadas por unanimidade.

4.3.3 Além dos representantes das instituições, outras pessoas poderão ser convidadas a participar das reuniões do comitê, sem direito a voto.

### **4.4 Da coordenação**

4.4.1 O Comitê será coordenado pelo representante do SEBRAE.

4.4.2 Compete ao Coordenador do Comitê:

4.4.2.1 Coordenar o Comitê;

4.4.2.2 Convocar reuniões;

4.4.2.3 Solicitar assessoria técnica e informações das instituições componentes do Comitê para subsidiar suas decisões;

4.4.2.4 Propor normas complementares necessárias à atuação do Comitê;

4.4.2.5 Cumprir as normas deste Regimento; praticar outros atos de natureza técnica ou administrativa necessários ao exercício de suas funções.

#### 4.5 Cadastro para Crédito

Os Planos de Negócio aprovados pelo Comitê serão enviados para as instituições financeiras envolvidas na operação que elaborará o cadastro para crédito do interessado. A elaboração custará R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) para o cliente.

### 5 Contratação da Operação

As instituições financeiras contratarão as operações de todos os interessados que tiverem seus planos aprovados pelo Comitê de Aprovação, e não apresentem nenhum tipo de restrição cadastral.

#### 5.1 Premissas para operacionalização do crédito

5.1.1 **Finalidade:** apoio a novos empreendedores, através da capacitação, apoio financeiro e assessoria pós-crédito.

5.1.2 **Benefícios:** micro e pequenas empresas (faturamento bruto anual estimado em até R\$ 1,2 milhão), formalmente constituídas, que desenvolvam atividades industriais, comerciais e de prestação de serviço, com até 12 meses, na data da entrega do termo de compromisso no SEBRAE, que não tenham sido beneficiadas por financiamentos de investimentos, e não estejam inseridas no CADIN, SPC, SERASA E CCF.

5.1.3 Planos aprovados por Comitê de Aprovação, composto por representantes do Gestor do FUNPROGER, do SEBRAE e do Agente Financeiro,

5.1.4 **Limite financiável:** até 90% do valor do Plano de Negócio, limitado ao teto.

5.1.5 **Capital de giro associado:** limitado a 50% do valor financiado.

5.1.6 **Teto do financiamento:** R\$ 50 mil.

5.1.7 **Prazo de Financiamento:** até 48 meses.

5.1.8 **Carência:** até 18 meses, incluída no prazo total.

5.1.9 **Encargos financeiros:** 3% a.a. + TJLP.

5.1.10 **Pagamento:** mensais.

5.1.11 **Garantias:** 50% FAMPE, 50% FUNPROGER e vinculação dos bens e/ou inversões financiadas, complementadas por fiança ou aval pessoal dos sócios do empreendimento.

5.1.12 **Fonte de financiamento:** recursos do FAT – PROGER Novo Empreendedor.

5.1.13 **Fonte para custeio para a capacitação:** SEBRAE.

5.1.14 **Fonte para custeio da assessoria técnica:** cliente (item financiável).

## 6 Assessoria Técnica e Acompanhamento

A assessoria técnica será disponibilizada pelo SEBRAE para todos os que tiverem suas operações contratadas. O participante deverá fornecer, também, trimestralmente, informações sobre o andamento de seu negócio através de formulário fornecido pelo SEBRAE.

6.1 Perfil do profissional para assessoria técnica: consultor de negócios com experiência no ambiente empresarial.

6.2 Pago pelo cliente (item financiável).

6.3 Horas/ano definidas conforme recomendado no Plano de Negócio (no mínimo por 3 anos ou pela vigência do financiamento, prevalecendo o que for menor).